

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FaE
MESTRADO PROFISSIONAL - EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA - PROMESTRE

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS:
Um Estudo sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura
necessária para implementação da Educação em Rede
nas Escolas do Sistema Prisional**

MARCELO DE MESQUITA FERREIRA

Belo Horizonte
2016

MARCELO DE MESQUITA FERREIRA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS:
Um Estudo sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura
necessária para implementação da Educação em Rede
nas Escolas do Sistema Prisional**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Docência - Mestrado Profissional – PROMESTRE.

Linha de Pesquisa: Educação Tecnológica e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Analise de Jesus da Silva.

F383e
T Ferreira, Marcelo de Mesquita, 1976-
Educação a distância para sistemas prisionais: um estudo sobre viabilidades técnicas de infraestrutura necessária para implementação da educação em rede nas escolas do sistema prisional / Marcelo de Mesquita Ferreira. - Belo Horizonte, 2016.
121 f., enc, il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Analise de Jesus da Silva.
Bibliografia: f. 116-121.

1. Educação -- Teses. 2. Prisões -- Educação -- Teses. 3. Ensino à distância -- Teses. 4. Prisioneiros -- Educação -- Teses. 5. Reabilitação de criminosos -- Teses. 6. Prisões -- Escolas -- Organização e administração. 7. Educação e Estado -- Teses. 8. Educação de adultos -- Teses. 9. Direito a educação -- Teses. 10. Reabilitação de criminosos -- Teses.
I. Título. II. Silva, Analise de Jesus da, 1964-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 365.66

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

UFMG

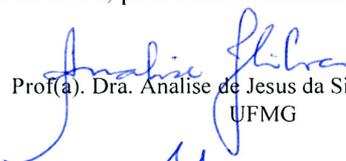
FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS: Um Estudo sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessária para implementação da EaD nas Escolas do Sistema Prisional.

MARCELO DE MESQUITA FERREIRA

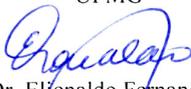
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 29 de abril de 2016, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Dra. Analise de Jesus da Silva - Orientadora
UFMG


Prof(a). Dra. Suzana dos Santos Gomes
UFMG


Prof. Dr. Fernando Selmar-Rocha Fidalgo
UFMG


Prof. Dr. Eltonaldo Fernandes Julião
Professor Adjunto IEAR/PPGE/UFF

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MARCELO DE MESQUITA FERREIRA

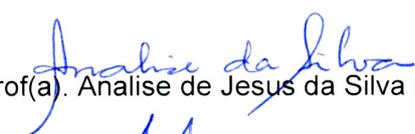
Realizou-se, no dia 29 de abril de 2016, às 09:00 horas, Auditório Luiz Pompeu, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS: Um Estudo sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessária para implementação da EaD nas Escolas do Sistema Prisional.*, apresentada por MARCELO DE MESQUITA FERREIRA, número de registro 2014665014, graduado no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Analise de Jesus da Silva - Orientadora (Faculdade de Educação - UFMG), Prof(a). Suzana dos Santos Gomes (UFMG), Prof(a). Fernando Selmar Rocha Fidalgo (ufmg), Prof(a). Elionaldo Fernandes Julião (Professor Adjunto IEAR/PPGE/UFF).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.


Prof(a). Analise de Jesus da Silva (Doutora)


Prof(a). Suzana dos Santos Gomes (Doutora)


Prof(a). Fernando Selmar Rocha Fidalgo (Doutor)


Prof(a). Elionaldo Fernandes Julião (Doutor)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/IMP

UFMG

COMPOSIÇÃO DA BANCA DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Mestrando: Marcelo de Mesquita Ferreira

Orientadora: Dra. Analise de Jesus da Silva

Data: 08/09/2015

Às quinze horas do dia 08 de setembro de 2015, reuniu-se na sala 301 da Faculdade de Educação – FaE, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UFMG, a Comissão Examinadora do Exame de Qualificação, composta pelos professores:

A orientadora, professora **Dra. Analise de Jesus da Silva**, Professora no Programa de Pós-Graduação MESTRADO PROFISSIONAL - EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA - PROMESTRE da FAE/UFMG. Ex-Presidenta do Conselho Municipal de Educação de BH. Trabalhou com Educação Básica em redes públicas e particular por duas décadas. Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE) da FAE-UFMG. Coordenadora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - NEJA/FAE/UFMG. Coordenadora do PIBID Alfabetização EJA e Séries Iniciais. Coordenadora Geral do Curso de Pós-Graduação Especialização lato sensu em Docência da EJA na Educação Básica Especificidade Juventudes presentes na EJA. Coordenadora do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PROJOVEM URBANO no Centro-Oeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Tocantins pelo GAME/FAE/UFMG. Coordenadora do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos. Comitê Editorial e Consultora Ad Hoc da REVEJ@ - Revista Eletrônica de EJA da UFMG. Foi Representante dos Fóruns de EJA do Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) do MEC/SECADI no biênio 2012/2013.

(Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5611485566781092>).

A professora **Dra. Gláucia Maria dos Santos Jorge**, Professora Adjunta na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) - lotada Centro de Educação Aberta e a Distância, Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE). Atua como docente (EaD) nas licenciaturas em Pedagogia, Geografia e Matemática e nos cursos presenciais de Ciência e Engenharia da Computação. É professora colaboradora do Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da UFMG – PROMESTRE.

(Fonte: <http://lattes.cnpq.br/6155717798819837>).

É o professor **Dr. Roberto da Silva**, Professor Livre Docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, editor da Coleção Pedagogia Social junto à Editora Expressão e Arte e participa do Conselho Editorial da Revista de Ciências da Educação (UNISAL) e de Cadernos de Pedagogia Social (Portugal). Organiza o Mestrado em Educação (MINTER Internacional em Angola) e convênios com Angola, Argentina e Alemanha, membro do comitê de Ética em Pesquisa do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo. Em Abril de 2010 foi eleito o primeiro presidente da Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial).

(Fonte: <http://lattes.cnpq.br/6796429099935802>).

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2015.

Dedico este trabalho a memória da minha mãe, **Maria Helena** -

Madah e, também, especialmente, a minha orientadora **Analise** que acreditou em meu projeto e investiu na minha formação nos desafios desta pesquisa.

Analise, eu dedico este trabalho a você porque além de ser minha orientadora, eu pude reconhecer em você os valores que aprendi com minha mãe, e, também, as maiores virtudes que um ser humano pode ter, eu reconheci em você. E, minha mãe é meu exemplo maior.

A sabedoria não está totalmente vinculada a dedicação aos estudos, eu acredito que a sabedoria é uma força da natureza. E tenho certeza disso, pois minha mãe conseguiu estudar somente o primário, que, hoje, seria o que equivale aos anos iniciais do ensino fundamental. Mas, seu espírito era tão evoluído, que, sua sabedoria ultrapassava os seus limites de conhecimentos formais.

Minha mãe e você são seres que nasceram num determinado período nesta vida, mas são mulheres muito além de seus tempos aqui neste plano. E, você Analise, traz consigo, além da sabedoria de vida, todo o conhecimento formal construído na Academia e na Docência.

Por serem seres tão desenvolvidos, minha mãe, tinha um domínio total de sua essência e a canalizava nas mais diversas situações com as palavras certas e nos momentos mais precisos... Analise, você demonstrou esse autodomínio, que, em nada fere a sua personalidade e o seu caráter, quando num dado momento no curso desse Mestrado, passei por um dos períodos mais difíceis da minha vida aqui.

Por questões de identidade e da minha construção enquanto sujeito, construí uma persona aparentemente muito forte. Não que eu seja fraco, mas minha força real emerge dos meus intrínsecos valores ancestrais e experiências vividas neste plano. E, você reconheceu toda minha fragilidade quando eu lhe disse: "eu viajei ao litoral para me despedir do mar... eu não sei se poderei vê-lo novamente".

Não foi nada fácil passar por esse episódio, pois, estar com a visão comprometida e com as expectativas de quem não sabia o que realmente estava acontecendo ou poderia acontecer, e, justamente quando estava no momento crucial da Banca de Qualificação do meu projeto de pesquisa... Foi muito difícil..

Tenho certeza que você se lembra de todas as palavras que me disse, de tudo que me falou, e, foram essas palavras que eu precisava ouvir naquele momento, dentre tantas outras, essas palavras foram muito especiais para mim.

Em Platão e outros filósofos, a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança são o resumo de todas as virtudes humanas, e, sem dúvida alguma, eu também as reconheço em vocês duas.

Aprendi que a humildade é a base sólida de todas as virtudes. Reconhecer que o outro sempre tem algo a nos ensinar e acreditar que se pode construir conhecimento a partir dessas relações, são também características de seres evoluídos para além de seus tempos.

Minha mãe sempre procurava escutar os “porquês” que prolixamente insistíamos em reiterar nas mais diversas situações, e, ela valorizava todos os nossos argumentos de filhos.

E, desde o começo, nos primeiros contatos de orientação, você sempre valorizou as ideias que nossos escritos apresentavam, e, de forma magistral e respeitosa corrigia nossos parágrafos, sempre nos dando a opção de escolha, ampliando o nosso olhar para um ângulo cada vez maior.

Você aceitou as mudanças que propus ao meu projeto e, sobretudo, aceitou juntamente comigo a mudança total no projeto proposta pela Banca de Qualificação e confiou que eu daria conta de prosseguir, mesmo com o tempo contando negativamente ao nosso favor.

Bem sei que a grande responsabilidade sempre foi minha como orientando, mas você esteve junto comigo em todos os momentos especiais e difíceis que tive de passar e superar dentro dessas etapas no Mestrado, sendo sempre muito mais que minha orientadora. Você foi, além de tudo, uma amiga. E esta amizade, eu quero para sempre aqui neste plano e nos outros que o destino nos proporcionar.

Mãe, muito obrigado por ser minha fonte de inspiração de vida, de virtudes e valores. Estou e continuo fazendo a minha parte, e, sei que você estará comigo sempre e prá sempre.

Analise, muito obrigado por tudo e por todo.

*... Ainda bem, que, aprendi aqui no Mestrado:
Orientador@ é para sempre!*

Agradeço imensamente

a **DEUS** Onipotente, Onisciente e Onipresente.

Sou imensamente grato a minha família biológica, em memória de meus pais, que, mesmo já ausentes neste plano, estão mais que presentes na minha jornada aqui, apoiando as minhas escolhas e me abraçando todas as vezes que eu preciso de colo.

As minhas irmãs que são o centro da minha família hoje, Kico (Marcia Helena) e Marcinha (Marcia Mesquita), sem vocês, com certeza, eu seria um outro sujeito, nossas distinções e união fazem com que o nosso laço familiar seja muito, muito forte.

A minha família Pet, que, hoje é muito mais felina do que canina. Depois de muitos anos a vida renasceu dentro do meu lar, e, fui agraciado pelo destino com quatro anjos miadores.

Mas, (re)aprendi com a despedida do Branquinho, ainda filhotinho, e, também, com a partida da Neguinha, já adulta, que a vida pode ser tão selvagemmente bela e livre, como pode ser efêmera. Sobretudo, aprendi com esta família Pet felina, que os laços amorosos são livres e fortes. Forte ao ponto de transpor este plano e livre ao ponto de não se conseguir deter sua impulsão de partir. Se ficam é porque existe amor e laços familiar.

A minha orientadora Analise, que, acreditando em minha proposta nos possibilitou a oportunidade única de construirmos este trabalho na primeira turma do Mestrado Profissional – PROMESTRE, da Faculdade de Educação – FaE, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Sou grato demais aos meus amigos que suportaram todas as minhas ausências neste período e ainda “tiveram de aceitar sem ciúmes” os meus novos colegas da primeira turma de Mestrados do PROMESTRE, com carinho especial aos colegas da mesma linha de pesquisa porque foi possível estreitar nossa convivência e nos tornarmos amigos. Sem dúvida, foi uma grande oportunidade de conhecer colegas especiais.

A experiência de ter sido Representante Discente, como também, fazer parte da Comissão de Acompanhamento Discente no Colegiado do PROMESTRE nos anos de 2014 e 2015 (e início de 2016), foi realmente muito enriquecedor. Sou grato a todos os membros do Colegiado desse período e todos os professores, principalmente os que dividiram e (re)construíram conhecimentos nas disciplinas que pude cursar na Faculdade de Educação da UFMG e da UEMG, como também, na Faculdade de Medicina da UFMG, e, no GIZ – Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior, também, da UFMG.

Aos grandes professores, Doutores na arte da Construção do Conhecimento Acadêmico, pude conhecer todos, e, pude desfrutar especialmente das aulas dos professores da minha Linha de Pesquisa: Educação Tecnológica e Sociedade.

A Secretária do PROMESTRE, que, esteve sempre disponível e prestativa, especialmente ao funcionário Raimundo Fábio que esteve conosco desde antes do primeiro dia de aula e sempre nos tratou de forma respeitosa e muito cordial, mesmo quando insistíamos em nos comportar somente como “alunos”.

A biblioteca da FaE/UFMG que é nossa fonte, especialmente ao funcionário Ivanir Leandro, que, em meio a sua rotina diária, consegue compreender nossas solicitações e, de forma empática e solícita se dispõe a nos ajudar.

Aos coordenadores do PROMESTRE, a Profa. Dra. Nilma Soares da Silva e Prof. Dr. Bernardo Jefferson Oliveira, vocês concernem uma diagramação especial e única ao nosso Mestrado.

Aos professores Geraldo Magela Leão (<http://lattes.cnpq.br/9871036913331484>) e Rodrigo Ednilson de Jesus (<http://lattes.cnpq.br/4007632372889566>), meus primeiros primeiros professores na FaE/UFMG, na oportunidade de cursar a disciplina (isolada) Juventude e Relações Raciais no ano de 2013.

Ao professor Miguel Arroyo (<http://lattes.cnpq.br/0892315644984139>), que, em uma única aula me concerniu subsídios para redefinir toda arquitetura do meu Pré-Projeto de Pesquisa inicial.

Ao professor Walter Ernesto Ude Marques (<http://lattes.cnpq.br/4475249872780568>), que, de forma refulgente assentiu o Parecer do meu Projeto de Pesquisa aqui do Mestrado.

Ao professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (<http://lattes.cnpq.br/5887145600907673>), cursar a disciplina de Metodologia Científica II, na Faculdade de Medicina da UFMG, com tanta riqueza de conhecimentos construído, foi muito gratificante.

A professora Gláucia Maria dos Santos Jorge (<http://lattes.cnpq.br/6155717798819837>), e, o professor Roberto da Silva (<http://lattes.cnpq.br/6796429099935802>), que participaram da minha Banca de Qualificação do Mestrado. A caução de vocês nesse momento tão definidor da pesquisa foi crucial para a concretização do meu trabalho.

Ao professor Elionaldo Fernandes Julião (<http://lattes.cnpq.br/8517681757007026>), ao professor Fernando Selmar Rocha Fidalgo (<http://lattes.cnpq.br/4999497203716488>), e, a professora Suzana dos Santos Gomes (<http://lattes.cnpq.br/7926600962920347>), que compuseram a minha Banca de Defesa de Dissertação. A aprovação do meu trabalho pelos senhores basilaram a importância da minha pesquisa para a Academia e me certificaram mais um degrau na construção da minha História Acadêmica.

Sou muito grato a Universidade Estácio – UNESA, e, ao Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte/MG, onde trabalho desde o ano de 2003. Foi nessa ambiência acadêmica que meus primeiros instintos de professor pesquisador rebentaram.

E, também, agradeço a banda Legião Urbana e Renato Russo que compuseram a trilha sonora da minha vida e a Clarice Lispector, que, escreveu *Um sopro de vida (Pulsação)*, um dos meus livros de cabeceira e única leitura que ousei fazer (algumas vezes) durante esse período (fora as leituras indicadas por minha orientadora e pelo programa do Mestrado).

Muito obrigado, infinitamente obrigado

ao...

Tempo e a Vida.

Marcelo de Mesquita Ferreira



*" Tempo virá.
Uma vacina preventiva
de erros e violência se fará.
As prisões se transformarão
em escolas e oficinas.
E os homens imunizados
contra o crime,
cidadãos de um novo mundo,
contarão às crianças do futuro
estórias absurdas de prisões,
celas, altos muros,
de um tempo superado "*

(Corn Coralina).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS:

Um Estudo sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessária para implementação da Educação em Rede nas Escolas do Sistema Prisional.

RESUMO

Esta pesquisa teve como proposta para seu desenvolvimento a problematização da infraestrutura das escolas prisionais para a implementação da modalidade de ensino da Educação a Distância – EaD, em seus espaços e, como produto desse estudo, apresentou um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas Escolas do Sistema Prisional, que teve como recorte, aporte, subsídio e inspiração os dados referentes a infraestrutura física e técnica constante nos seguintes documentos: Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior de EaD do MEC, o Instrumento de Avaliação e Credenciamento de Pólo de Apoio Presencial para EaD do INEP/SINAES, as Orientações para Mantenedores e Gestores de Pólos de Apoio Presencial da UAB/ CAPES, e, as experiências de EaD vivenciadas pela Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária José Maria Alkimim – PJMA, como também, a realidade de sua infraestrutura física. Tratou-se de uma pesquisa realizada por meio de procedimentos metodológicos qualitativos inspirados numa abordagem descritiva, bibliográfica e documental. O aporte teórico foi desenvolvido em torno das possibilidades, lacunas e os limites da EaD dentro do Sistema Prisional - no que tange as (re) configurações e (re) adaptações dos espaços das escolas prisionais, como também a desconstrução de requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, para se perfazer o movimento de (re) construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as necessidades que a escola prisional requer, principalmente, para as (re) adaptações da realidade de infraestrutura que essa escola verdadeiramente dispõe, a sua “infraestrutura possível”. Por meio desse estudo se pôde concluir que a Educação, independente de sua modalidade, não é um produto, mas sim um “processo em construção contínua” e, portanto, está sempre inacabada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância; Educação em Rede; Educação Libertadora e Significativa; Educação Prisional; Sistema Prisional.

DISTANCE EDUCATION FOR PRISON SYSTEMS:

A Study on Technical Viability of Infrastructure necessary for the implementation of Networked Education in the Schools of the Prison System.

ABSTRACT

This research had as proposal for its development the problematization of the infrastructure of the prison schools for the implementation of the Distance Education teaching modality - EaD, in its spaces and, as a product of this study, presented a Manual on Technical Viability of Infrastructure necessary for the implementation of Networked Education in the Schools of the Prison System, which had as a cut, contribution, subsidy and inspiration the data referring to the physical and technical infrastructure included in the following documents: Quality Reference for the modality of higher education in the Ministry of Education, Accreditation of the Inner Support Pole for EADS of INEP / SINAES, the Guidelines for Maintainers and Managers of Inner Support Pools of the UAB / CAPES, and the experiences of EaD experienced by the César Lombroso State School of Primary and Secondary Education of the Jose Maria Penitentiary Alkimim - PJMA, as well as the reality of its physical infrastructure. It was a research carried out through qualitative methodological procedures inspired by a descriptive, bibliographical and documentary approach. The theoretical contribution was developed around the possibilities, gaps and limits of the EaD within the Prison System - in relation to the (re)configurations and (re)adaptations of the prison school spaces, as well as the deconstruction of basic quality requirements and Common to schools outside prison, to complete the (re)construction of these same quality requirements, taking into account the needs that the prison school requires, mainly, for the (re)adaptations of the reality of infrastructure that this school truly has , Its "possible infrastructure". Through this study it was possible to conclude that Education, regardless of its modality, is not a product, but a "process in continuous construction" and, therefore, is always unfinished.

KEY WORDS: Distance Education; Network Education; Liberating and Significant Education; Prison Education; Prison System.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	JUSTIFICATIVA	21
3.	PROBLEMA	25
3.1.	OBJETIVO GERAL	26
3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4.	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS	27
4.1.	CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL DESSE ESTUDO	27
4.1.1.	<i>O MESTRADO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL DESSE ESTUDO</i>	27
4.1.2.	<i>ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIM</i>	32
4.1.3.	<i>CONSTRUINDO O MANUAL SOBRE VIABILIDADES TÉCNICAS DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIAS PARA IMPLMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM REDE NAS ESCOLAS DO SISTEMA PRISIONAL</i>	37
4.2.	A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O SISTEMA PRISIONAL	60
4.2.1.	<i>ALGUNS DETALHES SOBRE A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL</i>	60
4.2.2.	<i>ALGUNS DETALHES SOBRE OS CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS DA EAD</i> ...	65
4.2.3.	<i>ALGUNS DETALHES SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA EAD EM UM PARÂMETRO MUNDIAL</i>	74
4.2.4.	<i>ALGUNS DETALHES SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA EAD NO BRASIL</i>	76
4.2.4.	<i>REFLETINDO SOBRE POSSIBILIDADES DA EAD PARA AS ESCOLAS DO SISTEMA PRISIONAL</i>	88
5.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
5.1.	<i>CONCEPÇÃO TEÓRICA DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA</i>	101
5.2.	<i>DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DESSA PESQUISA</i>	103
6.	CRONOGRAMA	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de julho de 1984, por meio da Lei nº. 7.210¹, a parte geral do Código Penal de 1940 foi integralmente reformada e entrou em vigor a Lei de Execução Penal – LEP no Brasil com a intenção primeira de se humanizar o sistema penitenciário, pois é por meio da execução penal que o Estado se relaciona com o sujeito condenado buscando proporcionar ao infrator medidas assistenciais e de reabilitação, objetivando sua (re) socialização.

O número de presos no Brasil ultrapassou a marca dos seiscentos mil de acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, divulgados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN², de junho de 2014. O número de presos é consideravelmente superior às quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados.

Em um parâmetro mundial o Brasil tem a quarta maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Com relação a taxa de aprisionamento, constata-se que, em termos relativos, a população prisional brasileira também é a quarta maior, somente os Estados Unidos, a Rússia e a Tailândia têm um contingente prisional mais elevado. E a taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais brasileiros, que, é de 161%, tem a quinta maior no mundo, as Filipinas apresentam uma taxa de ocupação de 316%, o Peru de 223% e o Paquistão 177%. Apesar de os Estados Unidos contarem com a maior população prisional do mundo, a sua taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais é de 102%, e, a Rússia com a terceira maior população prisional do mundo, a sua taxa é de 94%, operando em média, aquém de sua capacidade.

O Brasil ainda exhibe a quinta maior taxa de presos sem condenação, aproximadamente quatro entre dez ou 41%, estavam presos sem ainda terem sido julgados. Na Índia, no Paquistão e nas Filipinas, mais de 60% da população prisional encontra-se nessa condição. Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior

¹ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm> acesso em março/2016.

² Fonte: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - INFOPEN/2014

<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio_depen.pdf> acesso em março/2016.

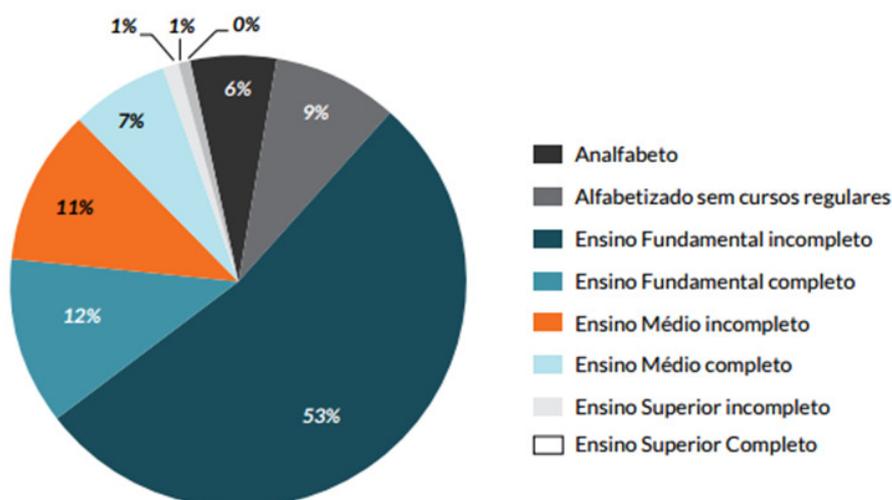
população de presos provisórios, com 222.190 pessoas. Os Estados Unidos são o país com o maior número de presos sem condenação, 480 mil, seguidos da Índia com 255 mil e da China com 250 mil. Essa tendência de se aprisionar sem julgamento, além de contribuir para a superlotação dos estabelecimentos prisionais e de elevar os custos do sistema, ainda expõe um grande número de indivíduos às consequências do aprisionamento.

O gráfico abaixo, apresenta os dados gerais população de sujeitos presos no Brasil, em junho de 2014.

Brasil - 2014	
População prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	299,7

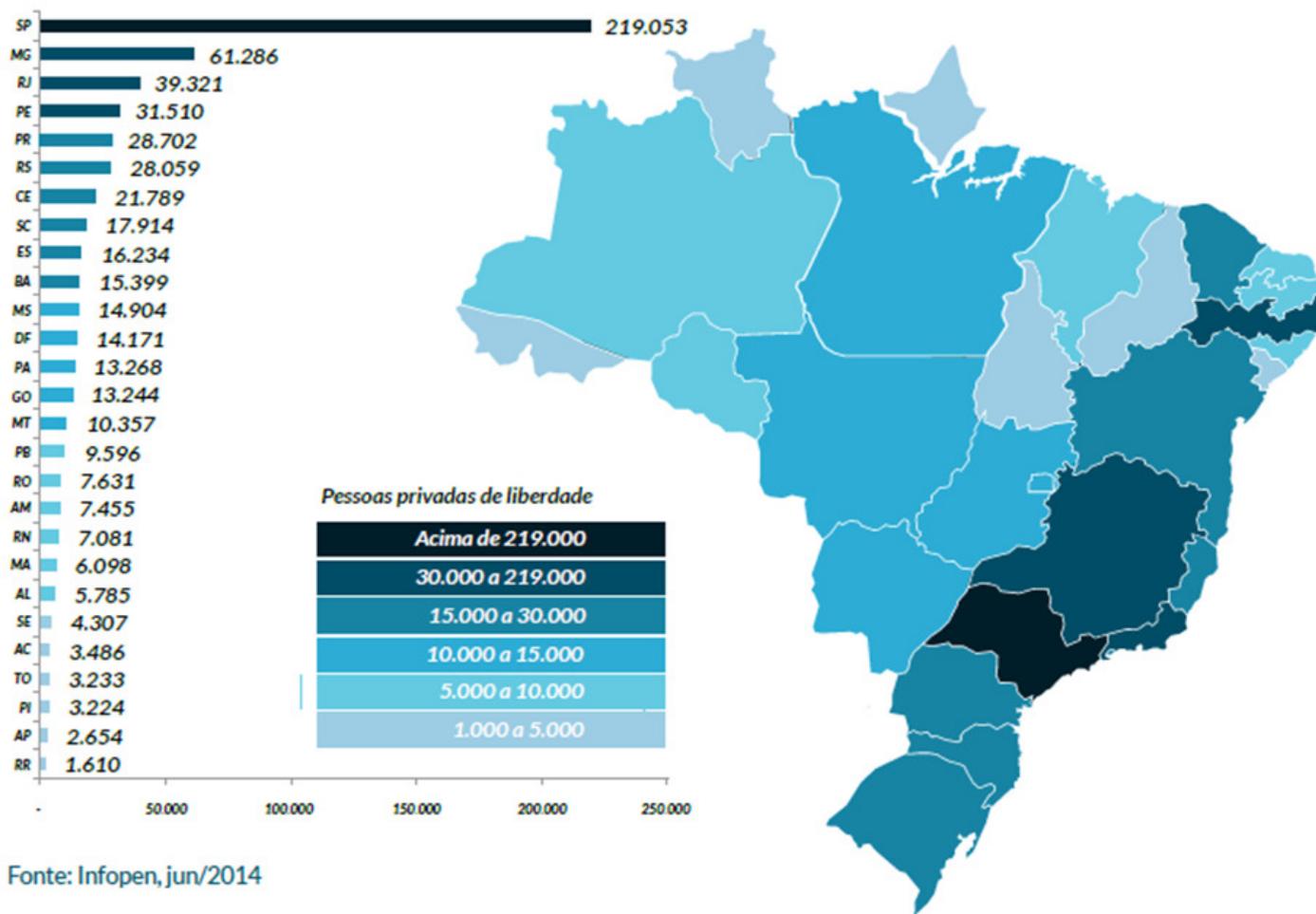
Fonte: Infopen, jun/2014; Senasp, dez/2013; IBGE, 2014

Este outro gráfico, apresenta o nível de escolaridade da população de sujeitos presos no Brasil, em junho de 2014.



Fonte: Infopen, junho/2014

O gráfico abaixo, apresenta a população de sujeitos presos no Brasil, por estados, em junho de 2014.



O número de presos no Estado de Minas Gerais é de 61.286 de acordo com os dados divulgados INFOPEN/2014, o segundo maior em um *ranking* nacional. Desse total, 53% dos presos são provisórios, sem condenação, por falta de julgamentos.

Do total de presos em Minas Gerais, 5.403 estão envolvidos em alguma atividade educacional, o que representa 9,6% de pessoas presas no estado em atividades educacionais, com 1.266 presos na Alfabetização, 4.090 no Ensino fundamental, 1.301 no Ensino médio, 110 no Ensino superior, 19 em Curso técnico (acima de 800 horas de aula) e 321 em Cursos de formação inicial e continuada, 80

presos matriculadas em programas de remição de pena pela leitura e 445 presos envolvidos em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura).

O Estado de Minas Gerais possui 184 estabelecimentos prisionais, dos quais, 102 unidades possuem salas de aula, 31 unidades possuem sala ou laboratório de informática, 48 unidades possuem sala de reuniões e/ou de encontros com a sociedade, 93 unidades possuem biblioteca e 64 unidades possuem sala de professores.

Desse total de 184 unidades prisionais em Minas Gerais, 52 estabelecimentos não possuem espaço para construção de novos módulos, 12 estabelecimentos não prestaram esta informação e 120 estabelecimentos possuem espaço para construção de novos módulos que podem ser usados para educação.

A partir das perspectivas dessa realidade prisional, a modalidade de Educação a Distância pode surgir como proposta construtivista e significativa para todos os níveis e modalidades educacionais oferecidas no Sistema Prisional, e, ainda poderá subsidiar propostas futuras. Não é fácil desconstruir padrões adquiridos historicamente, principalmente padrões educacionais, gerenciais e atitudinais, tanto dos governos, dos profissionais e como da própria sociedade, por esses motivos, se torna da maior relevância possibilitar às escolas prisionais a educação formal e profissional com possibilidade de acesso às tecnologias, à informação significativa e à mediação de professores efetivamente preparados para a utilização inovadora da EaD.

A Educação a Distância se orientando pelos princípios da autonomia, responsabilidade, solidariedade, criticidade, respeito ao bem comum e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, assim como possibilidade de tornar tangíveis os direitos e deveres da cidadania, pode proporcionar oportunidade educacional apropriada, considerando as características dos educandos, seus interesses, as especificidades, as situações do encarceramento, os perfis dos estudantes, as faixas etárias, suas diversidades e culturas, e, ainda, considerando os princípios da equidade, da diferença e da proporcionalidade. O que pode garantir, entre tantos aspectos na sociedade prisional, a oportunidade de se construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais por meio da EaD.

Este trabalho se refere ao estudo e proposta de adequação das escolas prisionais em relação à sua infraestrutura para a implementação do ensino na modalidade de Educação a Distância em suas dependências, com o intuito de se enfrentar as fragilidades próprias das escolas do Sistema Prisional e, procurar contribuir para o rompimento de algumas barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam as unidades escolares prisionais e distorcem ou impedem que a construção do conhecimento, seja pensada, de forma significativa e adequada ao contexto da prisão, para o sujeito educando preso.

Nesse estudo se faz referência ao preso com termo “sujeito”, sendo esta mesma referência uma qualificação para distingui-lo como “sujeito preso” ou, em outras palavras, “sujeito educando preso”. O uso desses termos se deu em respeito à força e amplitude do (re) significado desse termo no cenário prisional. Quando um encarcerado diz “sujeito homem”, o significado desse termo vai muito além do que algum dicionário possa explicar, pois, quando essas palavras são ditas por um sujeito preso, elas assumem teor de validade como o de uma assinatura reconhecida com registro em cartório. Foucault (1997) também, atribui dois sentidos para a palavra sujeito, o de submetido a outro pelo controle e pela dependência e o de assujeitado a sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si, porém ambos vinculados a uma forma de poder que subjuga e submete, na sociedade do cárcere.

Em dada amplitude, essas palavras podem significar garantia de cumprimento de promessa, reconhecimento de poder, e, de lugar reconhecido na sociedade prisional. E, nesse sentido, e, contraditório ao termo “sujeito”, que, conforme o dicionário Aurélio³ quer dizer, dentre vários significados, tais quais, como dependente, subordinado, domado, subjugado, submetido, dócil, cativo; na sociedade do cárcere, essa palavra ou termo assume força, autonomia e reconhecimento do preso, mesmo condicionado a ser manipulado, como bem descreve o cantor *rapper* MV Bil, em sua música “A voz do excluído”⁴: *[...] Contaminado e dominado pelo medo, aqui cadeia é pra puta, pobre e preto; Sujeito homem, não sou sujeitado e tô condicionado a ser manipulado; Por ninguém, minha atitude vai além, falo por milhões, compreendido por menos de cem [...].*

³ Fonte: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>> acesso em dezembro/2014.

⁴ Fonte: Compositor: Mv Bill & Cidade Negra <<http://www.vagalume.com.br>> acesso em dezembro/2014.

Esses sujeitos, os sujeitos presos, trazem experiências sociais, raciais, culturais, de sobrevivência dramática dentro e fora da prisão, e, conforme o pensamento de Freire (1987), a educação deve proporcionar a esses sujeitos saberem de si e do seu ser no mundo, mesmo que esse seu mundo seja o cárcere. A educação não é algo isolado, abstrato, está relacionada estreitamente com a sociedade e a cultura de cada época, a educação não nasce com o homem, é adquirida no decorrer de sua vida.

A realização dessa pesquisa aplicada teve por objetivo principal gerar um produto educacional como finalidade imediata, e, se delimitou por uma metodologia qualitativa inspirada numa abordagem descritiva, documental e bibliográfica, com aporte dos principais autores que discutem questões a respeito do tema central desse estudo.

Para a construção dessa pesquisa e, também para fomentar o produto educacional⁵ produzido, optou inicialmente pelo recorte teórico de seus estudos, versar sobre as características e singularidades do Mestrado Profissional, a construção do produto educacional, a escola prisional, a educação prisional e a modalidade de ensino da Educação a Distância.

Essa pesquisa foi organizada e construída a partir de duas unidades contendo eixos temáticos, que, foram considerados os pilares da construção do levantamento bibliográfico, histórico e documental dos temas centrais de cada unidade para subsidiar a reflexão que concebeu o produto educacional desse estudo.

O primeiro eixo temático foi construído por três capítulos, a partir do levantamento de dados bibliográficos, históricos e documentais com o tema central que descreve dados considerados como relevantes sobre a concepção dos Cursos de Mestrado Profissional no Brasil, e, do PROMESTRE, o Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o produto educacional desse estudo e a escola prisional.

O segundo eixo temático foi construído em seis capítulos, também, a partir do levantamento de dados bibliográficos, históricos e documentais que versam sobre a educação no Sistema Prisional e apresentou o processo de construção e

⁵ O Produto Educacional - Manual sobre viabilidades técnicas de infraestrutura para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional (disponibilizado em DVD/CD no porta mídia localizado na parte interior da contra-capa deste trabalho).

consolidação da modalidade de ensino da EaD e as suas possibilidades dentro do sistema prisional brasileiro.

Pretende-se, após a concretização desta pesquisa, que, não se esgotará neste estudo, contribuir de alguma forma para com os pesquisadores que têm a educação no Sistema Prisional como objeto de trabalho e estudos, para servir de subsidio e fomentação para elaboração de Políticas Públicas, assim, como para poder contribuir na construção do Projeto Político-Pedagógico para a educação em prisões, e, também poderá contribuir de alguma forma para a construção do Plano Estadual de Educação em Prisões, que, é de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal no Brasil.

2 JUSTIFICATIVA

A partir dos estudos e das diversas leituras realizadas com o tema “Educação no Sistema Prisional” e dos diversos trabalhos realizados no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, com destaque para as disciplinas de Antropologia, Psicologia e Sociologia; bem como as disciplinas de Fundamentos das Ciências e Gestão de Pessoas no curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos na Universidade Estácio de Sá - UNESA; as disciplinas da especialização *Lato Sensu* em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância na Universidade Federal Fluminense – UFF; assim como a especialização *Lato Sensu* em Psicopedagogia da Unileya – AVM.

A participação no grupo de pesquisa em Educação, Direito e Cidadania do Curso de Direito no Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte/MG nas Linhas de Pesquisa, Direitos Fundamentais e Novos Direitos, e, também na Linha de Pesquisa Sustentabilidade e Direito - A integração necessária para implementação da cidadania; o que, me proporcionou ao longo dos anos, um grande interesse e gosto pela investigação deste tema.

Pelo trabalho que realizo no Laboratório do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte/MG, o Núcleo de Práticas Jurídicas Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NPJ, com os estudantes estagiários que prestam atendimento jurídico, de mediação, conciliação e arbitragem à população social hipossuficiente de Belo Horizonte/MG, no qual mantenho contato e interação direta com o corpo docente e discente da área do Direito.

A participação e o trabalho na Gerência Acadêmica, em todo o processo de implementação e gestão de ensino da modalidade de EaD da Universidade Estácio de Sá, nos polos em Horizonte/MG, dos campi Floresta e Prado desde o ano de 2007, prestando assessoria à Gestão Acadêmica, montando as grades de horários dos Cursos, locação de Docentes, tutores, distribuição de CH (carga-horária), atividades de Extensão dos Cursos, agenda de lançamentos acadêmicos dos Docentes e Coordenadores, Cursos e Palestras de capacitação para Docentes e Discentes para acesso às plataformas do Sistema SAI, Plataforma EaD – Sistema Acadêmico, Discente, Docente e para Tutoria EaD *on-line* e presencial, aplicação de

provas de Disciplinas *on-line* – 20% e 100% EaD, presencial e semipresencial, e, substituição programada de Docentes.

O trabalho de tutoria realizado entre os anos de 2009 a 2014, como Tutor *On-Line* e presencial no Campus Prado do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte/MG.

O trabalho de tutoria realizado entre os anos de 2013 a 2014 como Tutor *On-Line* do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública – EaD, da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Faculdade de Políticas Públicas - FaPP, no polo da cidade de Taiobeiras/MG.

E, também, o trabalho de tutoria realizado entre os anos de 2014 a 2015 como Tutor *On-Line* do Curso de Licenciatura em Pedagogia – EaD, da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Faculdade de Educação - FaE, no polo da cidade de Ubá/MG.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça⁶, a população carcerária no Brasil, como no resto do mundo, é formada basicamente por jovens, pobres, homens, com baixo nível de escolaridade. Dados de pesquisas sobre o Sistema Prisional indicam que mais da metade dos presos têm menos de trinta anos; 95% são pobres e 96% são do sexo masculino e, 67% são negros, 31% são brancos, 2% são amarelos, indígenas e menos de 1% não se identificaram, com relação às características educacionais dessa população carcerária, os levantamentos constataram que, 6% são analfabetos, 9% são alfabetizados sem cursos regulares, 53% têm o Ensino Fundamental incompleto, 12% têm o Ensino Fundamental completo, 11% têm o Ensino Médio incompleto, 7% têm o Ensino Médio completo, 1% tem o Ensino Superior incompleto e 1% tem o Ensino Superior Completo.

No ano de 1983 foi aprovado o projeto de lei do então Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, o qual se converteu na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, a atual e vigente Lei de Execução Penal - LEP, considerada uma das mais modernas do mundo, na qual, encontramos uma seção que trata especificamente da Assistência Educacional. Essa assistência deve ser materializada por meio da instrução escolar, da formação profissional e da oferta do ensino Fundamental e Médio, obrigatórios e integradas ao sistema escolar.

⁶ Fonte: INFOPEN 2014 <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio_depen.pdf> acesso em março/2016.

A Constituição Brasileira de 1988 preserva o princípio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e estabelece, no Capítulo II, dos Direitos Sociais, a Educação como sendo um deles, além de garantir no art. 205, que a *educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. E, no art. 208 define, ainda, de que forma a educação deve ser efetivada e garante que o *Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito para todos, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria*.

Seguindo este mesmo princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) que reconhece a Educação a Distância como modalidade de Ensino e, *determina que a educação é dever da família e do Estado*, ratifica este direito e considera que o acesso ao Ensino Fundamental e Médio (progressivamente) e com a Lei nº 12061/09⁷, de 27 de outubro de 2009, que, altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394/96, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público, *é direito público subjetivo, garantindo, portanto, que o Poder Público pode ser acionado juridicamente para que as pessoas tenham esse direito afiançado*.

Por determinação específica da Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010, que, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, e também amplia a possibilidade de Ensino na modalidade de Ensino a Distância nas penitenciárias e, também pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que, em seu Art. 26, proclama que *a educação e a cultura são direitos de todo ser humano*.

A identidade própria da modalidade de ensino da Educação a Distância considera, entre outras especificidades de seus educandos, as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse alunado, suas diversidades e culturas, e, para além desses, considera também, os Princípios da Equidade, da Diferença e da Proporcionalidade. O que pode garantir, entre tantos aspectos na sociedade prisional, a oportunidade de se construir conhecimento libertador, significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais.

⁷ Fonte: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/819815/lei-12061-09>> acesso em março/2016.

Em virtude desse cenário esta pesquisa se propõe a contribuir para a construção de uma sociedade democrática, solidária e justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso, pela modalidade de Educação a Distância, refletindo sobre aquilo que já é regulamentado de forma a contribuir para que os aspectos éticos e de qualidade sejam preservados, e, sobretudo se propondo a construir um estudo sobre as viabilidades técnicas de infraestrutura necessárias para implementação da modalidade de ensino da EaD nas escolas do Sistema Prisional.

3 PROBLEMA

Tomando-se por base a escolarização dos sujeitos presos que não tiveram acesso ou interoperaram seu processo formativo escolar quando eram crianças ou adolescentes, por meio da compreensão de uma prática educativa e profissional que atenda as especificidades e as diversidades desse educando, a fim de subsidiar a construção de conhecimento significativo para (re) construção de sua identidade e história de vida no que diz respeito a sua emancipação política, crítica e cidadã, e, sobretudo, refletindo sobre os espaços físicos não adequados das escolas prisionais para a EaD. E, sob os preceitos legais contemplados na Lei de Execução Penal – LEP, Lei nº 7.210/1984; na Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; e, na Constituição Federal Brasileira de 1988, no que se referem à educação dos encarcerados do Sistema Penitenciário e acerca da ineficácia dos atuais métodos de confinamento e a incapacidade de se cumprir os objetivos propostos pela LEP, a Resolução CNE/CEB nº 02 e a Constituição Federal Brasileira que, contempla, dentre outros preceitos, a (re) educação, a (re) socialização e a (re) integração social do sujeito preso, e, afim de se poder contribuir para a (re) construção da identidade e história de vida desse sujeito educando preso, no que diz respeito, a sua emancipação política, crítica e cidadã em prol de sua ressocialização à sociedade, questiona-se: **De que maneira as escolas prisionais podem se adequar em relação à sua infraestrutura para a implementação do ensino na modalidade de Educação a Distância em suas dependências?**

3.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem por intuito a proposta de se investigar os problemas da infraestrutura física da escola no Sistema Prisional, tendo por base a Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária José Maria Alkimim, em relação às suas condições de infraestrutura para implementação do ensino na modalidade de Educação a Distância, e, como produto desse estudo, também, apresentar um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas Escolas do Sistema Prisional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer recortes e delimitações para esta pesquisa e para a construção do Produto Educacional proposto por esse estudo.
- Subsidiar a construção do produto educacional desse estudo, o Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional.
- Apresentar o manual proposto por esse estudo, o produto educacional desse estudo.
- Apontar detalhes gerais sobre a educação no Sistema Prisional brasileiro.
- Elencar os principais marcos históricos em relação à construção da modalidade de ensino da Educação a Distância no Brasil, e, também, em uma perspectiva mundial;
- Destacar os principais documentos que subsidiaram a construção e consolidação da modalidade de ensino da Educação a Distância no Brasil.
- Refletir sobre os conceitos e fundamentos teórico-pedagógicos da modalidade de ensino da Educação a Distância e suas tangíveis possibilidades nas escolas prisionais.

4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS

4.1 O MESTRADO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL DESSE ESTUDO

***“ Escrever é procurar entender,
é procurar reproduzir o irreproduzível,
é sentir até o último fim o sentimento
que permaneceria apenas vago e sufocador.
Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada “***
(Clarice Lispector).

4.1.1. O MESTRADO PROFISSIONAL E O PROMESTRE/FaE/UFMG

O Parecer pode ser um relatório com documentos resultantes de análises técnicas sobre a eficácia de assuntos de interesse de um determinado colegiado ou grupo, uma vez aceito pela maioria da sua comissão. No campo do Direito Parlamentar, Sprosser (2000), preceitua os pareceres das Casas Legislativas como:

Pronunciamentos das Comissões Técnicas sobre proposições, documentos ou papéis cujo objeto incida na sua competência regimental e têm por finalidade esclarecer à Mesa, à Presidência ou ao Plenário, os aspectos técnicos (inclusive jurídicos) e políticos do assunto submetido à Comissão, possibilitando-lhes deliberar com maior conhecimento do assunto e, pois,

com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante, mesmo porque, apesar do esforço técnico, há sempre, possivelmente, algum aspecto que haja escapado ao seu exame e possa vir a ser decisivo no ato de deliberação (SPROSSER, 2000, p. 106 e 107).

Assim, quando se referi ao processo legislativo, o termo parecer assume o significado de pronunciamento de Comissão ou de Relator Especial sobre matéria sujeita à sua análise, sempre emitido com observância das normas estipuladas no Regimento Interno. Em outras palavras, o Parecer são documentos resultantes de análises técnicas emitido por especialista.

De acordo com o artigo 31, parágrafo I, do Regimento Interno Consolidado⁸, caberá às Comissões, observada a competência específica definida nos parágrafos 1º a 22, *dar parecer sobre as proposições referentes aos assuntos de sua especialização. Toda matéria submetida à apreciação de uma Comissão técnica é distribuída a um Relator, que sobre ela externará sua opinião, tornada parecer tão-somente após aprovada pela respectiva Comissão.*

O voto do Relator consiste na sua opinião sucinta sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade de substituição ou de oferecer emenda ou subemenda. Nesta última hipótese, o substitutivo e a emenda deverão constar do corpo do parecer. *A decisão da Comissão consiste em sua posição sobre a matéria, aprovando ou não a manifestação do Relator.*

A manifestação do Relator só se constituirá parecer com a aprovação pela Comissão técnica respectiva. Todo parecer que não obedecer às exigências contidas no artigo 71, § 1º, itens 1, 2 e 3, no tocante à sua estrutura, será devolvido pelo Presidente da Assembléia à Comissão ou ao Relator Especial, para ser devidamente redigido.

De acordo com o Parecer CNE/CES 0079/2002⁹, o Mestrado Profissional – MP, é a designação do Mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. E, confere ao Mestrando *grau e prerrogativas idênticas ao de Mestrado Acadêmico inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação stricto sensu,*

⁸ Fonte: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/regimento-interno>> acesso em Mar/2016.

⁹ Fonte: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/parecer-cne---ces-79-2002.pdf>> acesso em Mar/2016.

tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso.

O Mestrado Profissional tem o intuito de responder a uma *necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo Mestrado Acadêmico e não se contrapõe, sob nenhum ponto de vista, à oferta e expansão desta modalidade de curso*, como também, não se constitui em uma alternativa para a formação acadêmica. Ao contrário, segue padrões de exigência rigorosos como os tradicionalmente adotados pela pós-graduação *Stricto Sensu* e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que é o agente responsável por regular a oferta de programas de Mestrado Profissional por meio de chamadas públicas, bem como avaliar os cursos já oferecidos.

Ribeiro (2005), em seus escritos, amplia as possibilidades do Mestrado Profissional ressaltando algumas especificidades desses Mestrados Profissionais:

Profissionais cada vez mais qualificados mesmo para setores que não lidam com a docência ou com a pesquisa de ponta; aumento das titulações no País e transferência de conhecimento científico para as empresas ou para o mercado, com vistas a benefícios da sociedade como um todo, setor público e movimentos sociais (RIBEIRO, 2005, p.8).

Conforme o pensamento de Ribeiro (2005), se entende que o MP tem por objetivo intervir de forma qualitativa para a formação de profissionais que já estão inseridos no mundo do trabalho, inclusive para além do exercício da docência, sem deixar de lado os requisitos de uma pós-graduação *Stricto Sensu*, contudo, sem o objetivo específico de formar o Mestrando Pesquisador, da forma que é feito pelo Mestrado Acadêmico.

O MP tem por finalidade qualificar os diversos profissionais que não atuam diretamente com a pesquisa ou nem mesmo com a docência, diferenciando-se assim do Mestrado Acadêmico: pode abrir espaço para outras discussões, ampliando o debate e contribuindo para uma análise crítica dos Mestrados até aqui vivenciados e pode, ainda, romper com o pensamento ininteligível que questiona os requisitos de qualidade dos Mestrados Profissionais.

Se entende, portanto, que a intenção do MP é ampliar o vínculo entre a universidade e a sociedade por meio da atuação desses profissionais, e um dos objetivos maiores é a aplicação do conhecimento gerado na universidade em

setores diversos, tais como: empresas, comunidades, instituições públicas de ensino, de saúde, ONGs, movimentos sociais, entre outros espaços educativos.

O Decreto acontece quando uma autoridade regulamenta alguma lei que foi editada pelo poder Legislativo, como a exoneração de um cargo público, por exemplo, e a Resolução acontece somente quando a determinação é *interna corporis* (somente para o poder legislativo). Já a Portaria é quando o chefe de um poder determina que alguma coisa que era feita de uma forma, deverá, doravante, ser feita de outra maneira, são atos de abrangência ainda mais específica do que os Decretos, cuja finalidade é atender assuntos específicos, quase que isoladamente do contexto administrativo, como por exemplo, as nomeações.

De acordo com o terceiro parágrafo da Portaria Normativa nº 17¹⁰, de 28 de dezembro de 2009 da CAPES:

§ 3º O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (Portaria Normativa 17, CAPES, 2009).

Os Mestrados Profissionais em Ensino e/ou Docência, desde o seu surgimento no Brasil, que data dos anos iniciais do século XXI, tem demandado, em prescrições mais ou menos normatizadas, a elaboração de produtos educacionais, por parte dos mestrandos.

Moreira (2004) faz a seguinte referência à construção do produto para os Mestrados Profissionais:

A pesquisa no Mestrado Profissional em ensino deve ter as seguintes características: (...) aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este

¹⁰ Fonte: <http://www.cmpdi.uff.br/images/Portaria/PortariaNormativa_17MP.pdf> acesso em Mar/2016.

trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais (MOREIRA, 2004, p. 134).

Os escritos de Moreira (2004) corroboram diretamente com o pensamento de Ribeiro (2005) quando ele amplia as possibilidades do Mestrado Profissional: o mestrando também pode ser visto como um elaborador de instrumentos de ensino e aprendizagem com a construção de um produto educacional.

A proposta inicial desse estudo realizado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no curso de Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE, Linha de Pesquisa Educação Tecnológica e Sociedade, na Faculdade de Educação – FaE – da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – UFMG, sob orientação da Professora Dra. Analise de Jesus Silva, volta-se para uma reflexão sobre as condições de infraestrutura escolar do Sistema Prisional, com o intuito de se implementar a modalidade de Educação a Distância como proposta efetiva de ensino e aprendizagem, tendo por base a realidade da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, locada no quarto pavilhão da Penitenciária José Maria Alkimim, na cidade de Ribeirão das Neves/MG.

O Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE, tem como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, a construção de um produto educacional, fruto da pesquisa realizada pelo mestrando sobre suas próprias experiências profissionais e acadêmicas, e, também, a elaboração de um texto dissertativo que reflita e subsidie este mesmo produto educacional.

Dessa forma, essa pesquisa teve como proposta de produto educacional, a construção de um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, que poderá servir também como Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede para outras escolas do Sistema Prisional.

Torna-se importante registrar que esse “produto” poderá contribuir diretamente para com os pesquisadores que têm a Educação no Sistema Prisional como objeto de investigação, como também para a fomentação de Políticas Públicas eficazes, colaborar para a construção do Projeto Político-Pedagógico para a educação em prisões, e, finalmente, também poderá contribuir para a construção do “Plano Estadual de Educação em Prisões”, que é, por sua vez, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

4.1.2. ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIM

A primeira penitenciária do estado de Minas Gerais foi construída a partir do ano de 1927, por ordem do então Presidente da República Washington Luís, localizada originalmente na zona rural da cidade de Contagem/MG, numa localidade conhecida como Fazenda das Neves, com 925 hectares. Como esta região era isolada, os operários abriram uma estrada de terra para acesso ao local e foram obrigados a construir casas no entorno do presídio para viver com as famílias no período das obras que se arrastaram por dez anos. Em 1937, com a Lei 968¹¹ foi criada a Penitenciária Agrícola de Neves - PAN, com quatro pavilhões e 200 casas para funcionários, e, nada menos que 300 mil pés de laranjas.

A penitenciária foi inaugurada somente no ano de 1938, porque o então Presidente Getúlio Vargas não dispunha de agenda para participar da cerimônia antes. A PAN foi a primeira penitenciária autossustentável do continente sul-americano e ela se manteve como um modelo para o sistema carcerário no Brasil por muitas décadas, pois os presos eram operários de fábricas de calçados, uniformes, brinquedos e tijolos, criavam gado e cultivavam lavoura; tudo instalado e administrado dentro dos muros da prisão. Essa vocação agrícola e industrial fez da PAN uma penitenciária pioneira no Brasil no incentivo ao trabalho para recuperação de detentos.

De acordo com o Plano Estadual de Educação nas prisões de Minas Gerais (2012)¹², no ano de 1938 foi implantado o atendimento escolar, por meio da Escola Estadual César Lombroso, contando com a presença de convidados oficiais, como o então Presidente da República Getúlio Vargas Dornelles. E, no dia 07 de agosto de 1965, as Escolas reunidas César “Lombroso” foram autorizadas a funcionar, oferecendo Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª séries, desenvolvendo suas atividades com nove turmas. Eram ofertados os Cursos Primário, Ginásial e cursos de qualificação profissional aos alunos presos. Na

¹¹ Fonte: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1927-09-11;968>> acesso em fevereiro/2016.

¹² Fonte: Plano Estadual de Educação nas prisões de Minas Gerais de 2012 <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais-de-educacao-nas-prisoas/peep-mg-cd-mec.pdf>> acesso em março/2016.

década de 1970, ampliou-se o tipo de atendimento escolar com a metodologia do ensino personalizado e matrícula por conteúdo disciplinar de acordo com o interesse e possibilidades do aluno, sem frequência diária obrigatória, na referida penitenciária e nos presídios de Minas.

A antiga Penitenciária Agrícola de Neves – PAN, é hoje, Penitenciária José Maria Alkimim – PJMA, funcionamento com pavilhões de arquitetura modernista inspirados em estabelecimentos penais da Inglaterra e da França, a penitenciária é protegida por tombamento municipal, aprovado pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Ribeirão das Neves/MG.

Conforme os estudos de Amorim-Silva (2016):

(...) até a década de 1960 a educação escolar nesta unidade foi exercida de forma filantrópica, vindo a ser regulamentada para oferta do Ensino Primário em 1965. Na década de 1970, por meio do Decreto 19472 de 17/10/1978 da SEE ampliou-se o tipo de atendimento escolar para o Ensino Secundário por meio da Unidade de Estudos Supletivos (sigla) e posteriormente Centro de Estudos Supletivos (CESU), permanecendo dessa forma até 2007, sob a denominação de Centro de Educação Continuada (CESEC). Através da Portaria nº04/07 da SEE, a metodologia utilizada passou a ser a EJA, unificando-se os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e, ainda, ampliando-se a oferta da Educação Básica com a inserção do Ensino Médio, sob a denominação de Escola Estadual Cesar Lombroso de Ensino Fundamental e Médio (AMORIM-SILVA, 2016, p.92).

Ainda de acordo com Amorim-Silva (2016), a PJMA mantém atividades agrícolas, porém esta já não é mais a sua finalidade como forma de cumprimento de pena. Possui capacidade para 1162 presos projetada com celas individuais que possuem 6m², no entanto, tem 1880 presos, abrigando até três em cada cela individual, não fugindo à regra das prisões de todo o Brasil no que tange à superlotação das prisões no Sistema Prisional.

Os presos que cumprem pena em regime semiaberto vão para a rua diariamente, sem vigilância direta, e, normalmente atuam profissionalmente na construção civil e dentro da unidade, outra turma cultiva horta, tira leite, faz a limpeza e manutenção dos pavilhões e trabalha em fábricas instaladas dentro da penitenciária, como empresas de beneficiamento de alho, de fabricação de tijolos e blocos de cimento. E, todo o pão consumido na Secretaria de Estado de Defesa

Social é feito pelos detentos, dos quais, 315 deles estudam, sendo que quatro fazem faculdade a distância, conforme dados do ano de 2012¹³.

E, de acordo com os estudos de Amorim-Silva (2016) os dados sobre a infraestrutura e funcionários, no mês de dezembro de 2014, da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da PJMA são:

A escola possui uma sede, que se localiza no interior da unidade ligada a um dos quatro pavilhões que, (...). É um prédio de dois andares que contém sete salas de aula e atendem o Ensino Fundamental e Médio, além das aulas virtuais do Ensino Superior, que acontecem no laboratório de informática, que continha 10 microcomputadores em dezembro de 2014.

Existe também sala da direção, secretaria, sala da supervisão, sala de professores, cozinha, biblioteca - com um acervo de 5.297 livros - e auditório. As salas de aula são equipadas com quadro negro em algumas e outras com quadro branco, mesa e cadeira do professor e jogos de carteiras para os alunos. Possuem portas de grade as quais permanecem trancadas com cadeado por fora durante as aulas, por isso, muitas vezes chamadas de "celas de aula".

Possui um corpo docente composto por 24 (vinte e quatro) professores. A administração é composta por um diretor, uma vice-diretora, dois pedagogos - EEB, 4 Assistentes Técnicos da Educação Básica (ATB). Há sempre Agentes de Segurança Penitenciários (ASP) no interior da escola que acompanha toda a rotina pelo lado de fora das salas, bem como realiza a movimentação dos alunos até a biblioteca e banheiro, ficando em seu poder as chaves dos cadeados das salas. As aulas acontecem no turno da manhã e tarde, sendo o expediente escolar deste espaço das 8h as 17h.

No espaço denominado "Anexo", há três salas de aula, equipadas com quadro branco, mesa e cadeira do professor, jogos de carteiras para os alunos e oferta o Ensino Fundamental e Médio. As portas das salas são de madeira e ficam abertas, pois neste local os presos, por serem do regime semiaberto não ficam trancados, somente restritos ao espaço do alojamento, podendo transitar livremente nos horários permitidos pela organização penitenciária da UP. Ficam, em média, quatro ASP's vigiando todo o local e os aposentos são coletivos. As aulas acontecem no turno noturno, começando às 20h e terminado às 22:30h, uma vez que os alunos começam a chegar por volta das 19h (AMORIM-SILVA, 2016, P. 93).

Ainda conforme Amorim-Silva (2016), os dados sobre os estudantes da PJMA são:

Esta unidade foi a primeira do Estado de Minas Gerais a possuir presos cursando Ensino Superior na modalidade EaD com bolsa do PROUNI, obtida através da realização e boa pontuação no ENEM Prisional. Salienta-se que desde 2008 esta unidade vem participando do ENEM mesmo sem ainda ter a sua edição específica para as pessoas privadas de liberdade, que se iniciou em 2009. No ano de 2008 foram apenas 0662 inscritos, já no ano de 2014 tem-se 378 inscritos, tendo seu ápice no ano de 2013 com 431 inscritos. Atualmente 11 presos encontram-se cursando o curso superior

¹³ Fonte: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/07/interna_gerais,287504/penitenciaria-jose-maria-alkmin-completa-75-anos-e-preserva-origens-agricolas.shtml> acesso em Fevereiro/2016.

através do convênio firmado entre SEDS e uma IES para oferta de Ensino Superior no Estado. A profissionalização ocorre através de cursos em parceria com o PRONATEC, em outubro 2014 05 (cinco) presos concluíram o curso de pedreiro, único curso ofertado e executado no ano. Há também capacitação profissional executada por meio das oficinas/parcerias de trabalho sendo que no ano de 2014 foram capacitados 186 presos. Além dessas ações formais, existem ainda as consideradas não formais, executadas por meio de um grupo de teatro e coral (AMORIM-SILVA, 2016, p.94).

Conforme dados divulgados no site Agência Minas¹⁴, cinco detentos de Minas passaram no vestibular em 2012 cursaram a faculdade em cursos presenciais e também na modalidade de ensino a distância. E, de acordo com divulgação da Secretaria de Estado de Defesa Social- SEDS, subiu para 17 o total de detentos mineiros matriculados em faculdades e universidades no ano de 2012.

Desses cinco presos aprovados, quatro cumpriam pena na Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os detentos estudaram na Escola Estadual César Lombroso, que funciona dentro da unidade prisional. O quinto aprovado estava detido no Presídio de Pouso Alegre, no Sul de Minas, e por ter conseguido boas notas, recebeu a bolsa integral do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Ainda, de acordo com os dados divulgados no site Agência de Minas¹⁵, os candidatos aprovados foram os presos R. S. P., de 28 anos, que está no regime fechado concluiu o Ensino Médio e A. G. M. S., de 24 anos, do regime semiaberto, que, por meio do ENEM Prisional conseguiram bolsas e foram cursar Ciências Econômicas em uma Faculdade privada, por meio da EaD. L. J. P., 30 anos, do regime fechado, também foi cursar Marketing, em outra Faculdade privada, também na modalidade de Educação a Distância.

Os três detentos estudaram dentro da própria unidade prisional, por meio de computadores disponibilizados pela penitenciária, na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio com o acompanhamento da pedagoga da unidade. O preso J. C. S., 44 anos, está no regime semiaberto e teve autorização judicial para trabalho externo e realizou o curso presencial de Comunicação Assistiva, em uma Universidade privada. O outro preso A. C. S., de 35 anos, está detido no Presídio de Pouso Alegre, no Sul do Estado e foi aprovado, também no

¹⁴ Fonte: <<https://anastasiagovernador.wordpress.com/tag/secretario-de-estado-de-defesa-social/>> acesso em Fevereiro/2016.

¹⁵ Fonte: <<https://anastasiagovernador.wordpress.com/tag/secretario-de-estado-de-defesa-social/>> acesso em Fevereiro/2016.

ENEM Prisional e selecionado para uma bolsa de estudos integral em outra Universidade privada. O detento cursou Gestão da Tecnologia da Informação por meio da modalidade à EaD. E, segundo o diretor de Atendimento do Presídio de Pouso Alegre, G. V. S., esta foi a primeira vez que a unidade participou do Enem Prisional e ficaram surpresos e satisfeitos com o resultado.

As provas do ENEM Prisional, as quais, os candidatos presos citados realizaram, aconteceram nos dias 28 e 29 de novembro de 2011. Em Minas Gerais, 795 detentos de 43 unidades se inscreveram para o exame com o objetivo de conquistar o certificado de conclusão do Ensino Médio ou se candidatar a vagas em instituições de Ensino Superior e, destes 795 inscritos, 640 realizaram a prova. O ano de 2012 foi o segundo ano consecutivo em que as provas do ENEM Prisional aconteceram em unidades prisionais de Minas Gerais. O número de participantes no ano de 2012 foi mais de três vezes maior que no ano de 2011, quando 233 presos se inscreveram e 221 realizaram as provas que no foram avaliados os conteúdos de Ciências Humanas e Ciências da Natureza e no segundo dia os conteúdos abordados foram Linguagens, Códigos, Matemática e Redação.

Conforme dados divulgados no censo de 2014 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG¹⁶, na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio acontece Educação de Jovens e Adultos – Supletivo para o Ensino Fundamental e Médio. A escola possui água, energia e tratamento de esgoto da rede pública e coleta seletiva de lixo. Possui acesso à Internet com Banda Larga, sala de Diretoria, sala de Professores, Laboratório de Informática, cozinha, banheiro dentro do prédio e uma Biblioteca. E, em relação aos equipamentos, a Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio possui três computadores administrativos, dez computadores para alunos, duas TVs, duas copiadoras, um equipamento de som, duas impressoras, equipamento de multimídia, TV Led, aparelho de Videocassete, DVD, Copiadora e Impressora.

De acordo com os dados divulgados no INFOPEN (2014) e os dados divulgados no censo de 2014 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, como também, de acordo com os estudos de Ferreira (2013) a escola tinha onze turmas e duzentos e sessenta e cinco alunos no ano de 2013, e, contava com onze salas de aula, Biblioteca, sala de professores, sala de computadores, sala

¹⁶ Fonte: < <https://www.educacao.mg.gov.br> <<http://www.escol.as/141791-ee-cesar-lombroso>> acesso em fevereiro/2016.

para direção, coordenação e pedagogo, quadros de corredor, e, já foram oferecidos cursos de formação profissional para os presos na modalidade EaD.

Para fomentar a composição do Produto desse estudo serão consideradas as experiências vivenciadas pela Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de Ribeirão das Neves/MG, no que tange, a realidade da infraestrutura da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio que já ofereceu cursos de formação profissional para os seus educandos presos na modalidade de Educação a Distância, assim, como também, já teve a experiência de ter alunos de graduação EaD em regime fechado e semiaberto.

4.1.3. CONSTRUINDO O PRODUTO EDUCACIONAL DESSE ESTUDO

Um manual é uma publicação que inclui o mais substancial sobre um produto, em outras palavras, é o essencial de um estudo, um guia que ajuda a entender o funcionamento e operacionalização de algo.

E, de acordo com os estudos de Ferreira (2013B):

(...) “manual de operação/instrução, caracteriza-se, em geral, pelo predomínio do discurso instrucional e didático, em que as orientações são dadas usando-se o imperativo, o infinitivo sempre numa interlocução direta com o leitor”. Como tal pode ser um livreto descritivo e explicativo que acompanha determinados produtos, orientado acerca do uso, do funcionamento, da conservação, instalação, etc. Como os manuais que acompanham os eletrodomésticos ou eletroeletrônicos, etc. Nessas condições, entendemos que manuais são orientações que acompanham os objetos e que auxiliam no uso e operação destes. Normalmente trazem imagens que favorecem a compreensão destas instruções” (FERREIRA, 2013B p. 54).

Desta forma, se pode entender, que, manual é todo e qualquer conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, políticas, objetivos, instruções e orientações que devem ser executadas no formato indicado, conforme as orientações descritas e detalhadas para a operacionalização das atividades constantes, e, de acordo com a definição e critérios procedimentais que possibilitarão a consecução racional dos propósitos estabelecidos.

A Gestão da Infraestrutura para implementação de um curso na modalidade EaD para o Sistema Prisional ficará a cargo de mapear e organizar as condições básicas existentes para o seu funcionamento e também zelar por toda essa

infraestrutura física necessária: as salas, os laboratórios, a biblioteca, acessibilidade, dentre outros; bem como a infraestrutura lógica, os equipamentos e a internet, como ressaltam os autores Hermenegildo e Ribas (2009).

Conforme o autor Meirelles (2011) Portaria é:

Um ato administrativo interno pelo qual os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários. Por portaria também se iniciam sindicâncias e processos administrativos. Em tais casos a portaria tem função assemelhada à da denúncia do processo penal. As *portarias*, como os demais atos administrativos internos, não atingem nem obrigam aos particulares, pela manifesta razão de que os cidadãos não estão sujeitos ao poder hierárquico da Administração Pública (MEIRELLES, 2011, p. 37).

Em outras palavras, Portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública a fim de esclarecer ou informar sobre atos ou eventos realizados internamente em órgão público, que contém ordens, instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral e normas sobre a execução de serviços, como por exemplo, nomeações ou demissões.

De acordo com a Portaria Normativa nº 02/2007¹⁷ do MEC, *o polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.*

Os polos de apoio presencial, por sua vez, têm por finalidade exercer a função de apoio pedagógico e administrativo junto aos educandos presos, oportunizando, dessa forma, o encontro presencial com seus pares para realização de trabalhos em grupo, bem como os meios necessários para discussão e interação com o ambiente virtual de aprendizagem, como também viabilizar a realização da avaliação presencial.

Com relação ao polo EaD, Moran (2011):

(...) acredita que a figura dos polos deveria ser repensada e afirma que é necessário dar apoio ao aluno, mas a evolução das redes e da tevê digital a importância do polo local é relativa, isto é, depende de cada curso, do projeto pedagógico, de sua organização. Tecnicamente, hoje é possível fazer o acompanhamento adequado sem a presença física do aluno e ter formas de avaliação em processo e mesmo pontuais com graus de segurança satisfatórios.

¹⁷ Fonte: <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em Março/2016.

(...) não podemos exigir em um curso a distância polos e avaliações presenciais. Se o curso é a distância, por que a avaliação precisa ser presencial e valer mais que todas as atividades feitas a distância? É um evidente contrassenso e mostra de preconceito em relação à modalidade a distância (MORAN, 2011, p. 72,73).

O pensamento de Moran (2011) compactua diretamente com a proposta inicial desse estudo, a implementação da EaD no contraditório ambiente prisional, na escola que exerce a constante luta para conseguir o seu espaço na sociedade prisional e resiste com a possibilidade de uma proposta de emancipação e revisão de história de vida para o sujeito educando preso.

E a desconstrução de um sistema rígido ou já traçado pode abrir novas oportunidades para a construção do conhecimento na escola prisional.

Para se pensar sobre as viabilidades técnicas de infraestrutura para a implementação da EaD para o Sistema Prisional, a partir da proposta desse estudo, fez-se necessário refletir sobre a desconstrução dos requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, e, fazer o movimento de (re)construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as adaptações necessárias que a escola prisional requer, principalmente, para as adaptações da realidade física que essa escola verdadeiramente dispõe.

A escola prisional enfrenta problemas em relação às condições básicas de sua infraestrutura, que, ainda são muito deficitárias, porque, de maneira quase genérica, essas escolas funcionam em espaços prisionais que foram “adaptados”, e não “planejados” para serem, realmente, espaços escolares contextualizados às necessidades de seus sujeitos.

Refletir sobre a implementação da EaD nas escolas prisionais implica, pois, buscar caminhos de adaptações dos espaços físicos disponibilizados para essas escolas.

Pode-se fazer uma correlação da escola prisional com as escolas de cidades interioranas que também não dispõem de uma infraestrutura adequada, e, por meio de parcerias realizadas com a CAPES, promovem adaptações e sediam polos EaD da Universidade Aberta do Brasil¹⁸.

E, nesse sentido, de adaptações e (re)construção de espaços, ações saneadoras tornam-se necessárias para a implementação da EaD nas escolas

¹⁸ Fonte: < <http://www.uab.capes.gov.br/index.php/polos>> acesso em Março/2016.

prisoinais. É necessário atentar que a EaD também está em constante transformação/adaptação a cada projeto pedagógico que é gerido.

Moran (2011) chama atenção para uma importante mudança na educação a distância:

(...) de uma realidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda na educação como um todo. É uma opção importante se os objetivos são o aprendizado ao longo da vida, a formação continuada, a aceleração profissional, a conciliação entre estudo e trabalho (MORAN, 2011, p.45).

A mudança apontada por Moran (2011) na EaD pode transcender as muralhas do Sistema Prisional e, conseqüentemente, enfrentar a defasagem escolar e profissional dos condenados. A escola prisional pode contar, por sua vez, com a possibilidade de adaptações e (re)construção de seus espaços para, que, de fato, a implementação da EaD na sociedade prisional seja uma realidade e possa apontar caminhos para a emancipação do sujeito educando preso e contribuir para a (re)construção de sua história de vida e o seu retorno à sociedade fora da prisão.

Dessa forma, este estudo buscou refletir sobre as adaptações e (re)construções que a infraestrutura da escola prisional deveria se submeter para implementação da educação em rede.

E, com subsídio e inspiração somente, no que tange, as indicações de infraestrutura adequadas para a efetivação de cursos na modalidade de educação a distância na Educação Superior dos documentos, instrumentos, orientações e referenciais de qualidade oficiais, se pôde refletir sobre a realidade da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, da Penitenciária José Maria Alkimim, e, as possibilidades de adequação e (re)construção de seus espaços para se implementar a EaD em suas dependências.

Essa reflexão pôde ser viabilizada por meio dos indicadores de infraestrutura adequada para implementação da EaD constante nos Referenciais de Qualidade para a modalidade de EaD na Educação Superior do Ministério da Educação – MEC; no Instrumento de Avaliação e Credenciamento de Pólo de Apoio Presencial para EaD do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; nas Orientações para Mantenedores e Gestores de Pólos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES.

Assim como as experiências vivenciadas pela Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de Ribeirão das Neves/MG, com cursos profissionais na modalidade de EaD, como também, com os sujeitos presos em regime aberto ou fechado que já estudaram ou estudam nessa modalidade de ensino.

Por meio dessa reflexão de adequações e (re)construção dos espaços da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, se pôde construir o estudo de viabilidades técnicas de infraestrutura para implementação da EaD na referida escola, que, também, poderá servir como referencial inicial para as escolas prisionais.

Na construção desta pesquisa, as informações, que, são precisamente técnicas em relação à composição desse texto, que, por sua vez antecede o produto do estudo aqui apresentado, foram fomentadas e extraídas de sites especializados da internet e transcritas sem (re)interpretações, de forma a manter as propriedades da identificação técnica dos itens, equipamentos e componentes descritos também, no Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional, e, foram também, devidamente referendados com notas de rodapés nas respectivas páginas.

Os Ambientes administrativos devem concentrar toda a logística de administração acadêmica e operacional do polo EaD. Pode incluir depósitos de materiais, sala de reunião e de professores, tutoria e coordenação. Para composição desses ambientes, os mesmos serão adaptados e locados na sala de Coordenação e/ou sala do Pedagogo que possuem uma infraestrutura mínima que atende às expectativas dos ambientes administrativos do Polo EaD na escola prisional, conforme os estudos de Amorim-Silva (2016), os dados divulgados no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2014), os dados divulgados no censo de 2014 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, como também, de acordo com os estudos de Ferreira (2013).

Nos Ambientes acadêmicos os espaços para a tutoria devem contar com salas para atendimento de pequenos grupos, assim como para a realização de possíveis encontros presenciais e laboratórios de ensino, cujos insumos para as atividades desenvolvidas deverão ser especificados de forma clara no projeto pedagógico do curso. Para composição desses ambientes, os mesmos serão

adaptados e locados na sala de Professores e no laboratório de informática que possuem uma infraestrutura mínima que atende às expectativas dos ambientes administrativos do Polo EaD na escola prisional, conforme os estudos de Amorim-Silva (2016), os dados divulgados no INFOPEN (2014) e os dados divulgados no censo de 2014 da SEE/MG, como também, de acordo com os estudos de Ferreira et al (2013).

A Biblioteca deve possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados, disponibilizado em diferentes mídias para atender as atividades de pesquisa e, ainda, deve dispor de espaço interno para salas de estudo individual e em grupo. Para composição desse ambiente será usada a Biblioteca da escola, que, em 2014, já possuía um acervo de 5297 livros, conforme os estudos de Amorim-Silva (2016). A Biblioteca deverá receber o acervo proposto no projeto pedagógico dos cursos que serão implementados e, os espaços de estudos também serão adaptados e locados no mesmo ambiental, pois a mesma possui uma infraestrutura mínima que atende às expectativas da Biblioteca do Polo EaD na escola prisional.

O Laboratório de Informática cumpre papel essencial nos cursos a distância e precisa estar equipado de forma a possibilitar ao educando preso, por meio de ambiente virtual de aprendizagem projetado para a realização do curso, a interação com outros estudantes, docentes, coordenador de curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do curso. Dessa forma faz-se necessário a compatibilidade entre a quantidade de equipamentos disponibilizados e o número de estudantes a serem atendidos. Torna-se importante registrar que, nas escolas prisionais, as turmas são locadas com o número máximo de até quinze educandos.

Para composição do laboratório de informática, sugere-se alguns investimentos possíveis, que, de acordo com as propostas dos cursos EaD que serão implementados poderão ser providos pelos mesmos, ou, por órgãos públicos, entidades filantrópicas que possuem verbas para essa finalidade, e, por fim, deverão ser providos pelo Estado e os órgãos que administram o Sistema Prisional e/ou o órgão que administra o curso EaD que será implementado.

Se pensando em turmas de quinze educandos mantendo a proposta de adaptação e (re)construção de espaços, como também, de adaptações e (re)construção de normas e requisitos de qualidade de um curso EaD, e, nesse

ponto, adaptando-se aos moldes da escola prisional, o laboratório de informática terá uma configuração mínima, que atenda também às expectativas de um polo EaD por conseguinte.

- Sugere-se a instalação no laboratório de informática de um PC em mobiliário que respeita os critérios de acessibilidade e programas instalados para Pessoa com Deficiência Visual e/ou auditiva (Liane TTS, DOSVOX, Non Visual Desktop Access ou NVDA, Virtual Vision, Magic, Macdaisy, Dicionário de LIBRAS, Braille Translator, Rybená, Headmouse e o Teclado Virtual, Jecripe, Easy Voice Fácil, JAWS¹⁹, dentre outros), no Laboratório de Informática, de modo que se possa tratar dos respectivos assuntos administrativos e acadêmicos dessas pessoas portadoras de necessidades especiais.

O primeiro passo a se pensar para um modelo proposto de laboratório de informática é o Link de Internet²⁰ banda larga para acessar o mundo virtual. Precisa invariavelmente existir uma conexão com a internet, e, esse serviço é disponibilizado em bps (bits por segundo) por um provedor, com o qual, pode ser contratado o serviço de internet compartilhada ou dedicada, cabendo então ao contratante definir em qual plano se adequa melhor às suas necessidades.

- O *link* de internet dedicado é oferecido por empresas de telecomunicações (dentre elas as operadoras de telefonia, provedores de acesso, datacenters e outras empresas do gênero). A principal diferença de um *link* dedicado para uma internet banda larga, está na questão da velocidade da conexão, que é muito maior num link de internet dedicada, mesmo quando comparadas as velocidades oferecidas pelo ADSL - *Asymmetric Digital Subscriber Line*.
- Para o *link* dedicado a operadora de xxxxxx concede a garantia de que a velocidade contratada estará 99,9% do tempo e que o serviço ficará disponível no mínimo 99,8% do tempo (cada contrato é de um modo, mas em geral esta é a garantia na maioria dos casos).
- No *link* de internet compartilhado tem-se a garantia de disponibilidade de 10 a 20% da capacidade contratada (em outras palavras, se paga 1

¹⁹ Fonte < <http://www.acessibilidadeinclusiva.com.br>> acesso em Março/2016.

²⁰ Fonte: < <https://technet.microsoft.com>>; < <http://windows.microsoft.com>> acesso em Fev/2016.

mbps, mas geralmente recebe de 0,1 a 0,2 mbps para navegação). Em muitos casos, o link de internet dedicado está disponível somente para pessoa jurídica.

A internet é transmitida por meio de cabo coaxial, cabo de telefone ou fibra óptica, e, para que essa internet chegue até o laboratório de informática, torna-se necessário o uso de um aparelho denominado *modem*²¹.

- O *modem* é um dispositivo eletrônico que modula um sinal digital em uma onda analógica, capaz de ser transmitida pela linha telefônica, e que demodula o sinal analógico e o converte novamente para o formato digital original, criando uma comunicação entre dois pontos. É exatamente por causa dessa característica que o aparelho tem este nome, que vem da junção das palavras (mo)dulador e (dem)odulador.
- No entanto, torna-se importante salientar que diferente dos modems para acesso discado, os ADSL não precisam converter o sinal de digital para analógico e vice-versa, porque ele é sempre digital - o que pode, inclusive, ser visto no nome da tecnologia: ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Line.
- De forma bem genérica o *modem* é o aparelho que fica entre o roteador e o servidor de internet. Ele é ligado ao seu roteador e é a ponte entre seu roteador e o mundo externo à sua residência, o mundo virtual. Em outras palavras, o modem consegue entender as informações recebidas pela linha telefônica, cabo coaxial ou fibra óptica e as envia para um computador ou roteador por meio do cabo de rede. E da mesma forma, tudo que é recebido pelo cabo de rede é transmitido novamente pela linha telefônica, cabo coaxial ou fibra óptica de volta para o seu provedor de internet.
- Os modems mais comuns no mercado são os *modems* ADSL2, ADSL2+ e os chamados “Cable modem”, usados na internet a cabo, que vem junto com o sinal de TV. Conforme as tecnologias de conexão à Internet vão se aperfeiçoando, certas tecnologias vão caindo em

²¹ Fonte: <<http://www.palpitedigital.com>>; <<http://windows.microsoft.com>> acesso em Fev/2016.

desuso, como é o caso da conexão de internet discada e os antigos modems utilizados na mesma.

- O ADSL e o 3G empregam diferentes tecnologias usadas para modular o sinal que transmite os dados que trafegam da operadora de telefonia até o *modem*. O *modem* que decodifica o sinal transferido pelo ADSL é chamado de modem ADSL e o que decodificar o sinal enviado pelo 3G é chamado de modem 3G. Se o meio de transmissão utilizado é cabo ou o ar (sem fio) não faz diferença. O *modem* irá decodificar um sinal elétrico que já foi processado por várias camadas que lidam com o meio de transmissão físico e transformam o sinal em algo que o modem possa entender.

Em seguida, o sinal de internet passará pelo *Firewall*²² que é a peça fundamental que protege a rede interna utilizando um sistema que bloqueia, filtra e registra acessos.

- O *Firewall* é responsável também por assegurar o tráfego entre a rede acadêmica e administrativa, segundo uma política de segurança pré-definida, onde o sigilo e a segurança das informações são o principal foco, principalmente, em se tratando de um laboratório de informática dentro de uma penitenciária do Sistema prisional.
- O Firewall é um *software* que verifica informações provenientes da Internet ou de uma rede, e as bloqueia ou permite que elas cheguem ao seu computador, dependendo das configurações de acesso. Um *firewall* pode ajudar a impedir que *hackers* ou *softwares* mal-intencionados (como *worms*) obtenham acesso aos PCs por meio de uma rede ou da Internet. Um *firewall* também pode ajudar a impedir o computador de enviar *software* mal-intencionado para outros computadores. Um *firewall* não é a mesma coisa que um antivírus. E, para ajudar a proteger a rede e os computadores do laboratório, são necessários tanto um *firewall* quanto um antivírus e um antimalware.
- Para as redes que ficam conectadas à Internet, é necessária a configuração do Serviço de Firewall que vai controlar todo o acesso à

²² Fonte: < <http://windows.microsoft.com>>; < <https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>> acesso em Fev/2016.

internet. O Firewall é um mecanismo que atua como defesa da rede interna, controlando o acesso ao sistema por meio de regras e a filtragem de dados.

- O *proxy*²³ funciona como uma espécie de "reservatório comunitário (cache)" onde toda página que um usuário visualizar ficará armazenada e quando outro (ou o mesmo) usuário requisitar a mesma página, ela não será recarregada da Internet novamente, simplesmente será lida do disco e entregue, economizando tráfego de rede.

O Servidor de domínio²⁴ ou controladores de domínio são um grupo de computadores, programas e dispositivos de rede que é administrado como uma unidade, com normas e procedimentos comuns para uso por um grupo específico de usuários. Os usuários fazem login no domínio para obter acesso aos recursos.

- O Domínio teoricamente pode ser aplicado a qualquer tamanho de rede, bastando apenas ter uma máquina como servidor e ter instalado nela um sistema operacional de servidores como o Server 2012 para o sistema operacional *Windows* em suas várias versões e também ter instalado o *Active Directory* (AD). E o *Fedora Server*, que é um sistema operacional de servidor poderoso e flexível para o *LINUX*, que inclui as melhores e mais recentes tecnologias de datacenter. Ele coloca o usuário no controle de toda a sua infraestrutura e serviços. Tendo estes programas, esta máquina torna-se um Controlador de Domínio.
- Um domínio é criado para controlar as máquinas de uma rede. Por meio do domínio pode ser controlado os dados dos usuários, permitir ou negar acesso a recursos da rede e sites, desativar, por exemplo, o *Internet Explorer* nos PCs caso não seja necessário o uso dos mesmos e assim evitar que os usuários acessem a internet ou determinados sites. Por meio de GPOs bloqueia-se ou permite os acessos aos recursos.

²³ Fonte: < <http://windows.microsoft.com>>; < <http://www.garlix.com.br>> acesso em Fev/2016.

²⁴ Fonte: < <http://windows.microsoft.com>>; < <https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>> acesso em Fev/2016.

- Após a instalação do primeiro controlador de domínio na organização, estará criado o primeiro domínio (também chamado de domínio raiz) e a primeira floresta. É possível adicionar controladores de domínio a um domínio raiz já existente para fornecer tolerância a falhas, melhorar a disponibilidade dos serviços e balancear a carga dos controladores de domínio existentes.
- Dessa forma, se percebe importância de um Servidor de Domínio no laboratório de informática dentro do Sistema Prisional, pois, por meio desse mecanismo poderá ser centralizado o controle de acesso à internet dos educandos presos no laboratório de informática.
- Os computadores atualmente necessitam trabalhar conectados para uma melhor eficiência e maior produtividade. Por vezes é necessária conexão local, por vezes é necessária conexão com a Internet, e, na maioria dos casos, ambas as conexões são necessárias. Um computador que faz parte de uma rede e que fornece serviços a outros computadores é chamado de servidor. Os servidores costumam ser usados para armazenar arquivos digitais para que ele funcione como centralizador dos dados. Configuração do Servidor de Arquivos para fornecer acesso às informações nele armazenadas por meio de conexões com estações de trabalho com sistema operacional que possa interpretar o protocolo SMB (*Windows, Linux, Macintosh...*).

Por meio e do Proxy e dos Servidores que será realizado o controle de acesso à internet dos educandos, dos sujeitos educandos presos.

O *Switch*²⁵ (comutador) é um equipamento de interconexão, do tipo concentrador de rede, porém, ele divide a rede em domínios de colisão independentes, é um importante equipamento que possibilita a conexão de computadores em redes. Bem, a melhor maneira de entender o funcionamento do *Switch* é considerá-lo como uma evolução do *HUB*. Ele é uma ponte multiportas, o que quer dizer que se trata de um elemento ativo que age no nível 2 do modelo *OSI*.

- Esse comutador, o *Switch*, analisa as tramas que chegam às suas portas de entrada e filtra os dados a fim de comutá-las unicamente

²⁵ Fonte: < <http://br.ccm.net>>; < <https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>>; <<http://www.techtudo.com.br>> acesso em Fev/2016.

para as portas adequadas (fala-se de comutação ou redes comutadas). De modo que o comutador permite combinar as propriedades da ponte em matéria de filtragem e do concentrador em matéria de conexão. O comutador utiliza um mecanismo de filtragem e de comutação que consiste em dirigir os fluxos de dados para as máquinas mais adequadas, em função de certos elementos presentes nos pacotes de dados.

- Criado principalmente para resolver os problemas que o *hub* apresentava, o switch é um equipamento que apresenta basicamente a mesma função executada de uma maneira diversa. Diferente de seu antecessor, um comutador, como também é chamado, recebe a informação a ser transmitida e a repassa apenas para o destinatário, evitando expô-la a outros computadores.
- O processo é realizado decodificando o cabeçalho do pacote e localizando as informações do receptor dos dados. O aparelho guarda os endereços dos destinatários em uma tabela na sua memória. Dessa forma, ele consegue entregar as informações unicamente à máquina destinada e, assim consegue ainda diminuir o tráfego da rede.
- Quanto aos recursos, os computadores podem ser classificados como gerenciáveis e não gerenciáveis. A principal diferença entre eles é que o primeiro se limita a apenas conectar dispositivos e transmitir dos dados dentro da rede, enquanto o segundo, além de fazer isso, conta com ferramentas que permitem administrá-lo remotamente ou até mesmo ver relatórios sobre determinados aspectos da rede e seu uso.
- Enfim, de uma forma genérica, o switch distribui a internet que chega ao laboratório de informática para os computadores, PCs ou estações de trabalho.

Desde o início do século XXI, o emprego da tecnologia de *software* se intensificou nos processos de criação de produtos tecnológicos que permitem comunicação por meio de mensagens a distância, controlar dispositivos automaticamente e acesso a informações ou banco de dados. Nas palavras de Squirra (2007) o *software* está presente na troca instantânea de mensagens, no acesso às informações, e, em praticamente todos os artefatos tecnológicos digitais

porque são componentes da engenharia da computação que especializaram o uso de outras tecnologias, principalmente do *hardware*.

De acordo com Valverde (2003), foi a partir da década de 70 que começaram a surgir máquinas menores, os minicomputadores, para servir como alternativa aos *mainframes*, em outras palavras, computadores de grande porte, máquinas capazes de fazer processamento de informações em altas velocidades para mais de um usuário ao mesmo tempo.

A partir da evolução dos *mainframes* e os minicomputadores, grandes empresas como a IBM passaram a empreender no ramo dos microcomputadores. Aliando-se a *Microsoft*, a IBM lançou seu primeiro *desktop*, o primeiro PC, em outras palavras, o primeiro *personal computer no ano de 1981*, de acordo com Headrick (2009).

Conforme Valverde (2003) as empresas começaram a se voltar para a informatização de atividades de produção industrial e das atividades operacionais nos escritórios, em tarefas simples ou complexas, desde jogos de entretenimento à produção de textos e de cálculos em planilhas eletrônicas. A *Microsoft* se especializou em sistemas operacionais e na fabricação de *softwares* para automação de escritórios, enquanto outras empresas se destacaram, como a *Apple*, que, também se especializou na fabricação de microcomputadores, PCs, *softwares* multimídia para operar com som avançado e recursos de monitor capazes de operar com imagens em movimento, conforme Straubhaar (2004).

O PC²⁶ é um conjunto de circuitos eletrônicos que permitem manipular dados sob forma binária, em outras palavras, sob a forma de bits. Os componentes materiais do computador são estruturados em redor de uma placa principal que comporta alguns circuitos integrados e muitos componentes eletrônicos como condensadores, resistências, etc. Todos os componentes estão soldados à placa e ligados pelas conexões de circuito impresso e um grande número de conectores, esta placa se chama placa-mãe²⁷.

A placa-mãe está alojada numa caixa, geralmente chamado de gabinete, comportando lugares para os periféricos de armazenamento sobre a face dianteira, bem como botões que permitem controlar a ligação do computador e diversos *leds*

²⁶ Fonte: < <http://br.ccm.net>>; < <https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>>; <<http://www.techtudo.com.br>>; < <http://br.ccm.net>> acesso em Fev/2016.

²⁷ Fonte <<https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>> acesso em abril de 2016.

que permitem verificar o estado de andamento do aparelho e a atividade dos discos rígidos. Na face traseira, o gabinete apresenta aberturas para as cartas de extensão e as interfaces de entrada/saída ligados à placa-mãe.

Por último, a caixa aloja um bloco de alimentação eléctrica, chamado geralmente de fonte²⁸, encarregado de fornecer corrente eléctrica estável e contínua ao conjunto dos elementos constitutivos do computador. A alimentação serve, por conseguinte, para converter a corrente alternativa da rede eléctrica (220 ou 110 Volts) numa tensão contínua de 5 Volts para os componentes do computador e 12 volts para certos periféricos internos (discos, leitores de DVDs, Bluray...). A fonte é caracterizada pela sua potência, que condiciona o número de periféricos que o computador é capaz de alimentar. A potência da fonte é compreendida geralmente entre 200 e 450 Watts.

Dá-se o nome de unidade central²⁹ ao conjunto composto do gabinete e os elementos que contém. Os elementos externos à unidade central são chamados periféricos. Esta unidade central deve ser ligada a um conjunto de periféricos externos. Um PC ou computador é composto geralmente no mínimo de uma unidade central, um ecrã (monitor), um teclado e um mouse, mas é possível ligar uma grande diversidade de periféricos sobre as portas das interfaces de entrada/saída (portas séries, portas paralelas, porta USB, porta firewire, etc.).

A configuração básica³⁰ para um PC de laboratório de informática para a proposta desse estudo e, de acordo com pesquisas realizadas em sites especializados para essa finalidade na internet, segue:

- Placa-mãe *ASUS M5A78L LE* - Este modelo vem com quatro *slots* para memória DDR3, dando margem para futuros *upgrades* e, assim, prolongando a vida útil da máquina. O *chipset* é o AMD 760G, esta *ASUS* suporta até mesmo CPUs com TDP de 125 *watts*, o que significa que se pode trocar o seu processador futuramente caso haja necessidade de mais poder de processamento.
- Processador *Intel Core i3-4160* - Este modelo pode operar com até 32 GB de memória *RAM*, sendo capaz de perdurar por alguns anos e

²⁸ Fonte < <http://www.techtudo.com.br>>; < <http://br.ccm.net>> acesso em abril de 2016.

²⁹ Fonte <<https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>> acesso em abril de 2016.

³⁰ Fonte < <http://www.tecnicomovel.com/>> acesso em abril de 2016.

manter resultados satisfatórios, processador econômico que tem TDP de apenas 54 *watts*.

- Memória *RAM* de 4 GB.
 - Placa de vídeo *Point of View GTX 750Ti 2GB DDR5 - VGA-750I-A1-2048*.
 - *HD Seagate 1 TB ST1000DM003* - Este modelo da Seagate é do tipo *SATA 3* e oferece alto desempenho. Graças à velocidade de rotação de 7.200 *RPM* e à memória cache de 64 *MB*.
 - Fonte PCYES 430W.
 - Gabinete ATX 2 baias.
 - Sistema Operacional *Linux* – *software* gratuito, de código-fonte aberto e amplamente disponível, sugere-se a instalação do Sistema *Linux* Educacional.
-
- Os componentes periféricos³¹ podem ser de entrada ou de saída, conforme se destinam a enviar ou receber dados do computador, respectivamente, como players de mídias DVD, *Bluray* (se for o caso, somente em uma quantidade mínima, pois esta mídia não é habitualmente usada pelas escolas e cursos), caixa de som acústica e amplificada, microfone, projetor de Multimídia ou *DataShow*, tela de projeção, câmera filmadora, *scanner*, impressora, dentre outros equipamentos, sugere-se, que, também, sejam providos conforme os investimentos possíveis, que, de acordo com as propostas dos cursos EaD que serão implementados poderão ser provido pelos mesmos, ou, por órgãos públicos, entidades filantrópicas que possuem verbas para essa finalidade, e, por fim, deverão ser provido pelo Estado e os órgãos que administram o Sistema Prisional e/ou o órgão que administra o curso EaD que será implementado.

Segue, portanto, uma proposta para a infraestrutura pensada a partir de um conjunto de recomendações que irão subsidiar a elaboração do Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da

³¹ Fonte < <http://www.techtudo.com.br>>; < <http://br.ccm.net>> acesso em abril de 2016.

Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional, para montar o laboratório de informática do polo EaD, mantendo-se a proposta inicial de adaptação e (re)construção de espaços, como também, de adaptações e (re)construção de normas e requisitos de qualidade para implementação da Educação a Distância, adaptando-se aos moldes da escola prisional.

Contudo, uma escola prisional que venha propiciar um ambiente adaptado e adequado ao desenvolvimento de projetos educacionais, com base e inspiração nos recortes pesquisados nesse estudo, e, que também terá, desta forma, uma configuração mínima para se atender às expectativas de um polo EaD que:

- Deverá contemplar, minimamente, 2m² para cada computador a ser instalado para garantia de um mínimo de espaço para o uso dos equipamentos pelos respectivos educandos presos, provendo um ambiente de aprendizagem agradável e confortável.
- Deverá ter uma entrada única para o laboratório, fechada por porta em madeira resistente com fechadura e travamento rápido interno. Se porta externa, uma segunda porta, em grade de aço com cadeado;
- Deverá estar protegido de forma adequada contra agentes agressivos como, por exemplo, areia, poeira, chuva.
- Em relação à alvenaria, não poderá apresentar falhas estruturais no prédio em que se encontra o laboratório, pois infiltrações, rachaduras, umidade e mofo podem comprometer a segurança tanto dos usuários, como dos equipamentos nele instalados.
- Deverá estar localizado distantes de tubulações hidráulicas visando garantir a integridade dos equipamentos a serem instalados, bem como a dos ocupantes do laboratório, uma vez que tais agentes agressivos não só podem danificar os equipamentos como também provocarão desconforto aos educandos presos e os demais ocupantes do laboratório.
- Deverá ter um duto para passagem de cabo telefônico ligando a caixa central de telefonia ao laboratório de informática. Este duto permitirá que a operadora de telefonia fixa realize a conexão do laboratório à internet. Esta é uma conexão do tipo ADSL.
- Deverá ter o pé direito mínimo de 2,6 metros, promovendo maior comodidade e ventilação para a sala destinada ao laboratório.

- Deverá ter as paredes pintadas em cor clara, com tinta resistente à água e à ação do tempo.
- Deverá ter um quadro de laminado melanínico branco, com dimensões mínimas de 1,5m X 1,25m, para ser fixado à parede com calha-suporte para marcadores. A utilização de quadro com giz é inadequada no ambiente com microcomputadores, pois o acúmulo de pó nesses equipamentos poderá prejudicar o seu funcionamento ou reduzir a vida útil destes.
- Deverá ter iluminação natural – número suficiente de janelas, dotadas de cortinas e/ou persianas para evitar exposição direta à luz solar.
- Deverá ter iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes ou de *Leds*, com interruptores independentes, que possibilitem desligar parcialmente as luzes próximas ao quadro branco, evitando reflexos indesejáveis, com o objetivo de disponibilizar conforto visual para os ocupantes do laboratório, bem como a preservação das condições gerais do ambiente e equipamentos.
- Deverá manter uma temperatura ambiente de no máximo 30°C (equipamentos + usuários) em condições naturais, se não for possível, deverá ser instalado um aparelho de ar condicionado de, no mínimo, 18.000 BTUs, pois as especificações técnicas de temperatura para o perfeito funcionamento do laboratório e dos equipamentos de informática não podem ser altas, pois correm o risco de danificar as máquinas, além de ser desconfortável para os usuários.
- Deverá ter um piso adequado, de madeira, pedra, cimento liso, vinil, cerâmica ou equivalente, porém, sem desníveis, ressaltos ou batentes. A exigência da utilização de material que não gere energia estática com o atrito no piso do laboratório se dá em função de que descargas elétricas, mesmo que mínimas, podem atingir os equipamentos e danificá-los. E a existência de desníveis, ressaltos ou batentes poderá provocar a queda de algum dos ocupantes do laboratório, bem como provocar o acúmulo de resíduos e água, que também podem prejudicar o ambiente como um todo.
- Deverá ter tomadas elétricas comuns de três pinos que não estejam compartilhadas com a rede elétrica dos equipamentos de informática,

por conta das interferências e oscilações geradas por outros aparelhos ligados, pois podem vir a causar danos aos estabilizadores e fontes de alimentação dos equipamentos, chegando a provocar até mesmo a queima desses.

- Deverá dispor de rede elétrica com fornecimento nas voltagens de 110 e/ou 220V, com capacidade mínima de 10KVA, sendo estes parâmetros o mínimo de carga na rede elétrica para o funcionamento dos equipamentos a serem instalados. Tais requisitos, se não cumpridos, poderão acarretar na queima de componentes, estabilizadores e dos PCs em função de possíveis quedas e oscilações inesperadas de energia no laboratório.
- Deverá dispor de um quadro de distribuição de energia elétrica exclusivo para os equipamentos de informática, independente de quaisquer outros aparelhos elétricos, visando, como já dito anteriormente, evitar interferências e oscilações na rede elétrica geradas por outros equipamentos ligados também à energia elétrica no prédio.
- Deverá realizar o aterramento do quadro e seus circuitos (não usar o neutro da rede), com resistência menor ou igual a 10. Nos locais onde não existe um sistema de aterramento instalado ele deverá ser construído, já que em nenhuma hipótese deverá ser substituído pelo neutro da rede elétrica. Sugere-se que esta questão seja tratada com o auxílio de um especialista, um eletricista ou uma empresa de instalações elétricas.

Ainda assim, recomenda-se a construção de um sistema de aterramento simples, da seguinte forma: Na canaleta destinada à fiação elétrica, passe juntamente com os cabos elétricos um fio de cobre com aproximadamente 0,5 cm (meio centímetro) de diâmetro. Esse cabo deverá ter o comprimento suficiente para passar pela canaleta e ainda sobrar para os procedimentos que se seguem:

- No exterior do ambiente informatizado, utilize três hastes de cobre com 2 metros de comprimento, enterrando-as em forma de triângulo ou em linha, a uma distância de 2 metros entre cada uma das hastes

deixando aproximadamente 10 centímetros de cada haste exposta para conexão da fiação.

- Faça a ligação entre as hastes utilizando fio de, no mínimo, 10 mm de espessura, de forma a criar um triângulo fechado ou, caso as hastes estejam em linha, uma linha aberta. E, lembre-se que os fios deverão estar presos a cada uma das hastes através de conectores próprios, de forma a garantir que não se desprendam.
- Recomenda-se ainda a criação de caixas de acesso às pontas de cada haste, visando facilitar a manutenção, proteção e o acesso às mesmas;
- Uma extremidade do cabo de cobre descrito no item 1 deverá ser conectado ao triângulo ou linha.
- O fio de cobre, que agora é o fio terra, deverá ser ligado ao terceiro pino de todas as tomadas da rede elétrica que se desejem aterrar.
- Para a averiguação do aterramento, utilize um multímetro para averiguar a tensão existente entre o neutro e terra das tomadas. Essa voltagem não poderá exceder 3 Volts.
- O neutro da rede elétrica não deve ser utilizado porque não é um fio terra (embora popularmente seja conhecido com o nome de terra). O neutro é usado apenas como referência para a fase.
- Obs: Se, por exemplo, uma rede possui uma voltagem de 110V, isto significa que a diferença entre a voltagem do neutro e a voltagem da fase é de 110V, não significando que a voltagem do neutro seja zero. Conseqüentemente pode haver eletricidade no chamado neutro da rede, e é por isso que ele não deve ser usado em hipótese alguma como terra da rede elétrica.
- Outra prática muito comum, mas com resultados catastróficos, é a utilização de fios amarrados em pregos, canos de ferro, canos de PVC ou torneiras para servir como aterramento. Esses sistemas não são terras e, se usados, podem colocar em risco todos os equipamentos elétricos a eles ligados.
- Na instalação elétrica deverá ter tomadas tremulares monofásicas de 3 (três) pinos, padrão NEMA 5P, instaladas ao longo das paredes, em caixas modulares externas ou embutidas, uma para cada equipamento

individualmente, a referida tomada tem modelo padrão, e, é exigida sua utilização em equipamentos de informática, portanto, todos os equipamentos virão com seus respectivos conectores de força para encaixe nesse padrão de tomada.

- Deverá ter a fiação elétrica embutida ou externa em canaletas (importante: todos os fios devem estar ocultos ou presos). É imprescindível tomar precaução para que toda a fiação elétrica esteja devidamente protegida evitando-se assim possíveis acidentes aos ocupantes do laboratório, assim como aos equipamentos.
- Deverá ter um quadro de disjuntores para cada conjunto de 4 tomadas (máximo 20A). Dotado de etiquetas identificadoras, visando garantir a proteção elétrica dos equipamentos instalados, bem como facilitar a identificação de possíveis problemas por meio da identificação existente, componente de segurança necessária exigida ao laboratório de informática.
- Deverá ter um projeto ou diagrama da rede elétrica – no mínimo um diagrama, um mapa do laboratório com a identificação dos circuitos, disjuntores e tomadas, facilitando assim uma eventual manutenção necessária, bem como futuras alterações e/ou reformas que por ventura sejam necessárias.
- Deverá ter pára-raios de linha, para proteção contra descargas atmosféricas, garantindo assim a segurança da rede elétrica contra eventuais danos proveniente de raios.
- Deverá ter cabeamento estruturado³², que é uma maneira padronizada de cabear um tipo de rede (independentemente de seu tipo: telefonia, internet, etc) minimizando custos e maximizando possíveis expansibilidades futuras. Todas as sinalizações de dados, voz (telefonia), multimídia (som ambiente ou vídeo) podem ser transmitidas por meio do mesmo cabo de mesma infraestrutura (tomadas, conectores, painéis).

³² Fonte: < <http://br.ccm.net>>; < <https://technet.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>>; <<http://www.techtudo.com.br>>; < <http://br.ccm.net>>; < <http://www.gestaodinamica.com.br>> acesso em Março/2016.

- Na implementação do cabeamento estruturado, a instalação deverá ser feita com materiais de primeira linha, serviços de infraestrutura física e profissional adequada, além de um projeto que assegure ao contratante e aos seus usuários os requisitos necessários exigidos para uma performance segura, ágil e confiável na transmissão de dados, voz e imagem.
- Uma mesa para cada PC ou bancada, com tampo de madeira revestida, fosco, cor clara, profundidade mínima de 75 cm, mínimo de 2 cm de espessura, cantos arredondados ou borda revestida. Tal exigência se dá em função da acomodação dos equipamentos e respectivos usuários, bem como a utilização de material adequado e de custo mais baixo na confecção das bancadas.
- Cadeiras para PC, com estrutura de aço, sem braços. Recomenda-se ainda, se possível, a aquisição de cadeiras com rodas, que facilitam o deslocamento dentro do laboratório.
- Uma mesa para impressora, com tampo em madeira revestida, fosca, cor clara, inteiriça, medindo cerca de 60 cm X 50 cm, mínimo de 2 cm de espessura. Os cantos deverão ser arredondados ou com borda revestida, a uma altura de aproximadamente 75 cm. Neste caso, também poderão ser utilizadas as bancadas para acomodação das impressoras, desde que possuam o espaço recomendado neste item, além do utilizado pelos PCs.
- Deverá ser etiquetados com identificação dos circuitos todas as tomadas e disjuntores.
- Deverá ter etiqueta de aviso em todas as tomadas, buscando não só a facilidade de manutenção, como também evitar que outros equipamentos sejam inadvertidamente ligados à rede elétrica destinada aos equipamentos de informática, podendo provocar interferências prejudiciais a estes.
- Deverá ter vigilância permanente e sistema de alarme, para garantir maior segurança contra possíveis roubos aos equipamentos instalados.

Em relação à disposição dos equipamentos, isso irá depender do projeto pedagógico do curso em questão, e, os equipamentos precisam ser instalados com

uma distância mínima de 1m entre eles, essa distância impede interferências e facilita a sua utilização e manutenção.

- Todos os elementos, equipamentos, *softwares* e *hardwares* possuem garantia contra defeitos de fabricação e assistência técnica para manutenção que pode ser verificado com os responsáveis pelo laboratório o prazo da garantia de acordo com o pregão descrito nos equipamentos.
- Equipamentos de informática não são simples e por isso é altamente recomendável que a manutenção seja executada por pessoas habilitadas, e, se deve sempre atentar-se para as recomendações que seguem:
 - Verificar sempre se a voltagem da rede elétrica é a mesma requerida pelo equipamento.
 - Os cabos elétricos e lógicos, também componentes do cabeamento estruturado (cabos de impressoras, de monitor, e outros) ficam na parte de trás dos equipamentos, dessa forma, será preciso deixar o espaço adequado quando houver trânsito de pessoas.
 - Evitar comer, beber e fumar enquanto se opera o equipamento, pois restos de comida, bebidas derramadas e fumaça são ameaças ao bom funcionamento do teclado e dos demais componentes do laboratório.
 - As capas dos equipamentos servem para evitar o acúmulo de poeira e devem ser usados quando o equipamento estiver desligado. Com o equipamento ligado devem ser retiradas, pois impedem a ventilação interna e podem provocar a queima das máquinas.
 - É recomendável que o equipamento não seja ligado e desligado várias vezes ao dia, devendo ser desligado apenas uma vez ao dia ou ao final de cada turno de operação, e, caso o equipamento fique por longo tempo desligado, é aconselhável desligá-lo da tomada elétrica.
 - Evitar tocar na tela do monitor de vídeo.
 - Evitar colocar objetos sobre os PCs.

A manutenção preventiva visa garantir um bom funcionamento dos computadores, com a intenção de se evitar problemas posteriores, diminuindo, em muito, o risco de um computador parar repentinamente.

- Algumas ações preventivas simples podem garantir aumentar a expectativa de usabilidade de um laboratório de informática. Ações como fazer limpeza do *hardware*, substituir peças desgastadas como o cooler, a ventoinha da fonte, teclado, *mouse*, dentre outros, rodar o antivírus, apagar arquivos temporários, e fazer a verificação de espaço em disco de forma rotineira. Esse procedimento é imprescindível para o bom funcionamento de um laboratório de informática e, conseqüentemente, também o bom funcionamento do polo de EaD.

Esses são os elementos que irão compor o produto deste estudo, com informações precisamente técnicas devidamente referendados nas notas de rodapés das respectivas páginas, que foram fomentadas e extraídas de sites especializados da *internet*, e, que, tiveram de ser transcritas sem (re)interpretações, de forma a manter as propriedades da identificação técnica dos itens, dos equipamentos e dos componentes descritos que irão compor o Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional.

4.2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O SISTEMA PRISIONAL

“ Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos “
(Nelson Mandela).

4.2.1. ALGUNS DETALHES SOBRE A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O Brasil continua a padecer de graves problemas em relação a maioria dos índices de desenvolvimento educacional em nível mundial, distante de atingir os padrões das nações mais ricas.

As pessoas encarceradas têm direito à educação, assim como todos os seres humanos. No entanto, o panorama nacional da educação prisional pode demonstrar como a educação vem sendo tratada e instituída como política pública de ressocialização dos sujeitos presos.

Segundo dados divulgados no INFOPEN (2014), nesse mesmo ano, 10,7% da população prisional participavam de alguma atividade educacional, formal ou complementar, conforme gráfico a seguir:

UF	Pessoas em atividades educacionais	% de pessoas presas no estado em atividades educacionais
AC	319	9,1%
AL	14	0,3%
AM	786	10,7%
AP	46	1,7%
BA	1646	13,9%
CE	4018	19,7%
DF	1824	13,7%
ES	2834	17,5%
GO	420	3,2%
MA	330	7,3%
MG	5403	9,6%
MS	973	6,9%
MT	1406	13,6%
PA	1054	8,4%
PB	1061	11,1%
PE	6426	20,4%
PI	161	5,0%
PR	4315	22,1%
RJ	207	0,5%
RN	344	4,9%
RO	881	11,5%
RR	28	1,7%
RS	1570	5,6%
SC	2010	11,2%
SE	391	9,6%
SP	NI	NI
TO	364	11,3%
Total	38831	10,7%

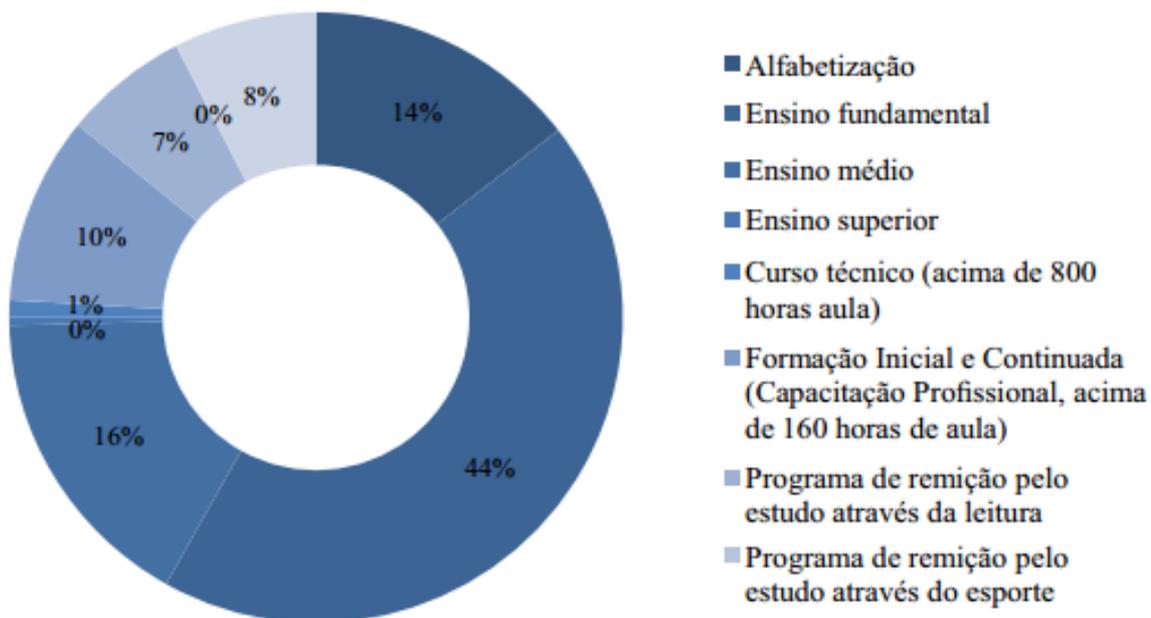
Fonte: Infopen, junho/2014

A alfabetização, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior, cursos técnicos (acima de 800 horas de aula) e de capacitação profissional (acima de 160 horas de aula), compreendem as atividades formais, em suas modalidades presencial e a distância. E são consideradas como atividades complementares os programas de remição pela leitura e pelo esporte, além de atividades complementares como videoteca, atividades de lazer e cultura, de acordo com o quadro/gráfico a seguir:

UF	Quantidade de pessoas envolvidas em atividades do ensino formal	% de pessoas envolvidas em atividades formais de educação	Quantidade de pessoas envolvidas em outras atividades educacionais	% de pessoas envolvidas em outras atividades educacionais
AC	253	6%	22	1%
AL	502	9%	0	0%
AM	548	7%	203	3%
AP	1014	38%	120	5%
BA	2544	21%	328	3%
CE	3222	15%	40	0%
DF	1696	13%	253	2%
ES	4360	26%	368	2%
GO	597	4%	34	0%
MA	288	5%	0	0%
MG	5808	10%	2151	4%
MS	1161	9%	12	0%
MT	1950	19%	195	2%
PA	846	7%	0	0%
PB	1124	11%	21	0%
PE	5611	21%	0	0%
PI	131	4%	0	0%
PR	4787	25%	2642	14%
RJ	5014	12%	19	0%
RN	353	5%	0	0%
RO	1151	12%	277	3%
RR	343	21%	0	0%
RS	3018	11%	126	0%
SC	1748	10%	576	3%
SE	219	5%	615	14%
SP	15265	7%	2423	1%
TO	299	11%	89	3%
Brasil	63852	11%	10514	2%

Fonte: INFOPEN, jun/2014.

Considerando, também, o ensino não formal, da população carcerária que tem acesso à educação, a maioria está engajada em atividades educacionais no ensino formal e a minoria em atividades de remição da pena por meio da leitura, esporte ou outras atividades educacionais não formais.

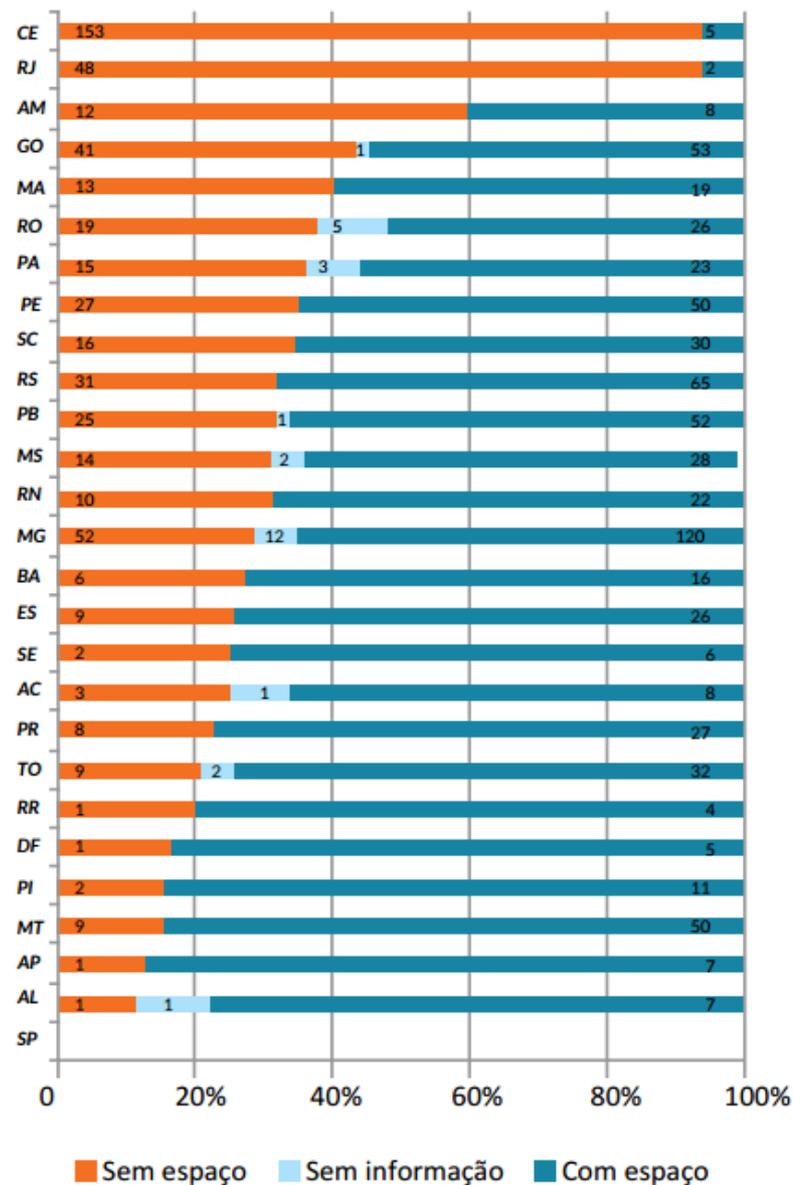


Fonte: INFOPEN, jun/2014.

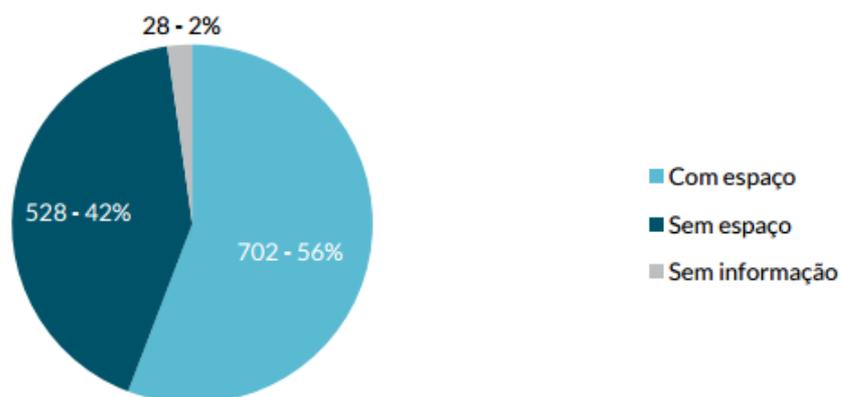
De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394 de 1996, os estudos da pré-escola ao ensino médio compreendem a educação formal.

Em se tratando de um estudo sobre viabilidades técnicas de infraestrutura necessária para implementação da EaD nas escolas prisionais, os gráficos a seguir tratam sobre as penitenciárias que possuem espaço para construção de novos módulos ou blocos, assim como, também, os estabelecimentos que não possuem estes espaços e dependerão da reestruturação de sua infraestrutura às (re)adaptações sugeridas por este estudo para implementação da Educação em Rede em seus ambientes.

Seguem gráficos dos espaços prisionais no Brasil:



Fonte: Infopen, junho/2014



Fonte: Infopen, junho/2014

De acordo com Paulo Freire, tendo como base os princípios norteadores de sua prática pedagógica que compreende todos os espaços como educativos, mesmo os espaços prisionais, como também, o sujeito preso como sujeito de direitos e, sendo o processo educativo como uma das formas de reconhecimento de sua condição humana; a educação, além de ser garantida como direito desse sujeito, deveria prepará-lo para exercer a cidadania, possibilitando sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho.

Roberto da Silva (2001) amplia a visão de mundo do trabalho Freireana para o sujeito preso no Brasil, afirmando que é comum confundir os limites entre as políticas sociais básicas, a política de segurança pública e a política criminal e penitenciária, definindo assim seus campos:

As políticas sociais básicas podem ter efeitos preventivos em relação à criminalidade e a reincidência, mas se referem a ações nas áreas de educação, saúde e habitação. A política de segurança pública reúne ações que interferem mais diretamente na criminalidade, como controle do porte de armas, policiamento ostensivo, medidas preventivas quanto à criminalidade, etc. A política criminal e penitenciária trata diretamente da prisão e do preso (SILVA, 2001, p.17).

Nesse sentido, merece tratamento distinto em relação às demais políticas os investimentos na área de política criminal e penitenciária, o que poderá permitir a inversão do real papel das prisões de permanente incremento da criminalidade em espaços de reeducação e transformação social para que o sujeito preso seja capacitado tanto profissionalmente quanto socialmente para a sua reintegração e convivência social fora das prisões.

4.2.2 ALGUNS DETALHES SOBRE OS CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS DA EaD

A Educação a distância – EaD – configura-se como sendo a modalidade de ensino em que os processos inerentes à construção das aprendizagens ocorrem em tempos e espaços distintos entre os sujeitos envolvidos – sobretudo professores e alunos. Esse processo ocorre efetivamente por meio da construção de aprendizagens mediadas por tecnologias digitais, nas quais, os educandos e os professores estão separados espacial e/ou temporalmente, mas podem, por meio de

tecnologias, principalmente as telemáticas³³, como a internet, estarem conectados forma síncrona³⁴ ou assíncrona³⁵. A EaD pode ser realizada nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação, e, é mais adequado para a educação de adultos, conforme Moran (2016).

Para a abreviatura EaD, o uso da palavra educação na expressão “educação a distância” é mais abrangente do que a palavra ensino, pois na expressão “ensino a distância” a ênfase é dada ao papel do professor, contrariando uma das premissas dessa modalidade de educação, que é, por sua vez, colocar o educando como sujeito da construção do conhecimento.

A EaD possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema e/ou a educação àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional por quaisquer que sejam os motivos, inclusive por morarem longe ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. E, nessa pesquisa, em especial para problematizar o direito à educação significativa ao sujeito preso educando do Sistema Prisional.

Essa modalidade de educação serviu para implementar os mais diversos projetos educacionais e para as mais complexas situações, como por exemplo, os cursos profissionalizantes e/ou de capacitação para o trabalho ou divulgação científica, para as campanhas de alfabetização de jovens e adultos e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional.

A EaD acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo podendo estar juntos por meio de tecnologias de comunicação, e, pode ainda ter ou não momentos presenciais, pois, na medida em que avançam as tecnologias que conectam pessoas que estão distantes fisicamente e espacialmente como a *Internet*, as redes de alta velocidade de comunicação virtual, as telecomunicações, as videoconferências, dentre outras tecnologias, o conceito de presencialidade pode ser cada vez mais ampliado.

³³ Conjunto de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações.

Fonte: Dicio – Dicionário Online da Língua Portuguesa <<https://http://www.dicio.com.br>> Acesso em Dez/2015.

³⁴ Diz-se dos movimentos que se executam ao mesmo tempo, no caso, professor e educando conectados ao mesmo tempo por meio de tecnologia de comunicação.

Fonte: Dicio – Dicionário Online da Língua Portuguesa <<https://http://www.dicio.com.br>> Acesso em Dez/2015.

³⁵ Que não ocorre ou não se efetiva ao mesmo tempo, no caso, professor e educando conectados em tempos diferentes por meio de tecnologia de comunicação.

Fonte: Dicio – Dicionário Online da Língua Portuguesa <<https://http://www.dicio.com.br>> Acesso em Dez/2015.

Outro conceito que também pode ser ampliado é o de aula. Ainda se entende por aula, um espaço e um tempo determinado. No entanto, esse tempo e esse espaço, estão cada vez mais flexíveis com as possibilidades que as tecnologias interativas proporcionam, pois, há uma contingência cada vez maior e acentuada de se estar presente em muitos tempos e espaços diferentes. Dessa forma, professores e educandos passam a entender a aula como espaço de pesquisa, intercâmbio e (re)interação onde o papel do professor vem sendo redimensionado e cada vez mais ele se torna um mediador na construção do conhecimento.

Bernardo (2009) apresenta vários conceitos de Educação a Distância, dos quais, todos destacam pontos em comum, contudo, cada autor ressalta ou dá uma ênfase maior para alguma característica em sua conceitualização. Desta forma, para fomentar este estudo, se destacam três conceitos e seus respectivos autores.

Segundo G. Dohmem (1967), *apud* Bernardo (2009), a Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo no qual o educando se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. E isto é possível por meio do uso de tecnologias de comunicação capazes de vencer longas distâncias, tais como: o Rádio e a Televisão, TV a cabo (CATV), Satélites de Transmissão Direta (DBS – Direct Broadcast Satellites), Vídeotransmissão, Teleconferência, Audioconferência, Vídeokonferência (ITV – Interactive Television).

De acordo com Moore (1973), *apud* Bernardo (2009), a EaD pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais as ações dos professores são executadas à partir das ações dos alunos, incluindo situações continuadas que podem ser realizadas de forma síncronas ou assíncronas. Porém, a comunicação professor e educando deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros. Esse autor destaca que a comunicação entre professor e educando deve ser facilitada com uso das ferramentas da EaD.

De acordo com Moran (2016), a EaD configura-se como sendo um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. Esta modalidade de educação é efetivada por meio do

intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não apresentar momentos presenciais para sua efetivação.

As tecnologias telemáticas³⁶ permitem uma efetiva e rápida comunicação entre os atores da EaD, quer seja na escola e/ou no trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN/96) legitimou a EaD ao lhe conferir valor legal equivalente ao dos cursos presenciais. Os próximos passos dessa modalidade de educação apontam para aproximações significativas entre a modalidade presencial e a modalidade a distância, os quais resultarão em uma flexibilização maior de modelos de cursos e de ambientes de aprendizagem – modalidade semi-presencial ou a distância.

Esses conceitos convergem para um conjunto de características que acabam conceituando a EaD, dando-lhe uma dimensão prática e real das possibilidades de a educação romper com as barreiras de espaço e tempo que impossibilitam a efetiva realização da construção do conhecimento onde a educação convencional ou presencial não consegue alcançar.

A EaD não deve ser vista como modelo substitutivo para a modalidade de ensino presencial, visto que possuem propostas e características diferentes, e, conforme a proposta, uma modalidade pode complementar a outra como recurso de apoio pedagógico.

Na EaD a concepção de educando é de sujeito do seu aprendizado, que, desenvolve autonomia e independência em relação ao professor na construção do conhecimento. Essa concepção constitui um dos pressupostos apresentados por Vygotsky (1988), que destaca a ação do sujeito no seu processo de aprendizagem. Para esse autor todo educando traz consigo um conjunto de saberes já efetivados (prévios), e ele define esse conhecimento prévio como sendo o “Nível de Desenvolvimento Real (NDR)” que capacita o aprendiz a realizar de forma autônoma algumas tarefas. E, ao mesmo tempo, esse sujeito apresenta uma margem de

³⁶ Telemática é o conjunto de tecnologias da informação e da comunicação resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes), que possibilitou o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados (nos formatos texto, imagem e som), em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do Planeta.

A telemática pode ser definida como a área do conhecimento humano que reúne um conjunto e o produto da adequada combinação das tecnologias associadas à eletrônica, informática e telecomunicações, aplicados aos sistemas de comunicação e sistemas embarcados e que se caracteriza pelo estudo das técnicas para geração, tratamento e transmissão da informação, na qual estão preservadas as características de ambas, porém apresentando novos produtos derivados destas.

Fonte: Dicio – Dicionário Online da Língua Portuguesa <<https://http://www.dicio.com.br>> acesso em Dez/2015.

possibilidades que poderá ser efetivada mediante a cooperação ou colaboração de outros sujeitos mais experientes do seu meio.

A esse “espaço” ou “margem de possibilidades”, Vygotsky (1988) denominou “Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)”. E, segundo esse mesmo autor, é nesse espaço que a escola precisa atuar: pois não pode prender-se apenas ao que o aluno já sabe e nem tampouco desconsiderar esse saber – o seu conhecimento prévio já construído. Dessa forma, quando o conhecimento que antes constituía uma ZDP é efetivado, essa zona de desenvolvimento proximal passa a constituir um novo nível de desenvolvimento real, e, a partir desse movimento, abre-se outra ZDP que constituirá uma nova NDR e, assim, sucessivamente (VYGOTSKY, 1988).

O Professor é considerado um mediador e/ou orientador na ZDP, no sentido do aprender a aprender e aprender a fazer no processo de construção de conhecimentos do educando. Ao atribuir à ação docente o ato de mediar e orientar o processo de construção da aprendizagem, evidencia-se a relevância da importância desse professor possuir um conhecimento amplo em vários campos que tratam dos aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, e, conseqüentemente do uso das tecnologias de comunicação e informação, como também de ferramentas utilizadas na EaD.

De acordo com Carvalho (2016), o papel do professor na modalidade de é tão importante quanto na modalidade convencional, no ensino presencial, apesar de sua forma de atuar ser diferenciada. É por meio dessa atuação diferenciada que se reafirma e reforça o papel do professor diante da necessidade de compreender melhor a complexidade que envolve o fenômeno educativo da construção do conhecimento na EaD.

Esse diálogo pedagógico na educação caracteriza-se pela bilateralidade das relações estabelecidas na operacionalização dos processos de ensino e aprendizagens. Essa bilateralidade envolve por um lado os sujeitos da educação entre si, na medida em que se destaca o papel de mediador e orientador do professor e por outro lado, esse algo a ser realizado, que, parte de situações, de fatos e fenômenos concretos que, por sua vez, também constituem objeto dessas interrelações na EaD.

Nesse contexto de bilateralidade das relações na EaD torna-se imprescindível considerar a mediatização das mensagens pedagógicas, que, na percepção de Belloni (2002), consiste no conhecimento de metodologias de ensino e estratégias

de utilização de materiais de ensino e aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma do educando. Dessa forma o trabalho com os conteúdos pedagógicos precisa enfatizar a autoaprendizagem, em outras palavras, devem estar centrados no aprendiz, e, deve considerar o educando como um ser autônomo, gestor do seu próprio processo de construção do conhecimento.

Essa bilateralidade das relações existentes no contexto da EaD são consideradas muito importantes para a aquisição e construção do conhecimento, tanto pelas perspectivas teóricas de Vygotsky (1988) como também pela perspectiva teórica de Lévy (1996), para quem o desenvolvimento da linguagem por meio de uma perspectiva construtivista pode indicar outras possibilidades com o uso das tecnologias telemáticas, tanto no que tange à educação presencial como também a modalidade de EaD, por meio da execução de projetos de pesquisa à distância – tais como trabalhos colaborativos em rede, dentre uma infinidade de outras atividades.

De acordo com Lima (2002), o uso do computador e da Internet, permitem estabelecer uma relação privilegiada com o outro, por meio de várias ferramentas que viabilizam a interação, significando e recontextualizando a experiência social e permitindo a construção social do conhecimento.

De acordo com os pressupostos teóricos da denominada “Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética de Jean Piaget”, conforme Castorina (1998), a construção do conhecimento é definida como o resultado da interdependência entre o sujeito e o objeto de conhecimento, no qual a atividade organizadora do sujeito é fundamental, respondendo e agindo sobre os estímulos externos para construir e organizar o seu próprio conhecimento.

Conforme Rosa (1994), a Teoria Psicogenética define a mais conhecida concepção construtivista da formação da inteligência e explica como se constrói o conhecimento desde o nascimento, subvertendo as teorias tradicionais, pois mudanças inovadoras são apresentadas a partir dessa corrente de pensamento que entende o indivíduo como:

(...) um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito à espera de alguém que possui um conhecimento para lhe transmitir, por benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através das suas próprias ações sobre os objetos do mundo, que constrói suas próprias

categorias de pensamento ao mesmo tempo em que organiza o mundo (ROSA, 1994, p. 34).

As principais ideias da Teoria Psicogenética e os pressupostos apresentados por Vygotsky (1988) constituem, por sua vez, um dos pilares da corrente construtivista e significa um grande avanço para a Educação. O construtivismo, a partir dos princípios interacionistas, tem o educando no papel central na construção do conhecimento. Ao contrário do que pressupunha o modelo tradicional, a teoria construtivista defende que o aluno não aprende por memorização, nem por associação entre estímulo e resposta, ou tampouco pela transmissão do conhecimento pelo professor e assimilação pelo aluno.

Os teóricos Piaget e Vygotsky foram os grandes precursores do construtivismo contemporâneo. Esses pesquisadores iniciaram seus trabalhos na década de 20 no século XX, mas conforme Pozo (2006), o construtivismo adquiriu força somente nos anos 60, Andrade (2008) conclui que os conceitos de Piaget são aplicáveis a diversos aspectos da aprendizagem humana, e que a compreensão de como a pessoa constrói o conhecimento, levando em conta a interação recíproca entre o organismo e o meio ambiente ficou conhecido como “construtivismo”.

Conforme os autores Steenberg (2008) e Resende (2009), o foco da teoria construtivista está na aprendizagem e não em metodologias de ensino, na qual o educando passa de receptor passivo da informação para uma postura participativa, reflexiva e interativa, construindo suas próprias ideias por meio dos seus esquemas de pensamentos. O professor muda o seu papel para mediador, orientador e investigador no processo de construção do conhecimento e o aprendiz usa as estruturas mentais, em outras palavras, os parâmetros da inteligência humana para adquirir o conhecimento.

Para Resende (2009), o construtivismo, a partir dos princípios integracionistas, focaliza a importância do papel do educando como sujeito na produção do saber. E, corroborando com essa ideia, de acordo com Jonassen (2007), o construtivismo é uma filosofia de aprendizagem que descreve o que significa saber alguma coisa e o que é realidade, e afirma que os construtivistas acreditam que o conhecimento é uma construção humana de significados que procura fazer sentido do seu mundo, enquanto as concepções tradicionais de aprendizagem admitem que o conhecimento é um objeto, algo que pode ser transmitido do professor para o educando, em outras palavras, é uma transmissão

de conhecimento com ênfase na capacidade de desenvolver a habilidade de recordar o que o professor transmite.

Ao considerarmos que o uso de tecnologias telemáticas na modalidade da EaD podem propiciar uma experiência de aprendizagens que podem privilegiar a aprendizagem significativa, por meio da interação com o ambiente social, a partir da formação de comunidades virtuais, que podem favorecer, enfim, a aprendizagem por meio da criação de zonas (virtuais) de desenvolvimento proximal (ZDP) e a construção do conhecimento, apoiadas nas teorias Construtivista e Sócio-Histórico-Cultural, que, centraliza o educando na construção do seu conhecimento e o respeita como sujeito crítico possuidor de conhecimentos prévios do seu meio e se constitui como autor de sua história.

A construção do conhecimento na EaD privilegia o estudo a partir de temas geradores, buscando relacioná-los com a realidade concreta dos educandos que são induzidos a refletir sobre os conceitos que não são apresentados prontos e acabados. Para a formulação dos conceitos faz-se uso de várias estratégias para a sua construção de forma cooperativa, estimulando constantemente a pesquisa, a reflexão e o pensamento crítico.

A interação consiste em diálogo, troca entre interlocutores, e envolve a possibilidade de agir, intervir por meio das plataformas, programas e conteúdos, podendo ainda ocorrer oralmente, ou por meio de texto escrito. As atividades pedagógicas enquanto suporte de aprendizagens significativas e do desenvolvimento de novas competências na EaD envolvem necessariamente a interação e a interatividade que constituem, por sua vez, características essenciais ao processo de construção do conhecimento como um todo.

De acordo com Neder (2005), na EaD o conteúdo das disciplinas é distribuído a partir de temas geradores permeado por sub-temas. Esta estratégia permite a interligação dos saberes prévios e cotidianos com os saberes científicos e a atribuição de sentido aos mesmos para favorecer a contextualização e a globalização dos saberes, em outras palavras, a ideia da produção de um pensamento “ecologizante”, defendida por Morin *apud* Neder (2005). De acordo com esse mesmo autor, “esse pensamento situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente cultural, social, econômico, político e o meio natural”.

Segundo os autores Belloni (2006), Possari (2005) e Neder (2005) os conceitos de interação e interatividade são determinantes dos fios dialógicos implícitos na modalidade de EaD e constituem princípios fundamentais da comunicação enquanto mediadora da interlocução nesse contexto formativo que, contrapondo a unilateralidade, passa a representar uma modalidade interativa. Cabe ressaltar, portanto, a necessidade de o professor conhecer seu educando, identificar sua forma de raciocínio e de resolver problemas, como ele pensa e age diante dos desafios na utilização de tecnologias, em especial das tecnologias telemáticas.

A compreensão das teorias que sustentam a concepção construtivista para explicar o desenvolvimento humano, constitui-se um importante embasamento para o uso das tecnologias na EaD, tendo em vista que suas características possibilitam uma relação de interatividade bastante necessária aos cursos à distância e caberá ao professor mediador, orientador e investigador utilizar os fundamentos teóricos para orientar a escolha e definição de estratégias pedagógicas adequadas à metodologia de EaD e ao uso das tecnologias, de acordo com as necessidades de seu educando com o intuito de provocar sua capacidade de pensar, refletir, agir, interagir, construir e reconstruir suas estruturas mentais.

Freire (1999), por sua vez, coloca que educar é um fator decisivo para construção da humanidade e depende do diálogo entre quem ensina e quem aprende. O processo de construção do conhecimento acontece com a interação entre professor e educando, educando e professor, educando com educando e de ambos com a sociedade. Corroborando com esse pensamento, Perrenoud (2007) elucida, que, a educação é um sistema de ações que transforma as pessoas, suas competências e suas representações. É um sistema que influencia diretamente na mudança de atitudes dos sujeitos a partir de um conhecimento significativo.

Ainda de acordo com Perrenoud (2007), o conhecimento significativo implica na apropriação daquilo que é abstrato, em outras palavras, compreender, aplicar e transformar informações, conceitos, processos, fatos, fenômenos intencionando sua contextualização, sendo que, para que haja uma aprendizagem significativa, o conhecimento também precisa ser significativo para o educando.

A aprendizagem significativa é um processo no qual as novas informações são estruturadas e fundamentadas a partir do conhecimento prévio do educando. As estruturas cognitivas dos alunos se organizam por meio da aquisição, armazenamento e encadeamento das ideias de forma hierárquica. Os

conhecimentos são concatenados de acordo com a relação que estabelecem entre eles conforme afirma Moreira (2009).

Para Ausubel (2006), a aprendizagem é muito mais significativa quando o indivíduo usa o conhecimento prévio armazenado na sua estrutura cognitiva para interpretar, (re)interpretar e (re)significar a nova informação. A aprendizagem é mais significativa quando o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento do educando e esse mesmo conteúdo adquire significado para ele a partir da relação que faz com seu conhecimento prévio.

Belloni (2006), por sua vez, corrobora com as afirmações dos autores Freire (1999), Perrenoud (2007), Moreira (2009) e também de Ausubel (2006), acreditando que a educação deve possibilitar não somente acúmulo de conhecimento, mas também a reflexão crítica sobre a utilização e contribuição do conhecimento produzido para evolução do homem como sujeito social e histórico, como também para evolução da própria sociedade.

4.2.3 ALGUNS DETALHES SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA EaD EM UM PARÂMETRO MUNDIAL

Segundo Golvêa & Oliveira (2006), alguns compêndios citam as epístolas de São Paulo às comunidades cristãs da Ásia Menor, registradas na Bíblia, como a origem histórica da EaD, e que essas epístolas ensinavam como viver dentro das doutrinas cristãs em ambientes desfavoráveis e, assim, teriam sido enviadas por volta de meados do século I. Considerando à parte esse relato, é possível estabelecer alguns marcos históricos que consolidaram a EaD no mundo, a partir do século XVIII, conforme Vasconcelos (2016) e Golvêa & Oliveira (2006):

- Em 1728 foi o marco inicial da EaD: é anunciado um curso pela Gazeta de *Boston*, na edição de 20 de março, onde o Prof. *Caleb Philipps*, de *Short Hand*, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. E, após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a EaD começa a existir institucionalmente.
- Em 1829 é inaugurado na Suécia o Instituto *Liber Hermondes* que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos por meio da EaD.

- Em 1840, na Faculdade *Sir Isaac Pitman*, no Reino Unido foi inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa.
- Em 1856, a Sociedade de Línguas Modernas em Berlim patrocina os professores *Charles Toussaine* e *Gustav Laugenschied* para ensinarem Francês por correspondência.
- Em 1892, nos EUA, no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago foi criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes.
- Em 1922 se iniciou cursos por correspondência na antiga União Soviética.
- Em 1935, o *Japanese National Public Broadcasting Service* inicia seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial.
- Em 1947 se inicia a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris na França, por meio da Rádio *Sorbonne*.
- Em 1948 é criada a primeira legislação para escolas por correspondência na Noruega.
- Em 1951, nasce a Universidade de *Sudáfrica*, universidade à distância na África, que se dedicava exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade.
- Em 1956 se inicia a transmissão de programas educativos pela televisão na *Chicago TV College*, Estados Unidos, cuja influência pode se notar rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão.
- Em 1960 nasce a *Tele Escola Primária* do Ministério da Cultura e Educação na Argentina, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria.
- Em 1968 é criada a Universidade do Pacífico Sul, uma universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania.
- Em 1969 é criada a Fundação da Universidade Aberta no Reino Unido.
- Em 1971 é fundada a Universidade Aberta Britânica.
- Em 1972 é fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância na Espanha.

- Em 1977, na Venezuela é criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta.
- Em 1978, na Costa Rica é fundada a Universidade Estadual a Distância.
- Em 1984 é implantada a Universidade Aberta na Holanda.
- Em 1985 é criada a Fundação da Associação Européia das Escolas por Correspondência, e, ainda neste ano, na Índia é realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta *Indira Gandhi*.
- Em 1987 é divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Européia e, ainda neste ano é criada a Fundação da Associação Européia de Universidades de Ensino a Distância.
- Em 1988 é criada a Fundação da Universidade Aberta em Portugal.
- Em 1990 é implantada a rede Européia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Européia.

Todos esses acontecimentos e instituições foram importantes para a consolidação da EaD oferecida em todo o mundo. Mais de 80 países, nos cinco continentes, adotam a Educação a Distância em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, atendendo milhões de estudantes segundo Golvêa & Oliveira, (2006). É crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos, por meio da EaD. As Universidades, na modalidade EaD, tem incorporado, em seu desenvolvimento histórico, as novas tecnologias de informática e de telecomunicação.

4.2.4. ALGUNS DETALHES SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA EaD NO BRASIL

No Brasil, provavelmente, as primeiras experiências em EaD tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX. Dessa forma, seguem, também elencados por anos, alguns dos acontecimentos que marcaram a história da EaD no Brasil, segundo os autores Maia & Mattar (2007); Marconcin (2014); Rodrigues (2014); Santos (2014):

- Em 1904, o Jornal do Brasil registra na primeira edição da seção de classificados o anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.
- Em 1923, um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro.
- Em 1934, Edgard Roquette Pinto instalou a Rádio Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas e também era utilizada correspondência para contato com estudantes.
- Em 1939 é criado em São Paulo o Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor.
- Em 1941 é criado o IUB - Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941 foi criada a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944 com o objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos.
- Em 1947 é criada a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas ainda, com o objetivo maior de oferecer cursos comerciais radiofônicos nos quais os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a EaD continua.
- Em 1959 são criadas algumas escolas radiofônicas pela Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, dando origem ao Movimento de Educação de Base

(MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal se utilizou inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.

- Em 1962 é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica.
- Em 1967, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. E, ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de EaD, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.
- Em 1970 é criado o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980.
- Em 1974 é criado o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries do primeiro Grau, atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com material televisivo, impresso e monitores.
- Em 1976 é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional.
- Em 1979, a Universidade de Brasília, pioneira no uso da EaD no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EaD.
- Em 1981 é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio na modalidade EaD. O objetivo do CIER era permitir que crianças, cujas famílias que se mudam temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro.
- Em 1983, o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada Abrindo Caminhos.

- Em 1991, o programa *Jornal da Educação – Edição do Professor*, concebido e produzido pela Fundação Roquette Pinto tem início e em 1995 com o nome *Um salto para o Futuro*, foi incorporado à TV Escola, um canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, tornando-se um marco na EaD nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atingiu por ano mais de 250 mil docentes em todo o país.
- Em 1992 é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país.
- Em 1995 é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, por meio de programas televisivos e material impresso. E, ainda em 1995, foi criado o Programa *TV Escola* da Secretaria de Educação a Distância do MEC.
- Em 1996 a EaD surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela LDBEN nº 9.394³⁷, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 80, no qual, o Poder Público incentiva qualquer forma de ensino a distância, devendo ser realizada por uma Instituição credenciada pela União, a qual regulamenta os requisitos para elaboração de exames e diplomas. Em relação às normas de produção, controle e avaliação desses programas, os sistemas de ensino poderão contribuir com materiais próprios para uma integração entre os sistemas. Este artigo regulamenta que o EaD se privilegiará de tratamento diferenciado, que incluirá custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. E, ainda na mesma Lei 9394/96, no seu Art. 32, § 4, regulamenta que todo ensino fundamental seja presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complemento de aprendizagem ou em situações emergenciais. E, por fim, no Art. 47, § 3, regulamenta a obrigatoriedade da frequência de alunos e

³⁷ Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> acesso Dez/2015.

professores em qualquer modalidade de ensino, exceto nos programas de educação a distância.

- Em 1996 é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED) pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira, objetivando inovações a partir da área tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, bem como a promoção da pesquisa e do desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras. A SEED desenvolveu vários programas e projetos, como: ProInfo (Programa Nacional de Informática na Educação), Mídias na Educação, Salto para o Futuro, TVescola, PAPED (Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância), Pró-Letramento (Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental), Rádio Escola, Formação pela Escola, Proinfantil (é um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal), Proformação (Programa de Formação de Professores em Exercício), Portal Domínio Público (Biblioteca Virtual) e RIVED (Rede Interativa Virtual de Educação).
- Em 1998 entra em vigor o Decreto nº 2.494³⁸ em 10 de Fevereiro de 1998, que, regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96, atribuindo neste, normas quanto à elaboração, certificação, regulamentação, oferta, credenciamento das Instituições, autorização, reconhecimento de cursos, avaliação, padrões de qualidade, matrículas, transferências, aproveitamento de créditos, e, cita ainda que os cursos de educação a distância podem ser organizados em regime especial, com flexibilidade de horários, duração e requisitos para admissão, porém sem prejuízo dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas em nível nacional.
- Em 1998 entra em vigor, também, a Portaria n.º 301³⁹, em 7 de Abril de 1998, na qual o Ministro da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições mediante a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância, resolve que, a instituição de ensino interessada em se credenciar para oferecer cursos de graduação e educação profissional em

³⁸ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf> > acesso em Dez/2015.

³⁹ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf> > acesso em Dez/2015.

nível tecnológico a distância deverá apresentar solicitação ao Ministério da Educação e do Desporto, a ser protocolada no Protocolo Geral do MEC ou na DEMEC da unidade da federação respectiva.

- Em 1998 entra em vigor, ainda, o Decreto nº 2.561⁴⁰ em 27 de Abril de 1998, que, altera levemente a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto nº 2494, de 10 de Fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no Art. 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Esses dois artigos delegam, respectivamente, competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para promover o credenciamento das Instituições vinculadas ao sistema Federal de ensino e das instituições de educação profissional tecnológica e de ensino superior dos demais sistemas; e às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino para promover atos de credenciamento de Instituições para oferta de cursos a distância dirigida à educação de jovens e adultos para o ensino médio e educação profissional de nível técnico.
- Em 2000 é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne cerca de 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade por meio da EaD, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. E, ainda nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
- Em 2000, também, apesar de não ter validade legal, o Código de Ética⁴¹, aprovado em Assembléia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, em 17 de Agosto de 2000, apresenta vinte e dois princípios que tratam de diretrizes a serem seguidas pelas instituições, especificando padrões de qualidade que permitam a avaliação dos cursos e a proteção dos interesses dos alunos.

⁴⁰ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf> > acesso em Dez/2015.

⁴¹ Fonte: < http://www.abed.org.br/site/pt/institucional/docs_abed/codigo_de_etica_abed/ > acesso em Dez/2015.

- Em 2001, entra em vigor a Resolução CNE/CES nº 1⁴², em 3 de Abril de 2001, na qual, são estabelecidas normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação pelo Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação. Em nível *stricto sensu* serão institucionalizados, reconhecidos ou renovados de acordo com solicitações e relatórios encaminhados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, havendo exigência de que a defesa de dissertação ou de tese seja realizada na instituição proponente. Em nível *lato sensu* só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1 do Art. 80 da Lei 9394/96, devendo incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso. Incluem-se nessa categoria de cursos os designados como MBA (Master Business Administrator) ou equivalente.
- Em 2002, o CEDERJ é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
- Em 2004 foram implantados pelo MEC vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EaD. Entre eles o Proletramento⁴³ e o Mídias na Educação⁴⁴. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, consolidada no ano de 2005.
- Em 2004, também, entra em vigor a Portaria nº 4.059⁴⁵, em 10 de Dezembro de 2004, conforme publicação no DOU de 13 de Dezembro de 2004, o ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, resolve que, as Instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 80 da Lei nº. 9.394/96 e no disposto desta mesma Portaria nº 4059.

⁴² Fonte: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf > acesso em Dez/2015.

⁴³ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/pro-letramento> > acesso em Dez/2015.

⁴⁴ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao> > acesso em Dez/2015.

⁴⁵ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf > acesso em Dez/2015.

- Em 2004, ainda, entra em vigor a Portaria nº 4.361⁴⁶, em 29 de Dezembro de 2004, publicado no DOU de 30 de dezembro de 2004, Seção 1, páginas 66/67, na qual, o Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, estabelece diretrizes e orientações sobre os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores a distância, desativação de cursos, descredenciamento de instituições, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a avaliação de desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados será processual, mediante cumprimento das atividades programadas e realização de exames presenciais.
- Em 2005 entra em vigor o Decreto 5.622⁴⁷ em 19 de Dezembro de 2005, no qual, se caracteriza a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. A EaD organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais e compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.
- Em 2006, entra em vigor o Decreto nº 5.773⁴⁸, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema Federal de ensino, incluindo os da modalidade EaD;
- Em 2006 entra em vigor o Decreto 5.800⁴⁹ em 8 de Junho de 2006, no qual, é criada a Universidade Aberta do Brasil - UAB, uma parceria entre o MEC,

⁴⁶ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf > acesso em Dez/2015.

⁴⁷ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf> > acesso em Dez/2015.

⁴⁸ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf> > acesso em Dez/2015.

⁴⁹ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm > acesso em Dez/2015.

estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.

- Em 2007 entra em vigor a Portaria Normativa nº 1⁵⁰ do MEC, em 10 de Janeiro de 2007, que, trata do calendário de avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, para o triênio 2007 - 2009;
- Em 2007, também, entra em vigor a Portaria Normativa nº 2⁵¹ do MEC, em 10 de janeiro de 2007, que, dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade EaD.
- Em 2007, ainda, entra em vigor o PARECER CNE/CES 195/2007⁵², publicado no Diário Oficial da União de 08 de Novembro de 2007, Portaria/MEC nº 1.047, também publicada no Diário Oficial da União de mesma data resolve sobre as Diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, conforme termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto no 5.773/2006.
- Em 2007, entra em vigor o PARECER CNE/CES 197/2007⁵³, publicado no Diário Oficial da União de 08 de Novembro de 2007, Portaria/MEC nº 1.050, também publicada no Diário Oficial da União de mesma data resolve sobre os Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto no 5.773/2006.
- Em 2007, também, entra em vigor a Portaria Normativa nº 40⁵⁴ do MEC, em 12 de dezembro de 2007, na qual, o Ministério de Estado da Educação no uso de suas atribuições, considerando o Decreto no 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto no 5.840, de 13 de julho de 2006, que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições de graduação e seqüenciais; bem como a conveniência de simplificar, racionalizar e abreviar o trâmite dos processos objeto do Decreto,

⁵⁰ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_n01_22012010.pdf > acesso em Dez/2015.

⁵¹ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/portaria_n2_20022015.pdf > acesso em Dez/2015.

⁵² Fonte: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces195_07.pdf > acesso em Dez/2015.

⁵³ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07.pdf > acesso em Dez/2015.

⁵⁴ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/legislacao-e-atos-normativos?id=18978> > em Dez/2015.

utilizando ao máximo as possibilidades oferecidas pela tecnologia da informação; e o disposto nas Leis no 9.784, de 29 de janeiro de 1999; no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e; no 10.870, de 19 de maio de 2004^o, institui e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação (EaD) e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, entre outras disposições, revoga, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos, a Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007.

- Em 2007, ainda, entra em vigor o Decreto nº 6.303⁵⁵, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, os quais, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, no qual, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino EaD.
- Em 2007 entra em vigor o DECRETO nº 6320⁵⁶ em 20 de Dezembro de 2007, que, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências.
- Em 2008, em São Paulo, uma Lei (estadual) permite o Ensino Médio a distância, no qual, até 20% da carga horária poderá ser não presencial.
- Em 2008, também, entra em vigor a Portaria nº 1.050⁵⁷, em 22 de Agosto de 2008, na qual, o Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições sobre a indução da oferta pública de cursos superiores a distância pelas instituições públicas de educação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, coordenado pela Secretaria de

⁵⁵ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm > acesso em Dez/2015.

⁵⁶ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm > acesso em Dez/2015.

⁵⁷ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4628-port-2008-1050&Itemid=30192 > acesso em Dez/2015.

Educação a Distância - SEED e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e a necessidade de credenciamento institucional para a modalidade de educação a distância, conforme consta do Processo Nº 23000.015392/2008-72, resolve credenciar em caráter experimental, exclusivamente para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância aprovados no âmbito da UAB, as instituições públicas de ensino superior listadas no anexo 1 com prazo de vigência de dois anos a contar da data de publicação desta Portaria. O credenciamento experimental citado não substitui o ato de credenciamento pleno para a oferta de cursos superiores a distância, previsto no artigo 80 da Lei 9.394/96 e posteriores regulamentações.

- Em 2009, entra em vigor a Portaria nº 10⁵⁸, de 02 de Julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação *in loco* e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil.
- Em 2010, aprovado o Parecer CNE/CEB nº 4/2010⁵⁹, em 9 de Março de 2010 que relata as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Processo nº: 23000.019917/2008-49, Relator Adeum Hilário Sauer.
- Em 2010, também, entra em vigor a Resolução nº 2⁶⁰, em 19 de Maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.
- Em 2010, ainda, entra em vigor a Resolução nº 3⁶¹, em 15 de Junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos da EJA; idade mínima e certificação nos exames da EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da EaD.

⁵⁸ Fonte: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf > acesso em Dez/2015.

⁵⁹ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br> > acesso em Dez/2015.

⁶⁰ Fonte: Resolução CNE/CEB 2/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de maio de 2010, disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em Dez/2015.

⁶¹ Fonte: < http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE003_2010.pdf > acesso em Dez/2015. >

- Em 2010, entra em vigor a Portaria nº 1.326⁶², em 18 de Novembro de 2010, que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Bacharelados e Licenciaturas, na modalidade de EaD, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, no Sistema Federal de Educação Superior e será disponibilizado na íntegra, na página eletrônica do MEC.
- Em 2011, a Secretaria de Educação a Distância SEED é extinta⁶³.
- Em 2011, entrou em vigor a Lei 12.433⁶⁴ em 29 de Junho de 2011, que alterou sensivelmente o panorama da remição de penas no Brasil. Ao modificar a redação dos artigos 126, 127 e 128 da Lei de Execução Penal – LEP 7210/84⁶⁵, passou a permitir que, além do trabalho, o estudo, também na modalidade EaD, seja causa de diminuição de pena, de remição da pena. Pelo trabalho ou pelo estudo, o sentenciado tem a oportunidade de atenuar a quantidade de pena a ele imposta na sentença penal condenatória, podendo cumpri-la mais rapidamente. Essa oportunidade de reduzir a pena, segundo a lei 12433/11, agora se estende também aos presos cautelares e aos libertos em regime aberto ou em livramento condicional.
- Em 2012, entra em vigor a Lei nº 12.603⁶⁶, em 3 de Abril de 2012, que altera o inciso I do § 4o do art. 80 da Lei no 9.394/96, para beneficiar a EaD com a redução de custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.

É importante ressaltar e citar, que, entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais iniciaram a oferta de cursos de supletivos a distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite, complementadas por *kits* de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de Educação a Distância no país. E, somente na década de 1990

⁶² Fonte: < <http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2010/Portarias/Portaria-1.326-18-11-10.pdf> > acesso em Dez/2015.

⁶³ Fonte: < www.abed.org.br > acesso em Dez/2015.

⁶⁴ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm > acesso em Dez/2015.

⁶⁵ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm > acesso em Dez/2015.

⁶⁶ Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12603.htm > acesso em Dez/2015.

é que a maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras se mobilizaram para a EaD com o uso de tecnologias de informação e comunicação.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), agia como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação, e das técnicas de EAD aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promovia a pesquisa e o desenvolvimento, voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras. E, devido à extinção desta secretaria - SEED, seus programas e ações estarão vinculados a novas administrações, conforme Portal do Ministério da Educação⁶⁷.

4.2.5. REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA EaD PARA AS ESCOLAS DO SISTEMA PRISIONAL

A EaD pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, inclusive, em se tratando da educação como direito subjetivo para o sujeito preso, pois, em se utilizando de tecnologias de informação e comunicação pode transpor obstáculos enfrentados pela sala de aula na rotina do Sistema Prisional.

Essa modalidade de educação torna tangível a construção e aquisição dos mais variados conhecimentos podendo promover a democratização da educação, principalmente por se constituir em um instrumento capaz de atender a um grande número de pessoas simultaneamente ou a um pequeno e seletivo grupo de sujeitos, e, ainda poder chegar a indivíduos que estão distantes, como também os que não podem estudar em horários pré-estabelecidos como na escola.

De uma forma global é cada vez mais crescente a oferta de cursos formais (Ensino Fundamental, Ensino Médio – Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico e Ensino Superior) e informais (cursos profissionalizantes ou não fora que não esteja englobado no Sistema de educação Brasileira) por meio da EaD. As experiências brasileiras nessa modalidade de educação, governamentais e privadas,

⁶⁷ Fonte: < <http://portal.mec.gov.br> > acesso em Dez/2015.

foram muitas ao longo dos anos e, principalmente nas últimas décadas, nas quais, representaram a mobilização de grandes contingentes de recursos.

Esta modalidade de educação é conceituada por diversos autores que enfatizam alguma característica especial em seus conceitos sobre a EaD. Os muitos acontecimentos históricos pontuados até então mostram que a Educação a Distância oferece oportunidades, que, na modalidade presencial seria muito difícil ou até mesmo quase impossível de se atingir, pois possui uma ampla abrangência e grandiosa magnitude não somente no Brasil, mas em todo o mundo.

No cenário brasileiro, a Educação a Distância está associada ao rápido processo de expansão, com vistas à flexibilidade e democratização dos processos de construção do conhecimento mediados pelas tecnologias, considerando as relações entre professores e alunos que estão separados espacial e/ou temporalmente, e, no entanto, permanecem conectados por uma série de recursos tecnológicos. A EaD não veio para findar com as aulas presenciais, mas, muito pelo contrário, veio para unir forças com a educação presencial intencionando possibilitar um aumento no grau de aprendizado e uma maior facilidade na construção do conhecimento, conforme dizeres de Moran (2002).

Possibilidade tangível que, direta ou indiretamente, pode proporcionar a educação na modalidade EaD acontecer em uma prisão. Em aulas por videoconferência, é comum que os alunos estejam juntos, mas em lugar diferente do professor. Por outro lado, quando o estudo ocorre por via de transmissão de dados, como a internet e a fibra óptica, é comum que alunos e professores estejam em locais diferentes e acessem o curso, os materiais e recursos didáticos em momentos diferentes. Podendo ainda, os estudantes e professores estarem em locais separados e acessarem a plataforma do curso ao mesmo tempo para interação entre eles. Estes três exemplos ilustram que há diferentes possibilidades de distanciamento entre alunos e professores num curso EaD.

Em um país continental como o Brasil, a Educação a Distância surge como modalidade de ensino promissora para promover interiorização da educação formal, profissional, técnica, do ensino superior, especialização e inclusão digital de educandos oriundos de diversos contextos socioculturais nos inúmeros municípios brasileiros localizados em diferentes regiões geográficas, e, também, como na concepção da proposta deste estudo, para os sujeitos presos da população carcerária brasileira.

A definição objetiva da EaD⁶⁸ se aplica ao conjunto de métodos, técnicas e recursos postos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e motivação suficiente para que, em regime de auto-aprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações em qualquer nível, já que o mesmo possibilita romper barreiras institucionais, criando um espaço, no qual, o sujeito pode se lançar em busca da formação de competências e constituição de saberes individuais.

De acordo com Nunes (2016), a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para se atender grandes contingentes de educandos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas tecnologias nas áreas de informação e telecomunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de construção do conhecimento a distância.

E, em contrapartida ao atendimento de grandes contingentes de educandos, a EaD pode, também, atender a demanda da população prisional, que, em números concretos, representa uma parcela mínima do número de encarcerados do Brasil, 10,7 % do total da população prisional, conforme dados divulgados pelo INFOPEN (2014).

A EaD possui mais sistemas integrados do que a modalidade de educação presencial, e, esta realidade requer um maior planejamento e uma rotina organizacional definida e bem elaborada nos planos operacionais na proposta de um curso, características que vão de encontro às várias necessidades do sujeito educando preso, que, pode precisar mudar a rotina dos dias de suas aulas em virtude do contingente de segurança prisional. Neste sentido, a EaD pode se adaptar a disponibilidade do educando sem perdas ou reposições de conteúdo, apenas se (re) adaptando a disponibilidade do sujeito educando preso.

Ao contrário do que pode ocorrer na modalidade de educação convencional, a modalidade presencial, as escolas e as universidades podem recrutar professores e profissionais titulados, credenciados e, até mesmo, sem experiência anterior para compor o elenco de um curso. Na modalidade EaD, o recrutamento deste grupo deve privilegiar os profissionais com conhecimentos específicos de *softwares* e

⁶⁸ Fonte: AMERICAN WORLD UNIVERSITY. < <http://www.awuniversity.com> > acesso em Nov/2015.

hardwares próprios das tecnologias que irão compor os cursos, e, que, conseqüentemente irão transpor as barreiras temporais e espaciais enfrentadas pelo sujeito educando preso.

Segundo Aretio (2001), num curso EaD, a tutoria presencial, visa elucidar questões referentes às dificuldades de conteúdo e dúvidas na metodologia do curso e das ferramentas incorporadas à plataforma do curso. Normalmente acontecem encontros mensais das turmas com os tutores, que, podem atuar diretamente nesta proposta, além da realização de provas e trabalhos presenciais e outras atividades previstas no plano de curso ou PPP do curso em questão, e, como estes encontros são reduzidos durante os cursos, o calendário acadêmico EaD também poderá se submeter aos moldes das especificidades das escolas prisionais e de seus educandos.

O tutor virtual assume as mesmas funções do tutor presencial, porém, sua atuação ocorre no ambiente virtual do curso, na plataforma que o educando acessa para realização de seu curso. Essas mediações tecnológicas do tutor virtual interferem e agregam valor às interações comunicativas entre o educando e o tutor ou professor. E, conforme às necessidades do sujeito educando preso, a flexibilização temporal do tutor virtual e do professor possibilitará o encontro síncrono entre tutor e educando ou professor e educando das escolas prisionais.

A atividade de tutoria presencial ou virtual segundo Aretio (2001) diz respeito ao acompanhamento próximo do educando e a orientação sistemática de grupos de estudantes realizada por pessoas experientes na área de formação proposta nos cursos. Nos diferentes modelos de cursos da EaD sempre existe a presença do tutor de uma forma ou de outra, o que, pode acontecer é uma não uniformidade em sua apresentação, podendo receber várias nomenclaturas ou classificações, mas o papel será o de tutoriar os educandos.

O tutor presencial ou virtual orienta os estudantes a buscar fontes de informação e em como utilizar instrumentos para a aprendizagem, sua atuação ajuda os estudantes em sua própria busca de clarificação de conceitos, temas, situações ou dos instrumentos que necessita conhecer e experimentar para agilizar o seu processo de construção do conhecimento. Num curso EaD dentro do Sistema Prisional, onde a segurança de toda a população carcerária vem em primeiro lugar, os sujeitos educandos presos possuirão acessos muito restritos no que se refere a Internet. Neste sentido, mais uma vez, a EaD pode proporcionar uma mediação mais

próxima para a construção do conhecimento dos educandos das escolas prisionais, tomando-se por base o acesso limitado desses educandos, tanto o tutor presencial, como, principalmente o tutor virtual poderá selecionar e preparar um material de apoio de acordo com as dificuldades em relação aos conteúdos do curso e disponibilizar na plataforma do curso do sujeito educando preso. Desta forma, os tutores podem garantir a mediação na construção de um conhecimento mais significativo para esses estudantes das escolas prisionais.

Para exercer estas funções, e, também tratar da parte motivacional dos sujeitos educandos presos, assim, como da avaliação, que, verifica o desempenho dos estudantes por meio de atividades presenciais ou virtuais na plataforma do curso, Aretio (2001) registra que o tutor deve se esforçar para proporcionar ao estudante a distância o estímulo e orientação individual; deve facilitar as situações de ensino e aprendizagem para ele; deve ajudá-lo a resolver as dificuldades e, principalmente a conhecer-se melhor como aprendente, em outras palavras, a compreender como o educando aprende, o que lhe permitirá tornar-se sujeito de seu próprio processo de formação.

Corroborando com esse pensamento, Vieira (2003) elucida que, pensar a formação de educadores no sentido mais amplo do termo, implica em se considerar a importância dos diferentes atores e autores que, de alguma forma, participam do processo educativo em ambientes institucionalizados. E, neste sentido, Karsenti (2008) corrobora, ao abordar o impacto das tecnologias de informação e comunicação sobre a atitude, motivação e a mudança nas práticas pedagógicas dos futuros professores, e, afirma que são grandes os desafios para o ensino no que se refere à motivação dos estudantes, a construção de competências visando a autonomia intelectual, a alfabetização informática dos futuros docentes e o desenvolvimento de ambientes tecnológicos cada vez mais ricos e estimulantes.

De acordo com Santos (2010), emerge nessa ambiência comunicacional a educação online como fenômeno da cibercultura, trazendo novas possibilidades e potencialidades de expressão e comunicação. Os conceitos de cibercultura e ciberespaço são centrais na obra de Lévy (1999) e dele derivam todas as suas reflexões, como:

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse

universo. Quanto ao neologismo 'cibercultura', especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

Neste sentido, se entende que a EaD esteja passando por um processo de universalização da cibercultura, na medida em que as tecnologias de telecomunicação estão a cada dia mais imersos nas novas relações de comunicação e produção de conhecimento que ela pode oferecer. Esse autor, Lévy (1999), chama atenção para a (nova) relação que o homem estabelece com o saber e com a construção do conhecimento, no qual, o próprio homem está imerso na cibercultura, pois, o ciberespaço amplifica, exterioriza e modifica funções cognitivas humanas como o raciocínio, a memória e a imaginação.

Nas palavras de Lévy (1999):

O que é preciso aprender não pode mais ser planejado nem precisamente definido com antecedência. (...) devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. No lugar de representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em 'níveis', organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes 'superiores', a partir de agora devemos preferir a imagem em espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa posição singular e evolutiva (LÉVY, 1999, p. 158).

Desta forma, se pode ampliar as indicações de Lévy (2007) em se pensando na desconstrução da organização educacional convencional, como também na desconstrução do papel historicamente construído do professor centralizador do conhecimento para se tornar um incentivador da inteligência coletiva. Freire (1999) chamou esse pensamento de educação libertadora, uma educação que se constrói a partir de problematizações, alicerçada em perguntas provocadoras de novas perguntas para novas respostas, no diálogo crítico e libertador, na proposta de uma consciência emancipatória da condição existencial do educando, desse sujeito, desse sujeito enquanto sujeito educando preso.

Se percebe, portanto, o paradoxo: de que modo o processo educativo pode ganhar caráter participativo, respeitando as formas de sentir e pensar do aprisionado, buscando atingir suas expectativas de vida para quando em liberdade? O espaço escolar, ainda que localizado em um ambiente repressor e de isolamento,

deve se pautar pela produção de conhecimento, de estudo, de estabelecimento de vínculos, de participação, de educação libertadora como defende Freire (1987).

A EaD no Sistema Prisional, pode, de acordo com o currículo que se desenvolve na escola da prisão exercer a função de simples transmissora de valores culturais, se colocando a serviço de um sistema que precisa responder pela segurança social e pela segurança do próprio encarcerado. Ou, pode se pautar na construção do conhecimento que potencialize a educação libertadora proposta por Freire (1999). E, nessa perspectiva, se destaca o papel hegemônico do intelectual, educador profissional, nesse processo, como bastante claro, afirma Sacristan (2000).

Nos dizeres de Freire (1999), a educação é uma das dimensões da cultura e, por ser uma construção humana, comporta em si um potencial de mudança social permeada de esperança e sonhos possíveis. Se acredita, portanto, que é na experiência dialógica e dialética do processo educacional que são criados os alicerces para as próprias mudanças educacionais e uma transformação sociocultural que promova a (re) construção da identidade e história de vida do educando, do sujeito preso educando.

Corroborando com essa ideia, Arroyo (2014) explica:

As escolas e os currículos não são apenas lugares que armazenam conhecimentos produzidos em cada área, são lugares onde trabalham e chegam sujeitos sociais também produtores de conhecimentos, lugares de encontro de experiências sociais, de indagações, de leituras de mundo e de si no mundo que exigem ser reconhecidas e sistematizadas (ARROYO, 2014, p. 160).

Esse mesmo autor ao apontar o comprometimento da educação com a transformação social que é a premissa da educação libertadora Freireana, e, enquanto uma proposta curricular a partir da expressão da organização de uma população ou um grupo distinto de sujeitos, seja por meio dos movimentos sociais, com a intencionalidade de lutar contra a dominação ou por um grupo de sujeitos encarcerados onde o acesso à escola é restrito em decorrência de diversos fatores, principalmente pela manutenção da segurança da sociedade do cárcere, é primordial compreender o papel político e pedagógico que tem o professor. Nos dizeres de Arroyo (2014) em relação ao papel político e pedagógico dos docentes, reafirma, *somos profissionais da garantia de seu direito ao conhecimento, à pluralidade de conhecimentos, e o primeiro direito ao conhecimento de todo ser*

humano é a se conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A identidade própria da EaD na implementação e construção de cursos na escola prisional deverá considerar também, os princípios da equidade, da diferença e da proporcionalidade. A proposição de um modelo pedagógico próprio, apropriação e contextualização das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais⁶⁹ deveriam garantir na escola da prisão que esses princípios fossem seguidos em toda sua amplitude para corroborar diretamente na construção do conhecimento pelo educando encarcerado.

Para Santos (2010):

Não é o ambiente online que define a educação online. O ambiente /interface condicionam, mas não determinam. Tudo dependerá do movimento comunicacional e pedagógico dos sujeitos envolvidos para a garantia da interatividade e da cocriação. Acreditamos que aprendemos mais e melhor quando temos a provocação do “outro” com sua inteligência, sua experiência, sabemos que temos interfaces que garantirão a nossa comunicação com nossa fala livre e plural (SANTOS, 2010, p.12).

Ampliando um pouco mais esses dizeres, Tardif (2006) descreve, que, a educação online é um processo que faz convergir saberes epistemológicos, didáticos e tecnológicos mediados por sujeitos geograficamente dispersos e conectados em rede via tecnologias digitais de comunicação e informação. Nesse caso, a cibercultura demanda formação continuada de professores para que estes tenham condições de fazer o uso das mais variadas interfaces disponíveis na *web* articuladas a uma mediação docente provocadora.

Desse modo, se percebe que a ruptura de paradigmas é algo inerente à educação a distância e isso tem levado muitas instituições a repensar alguns pontos importantes como teorias de aprendizagem e mudanças conceituais sobre a autonomia do aluno, assim como a autonomia dos grupos de trabalho.

Furquim (2010) elucida um pouco mais sobre o papel da autonomia:

Cabe ressaltar que quando falamos em autonomia não estamos nos referindo somente a “autoaprendizagem”, caracterizada como uma prática solitária onde o aluno estuda isoladamente e se transforma em um “autodidata” sem intervenção pedagógica, visto que um dos principais

⁶⁹ Fonte: Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010.

papéis do tutor é mediar a aprendizagem coletiva onde a responsabilidade da aprendizagem é eminente a todos os envolvidos no processo (FURQUIM, 2010, p.77).

E, para Moran (2009) é indispensável educar para a autonomia, para que cada aluno encontre o seu próprio ritmo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, é importante educar para a cooperação, para aprender em grupo, para intercambiar ideias, participar de projetos, realizar pesquisas em conjunto. Em meio a tantas possibilidades que a EaD pode proporcionar para a mediação do conhecimento aos educandos, pode-se pensar em grupo seletivo e distinto para se apropriar das tecnologias disponíveis e mais adequadas ao perfil restrito do sujeito educando preso nas escolas prisionais.

Os cursos de EaD, de uma forma geral, seguem a tendência da utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA. Nesses ambientes ficam dispostas as ferramentas para comunicação entre o professor e/ou tutor com os educandos nos correios eletrônicos e mensagens instantâneas; para colaboração entre os educandos com o professor e/ou tutor nos fóruns e salas de bate-papo; e, para compartilhamento de recursos, materiais de estudo nos *links* que dão acesso a diversas mídias de comunicação.

Os AVAs são *softwares* que auxiliam na criação de cursos acessíveis por meio da internet e são elaborados para dar suporte aos professores no gerenciamento de conteúdos e na administração do curso, permitindo acompanhar o progresso dos estudantes pelo professor e/ou tutoria. São ambientes, programas construtivistas, pois, permitem aos educandos criar seu próprio significado para o que eles experimentam, em vez de pedir que apenas reproduzam a interpretação do professor para aquela experiência ou conteúdo, de acordo com Rebelo (2008). Isso quer dizer que o ambiente virtual pode definir ou limitar a abordagem pedagógica, mas é o professor, preparado para o manejo das possibilidades propostas pelas tecnologias de comunicação da EaD, quem vai estabelecer essa propriedade na proposta educacional do curso, ou, na produção dos materiais, dos recursos educacionais. Neste sentido, a EaD transpõe as barreiras temporais e espaciais para proporcionar ao educando preso possibilidades e alternativas de construção de conhecimento dentro de sua rotina interna de segurança prisional.

Para Alvarino (2004), a seleção e capacitação complementar dos professores da EaD, para exercer o papel mediador e orientador no processo de construção de

conhecimento dos educandos, deve centrar nas competências tecnológicas, que é, o domínio da tecnologia utilizada pelo curso; do interesse em atualizar seus conhecimentos tecnológicos e capacidade para simplificar procedimentos; nas competências didáticas, que é o conhecimento de teorias de aprendizagem coerentes com o modelo do curso e um bom domínio dos conteúdos do curso; e, também, é preciso ainda competência tutorial, que são as habilidades de comunicação escrita, capacidade de adaptação à diversidade, ser um planejador realista e ter capacidade de trabalho e constância.

Compreender o ciberespaço constituído por uma multiplicidade de interfaces abertas que potencializam as relações estabelecidas na EaD, nesse sentido, se tem os Recursos Educacionais Abertos - REA. Os REA são qualquer tipo de material educacional que está disponível para (re) uso, (re) criação, (re) significação na rede globalizada, por meio de licenças de permissão de uso livre, gratuitas. Esse novo modelo econômico de compartilhamento de REA entre instituições, de maneira geral, propicia a mobilização de inteligências coletivas como sustentabilidade deste movimento, de acordo com Lévy (1998).

A EaD se destaca, neste sentido, como uma forma menos onerosa para implementação de um curso nas escolas prisionais, porém, de forma alguma, com menor qualidade. Todas as possibilidades da cibercultura, de produtos com licenças de permissão de uso livres, podem garantir a concepção de um curso na modalidade EaD que tenha a mesma qualidade, ou ainda, qualidade superior a de um mesmo curso na modalidade presencial, isso será determinado pelos atores envolvidos no curso em questão.

Para discutir a docência na cibercultura mediada pelas redes sociais e pelos dispositivos móveis articulando-os à construção do conhecimento a partir da intencionalidade pedagógica refletida nos REAs, torna-se essencial compreender os potenciais das tecnologias digitais e das redes sociais para a formação docente, assim como, planejar e produzir conteúdos e situações de aprendizagem com REA.

Explorar as diversas possibilidades educativas e comunicacionais da EaD nas diversas propostas educativas dos cursos, requer cada vez, que o docente repense a sua prática pedagógica, também, a partir da criação e compartilhamento de REAs, e, utilize esse recurso como dispositivo de formação docente em processo.

O *Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment – moodle*⁷⁰, é um sistema de gerenciamento de aprendizagem *Learning Management System – LMS*, em outras palavras, é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, gratuito. E o TelEduc é um ambiente para a criação, participação e administração de cursos na Web, desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Informática Aplicada à Educação - NIED⁷¹ da UNICAMP.

O Moodle e o TelEduc fazem parte do movimento de *software* livre, no qual, vários aplicativos e *softwares* têm código aberto, em outras palavras, passaram a ser disponibilizados na rede para uso e reapropriações de forma livre e gratuita, como por exemplo, o Sistema Linux, o navegador Mozilla e o Opensimulator, que, é um Servidor 3D utilizado para criar um ambiente virtual que poderá ser acessado por vários usuários por meio de uma rede local ou internet.

Infelizmente, se comparado em âmbito internacional, o Brasil se encontra defasado em relação ao movimento de REA, por ter poucas iniciativas com repositórios de conteúdos digitais totalmente licenciados com *Creative Commons*⁷². Nesse sentido, o Instituto de tecnologias de informação na educação da UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, lançou o projeto *Open Educational Resources in Brazil: State-of-the-art*⁷³ para promover o movimento de REA nos países que não falam a língua inglesa, tendo o Brasil como um desses protagonistas. E, de acordo com Santos (2011), esse projeto possui recomendações de iniciativas de REA no contexto do plano de ação no escopo do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014 - 2024.

O movimento de REA, quanto ao modelo de sustentabilidade, poderá ser comunitário, com a produção, utilização e compartilhamentos descentralizados, em outras palavras, conforme Hylén (2011), como as contribuições são voluntárias e, para além da redução de custos, os REA auxiliam a docência online, em razão da transparência dos processos educacionais de diversas instituições potencializando a colaboração entre todos os usuários e adeptos, conforme Silva (2010). E, de acordo com Alves (2006), o paradigma da rede, nos ajuda a (re) pensar a construção do

⁷⁰ Fonte: <<http://www.edutools.info/course/productinfo/>> acesso em março/2016.

⁷¹ Fonte: <<http://www.nied.unicamp.br/>> acesso em março/2016.

⁷² Fonte: Organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças jurídicas gratuitas <<https://br.creativecommons.org/>> aesso em março/2016.

⁷³ Fonte: <<http://iite.unesco.org>> acesso em março/2016.

conhecimento de uma forma não linear, relacionando-o na perspectiva da horizontalidade, na medida em que as práticas do cotidiano possuem tanta relevância quanto os conhecimentos teóricos.

Em conformidade com os autores Castells (1999), Santaella (2004) e Lévy (1998), o panorama educacional da cibercultura possui três aspectos ou tendências principais. A primeira é o acesso à informação; a segunda é a mudança do paradigma educacional centrado no professor, para outro, centrado no aprendiz – que busca informação, se autoriza e que produz conhecimento colaborativamente; e, a terceira, são as transformações perceptivo-cognitivas por parte do novo tipo de leitor, que se forma na cibercultura – o leitor imersivo de formas híbridas de signos e visual. E, de acordo com Santos (2012), o sujeito educando da cibercultura é autônomo, crítico, criativo e produz novos sentidos e conhecimento a partir do digital em rede.

Segundo Castells (1999), a formação docente para uma prática colaborativa exige o reconhecimento das mudanças trazidas pela sociedade em rede, o que, evidencia que as tecnologias digitais se encontram na comunicação diária estabelecida entre os praticantes que estão presentes em todo um sistema de relações. As mudanças proporcionadas pela tecnologia estão presentes em todas as estruturas da sociedade, bem como, as suas aplicações e consequências. No âmbito da educação, isso não é diferente, estando presente dentro ou fora da escola e da universidade por meio da cultura contemporânea, o que, não a impede de romper com os muros do Sistema Prisional.

São diversos os fatores que podem subsidiar a implementação da EaD nas escolas prisionais, e, cada vez mais Instituições privadas e públicas investem na educação a distância. De certo, esses investimentos podem de alguma forma chegar a educação nas prisões, e, sem dúvida, a proposta do Plano Estadual de Educação em Prisões, que, é de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal no Brasil é um marco histórico neste sentido.

As contribuições da EaD, nessas perspectivas, não podem ser ignoradas, a possibilidade de se construir um curso voltado para as especificidades de um grupo alvo e as suas necessidades, assim como a propriedade de identificação dessa a população-alvo e as possibilidades que essa modalidade de ensino tem para tornar o currículo educacional ou o curso acessível a todos os atores na educação, principalmente o educando. E, assim como o planejamento de um curso é

construído a partir das necessidades do aprendiz, a EaD pode se tornar pioneira na perspectiva de uma educação libertadora e significativa para o sujeito educando preso.

Em uma perspectiva menos centralizadora, mais interativa e horizontal, se torna necessário pesquisar práticas colaborativas que tragam fundamentos teórico-pedagógicos e outras metodologias para os diversos espaços e tempos de aprendizagem. As mudanças socioculturais demandadas pelas tecnologias digitais tornam necessário (re) pensar o papel e a importância da docência nesses novos espaços de interação e de construção de conhecimento, como nas escolas prisionais.

A identidade própria da modalidade de ensino da Educação a Distância considera os Princípios da Equidade, da Diferença e da Proporcionalidade, tendo como pilar, a proposta de construção de cursos com foco no educando, o ator principal no processo de construção do conhecimento.

Entre tantos aspectos da sociedade prisional, a EaD pode apontar caminhos de se construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais visando a possibilidade de se contribuir para uma sociedade mais democrática, solidária e justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso, sobretudo, em se pensando nas possibilidades que a EaD poderá amplificar dentro das escolas prisionais.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

***“Do rio que tudo arrasta, se diz que é violento.
Mas ninguém diz, violentas às margens que o comprimem”
(Bertold Brecht).***

5.1 CONCEPÇÃO TEÓRICA DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESSA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa, considerando a natureza e a proposta de seu tema, com o intuito de se obter respostas para os questionamentos propostos por este estudo, bem como para se atingir aos objetivos definidos e os objetivos a serem cumpridos, optou-se pela aplicação de procedimentos metodológicos qualitativos inspirados numa abordagem descritiva, documental e bibliográfica, com aporte dos principais autores que discutem questões a respeito do tema central deste estudo. Segundo Tognetti (2006), esta é uma pesquisa aplicada, pois tem por objetivo gerar um produto educacional como finalidade imediata.

De acordo com a proposta desse estudo, a opção pela metodologia qualitativa emergiu pela característica de se descrever, compreender e explicar a partir dos documentos e bibliografia consultados gerir uma resposta para o problema levantado nessa pesquisa. A metodologia de pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, e, sim com a busca de se explicar o porquê das coisas com a intencionalidade de se exprimir o que convém ser realizado, pois, os dados analisados se valem de diferentes abordagens para o aprofundamento da compreensão, conforme Minayo (2001).

Em conformidade com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e/ou eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *websites*. Os autores Marconi e Lakatos (2009) afirmam que os meios de comunicação podem ser utilizados como fontes bibliográficas. Desta forma, a pesquisa bibliográfica permite melhor exame sobre o tema, com possibilidade de se obter uma abordagem ou conclusão que seja inovadora. Sobretudo, os autores Lima e Miotto (2007) afirmam que, normalmente, a pesquisa bibliográfica é caracterizada como revisão de literatura ou como revisão bibliográfica, pois falta compreensão de que a revisão é um requisito para qualquer pesquisa, bem como para a bibliográfica, que necessita de vários procedimentos.

Nas palavras de Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes. Na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico, como, no caso desse estudo, que tem como fontes de dados como, Projetos de Lei, Leis, Decretos Legislativos, Portarias, Resoluções dentre outros documentos oficiais.

A Internet não chega a ser uma técnica de pesquisa, mas, é um recurso, uma ferramenta para coleta de dados e inspeção de documentos históricos e normativos publicados por órgãos e entidades referendados e/ou especializados, conforme o levantamento de dados técnicos nessa pesquisa.

Em sintonia com os autores citados, Santos (2000) ressalva, que, a pesquisa documental é indispensável e, também, uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, porque a maior parte das fontes escritas, ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, como no caso desse estudo que se ancora também na pesquisa bibliográfica, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema conforme Ludke e André (1986).

5.2 DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DESSA PESQUISA

É por meio da metodologia que o processo de pesquisa é delineado, de maneira que sejam traçadas as etapas para se alcançar os objetivos.

Na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores, e, na pesquisa documental, os documentos históricos e normativos publicados por órgãos e entidades referendados e/ou especializados, conforme levantamentos de dados nessa pesquisa geralmente não receberam ainda o tratamento analítico proposto nesse estudo.

E, para tanto, estabeleceram-se os seguintes passos: construção do produto educacional proposto neste estudo e o levantamento bibliográfico e documental para fomentar e subsidiar o texto dissertativo que ancora este mesmo produto educacional, seguindo as seguintes etapas:

- Etapa um: Levantamento de dados bibliográficos, históricos e documentais sobre a concepção dos Cursos de Mestrado Profissional no Brasil, e, do PROMESTRE, o Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o produto educacional desse estudo e a escola prisional.
- Etapa dois: Levantamento bibliográfico, documental e especificações técnicas sobre a construção do produto educacional desse estudo, o Manual sobre viabilidades técnicas de infraestrutura para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional; que teve como subsídio e recortes principais as referências sobre a infraestrutura física constantes nos seguintes documentos: Referenciais de Qualidade do MEC para a modalidade de Educação Superior EaD; o Instrumento de Avaliação e Credenciamento de Pólo de Apoio Presencial para EaD do INEP – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; as Orientações para Mantenedores e Gestores de Pólos de Apoio Presencial da UAB – CAPES; e, as experiências vivenciada pela Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de Ribeirão das Neves/MG, especificamente, no que tange à realidade da infraestrutura da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, que, em sua trajetória, já ofereceu cursos de formação profissional para os seus educandos presos na modalidade de Educação a Distância, assim como

também já vivenciou a experiência de ter alunos de graduação EaD em regime fechado e semiaberto.

- Etapa três: Levantamento de dados que versam sobre a educação no Sistema Prisional.
- Etapa quatro: Levantamento bibliográfico e documental destacando os principais fatos históricos em relação a construção da modalidade de ensino da Educação a Distância em um parâmetro mundial, e, também, no Brasil.
- Etapa cinco: Uma reflexão sobre as possibilidades da EaD dentro do Sistema Prisional.
- Etapa seis: O Produto Educacional - Manual sobre viabilidades técnicas de infraestrutura para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional (disponibilizado em DVD/CD no porta mídia localizado na parte interior da contra-capa deste trabalho).

6 CRONOGRAMA

Atividades	Semestre 2014/1	Semestre 2014/2	Semestre 2015/1	Semestre 2015/2	Semestre 2016/1
1. Pesquisa Bibliográfica e Documental	X	X	X	X	X
2. Obtenção dos Créditos	X	X	X	X	
3. Elaboração da versão final do Projeto de Pesquisa				X	X
4. Participação em Grupo de Pesquisa	X	X	X	X	X
5. Banca de Qualificação				X	
6. Revisão da Dissertação					X
7. Apresentação da Dissertação e o Produto Educacional construído por essa Pesquisa.					X
8. Defesa da Dissertação no PROMESTRE/FaE/UFMG.					X

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

*“Primeiro levaram os negros.
Mas não me importei com isso,
eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários.
Mas não me importei com isso,
eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis,
mas não me importei com isso
porque eu não sou miserável.
Depois agarraram uns desempregados,
mas como tenho meu emprego
também não me importei.
Agora estão me levando,
mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém,
ninguém se importa comigo.”*

(Bertold Brecht).

Refletir sobre o que significa para a Educação o fato de o Brasil configurar a quarta posição em um ranqueamento mundial de população prisional e que a escolarização desses sujeitos em relação ao número absoluto de presos e o grau de escolaridade é extremamente baixo, imprime nos profissionais da Educação uma responsabilidade em repensar a Docência e se conscientizar do seu papel político, histórico e emancipador, pois, mais da metade dos sujeitos presos dessa população prisional, em outras palavras, 53% não concluíram o Ensino Fundamental, enquanto somente 12% o concluíram; 11% concluíram o Ensino Médio e 7% não o concluíram, 1% tem o Ensino Superior completo e 1% incompleto; em relação aos presos alfabetizados, somente 9% e não alfabetizados são 6% dessa população carcerária no Brasil.

Pensar na porcentagem que estes números representam, remete-se ao problema que é enfrentado historicamente pela prisão e o Sistema Prisional, o qual, não é um privilégio dos governos brasileiros, mas, também é um problema mundial, a superlotação dos espaços prisionais. O Brasil configura a quinta colocação em um ranqueamento mundial de superlotação de prisões com uma ocupação de 161% dos espaços destinados para os condenados, perdendo apenas para as Filipinas com comprometimento de 316% de suas prisões, o Peru com 223%, o Paquistão com 177%, o Irã com 161,2%, e, apesar de os Estados Unidos contarem com a maior população prisional do mundo e a Rússia com a terceira maior, a taxa de ocupação desses países é relativamente pequena, os russos operam, em média, aquém de sua capacidade, com cerca de 94% de ocupação, enquanto, os estabelecimentos dos Estados Unidos operam somente um pouco acima, com 102% de ocupação da capacidade de suas prisões.

Refletir sobre esses números, essas porcentagens, aumenta a angústia dos pesquisadores no intuito de se buscar caminhos para que a Educação possa contribuir, de alguma forma e, de maneira significativa e emancipatória, para que esses índices mudem, uma vez, que, essa mesma educação é um direito subjetivo resguardado por Lei para os cidadãos, inclusive para os sujeitos presos.

A proposta central desta pesquisa, que, é o estudo e a indicação de um ou mais caminhos para se trilhar, na adequação da infraestrutura física e tecnológica da escola prisional para implementação de ensino na modalidade de Educação a Distância, por meio de um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema

Prisional, que, é o produto educacional deste estudo percorreu uma trajetória que pôde subsidiar as reflexões que foram provocadas na construção textual desta pesquisa.

As pesquisas e estudos sempre perseguem uma resposta ou um apontamento de caminho ou trajetórias para se seguir, a partir de seus próprios questionamentos iniciais e dos muitos questionamentos levantados no decorrer dos estudos. E, numa abordagem descritiva, esta pesquisa buscou na bibliografia de autores distintos e especializados em suas áreas, e em documentos oficiais e legais, a base de sua tessitura e a fomentação das reflexões acometidas no desenrolar do referencial trilhado, com as limitações provocadas pelos recortes que delimitaram o surgimento de novas questões, que, são sempre infundas para o pesquisador.

Esse estudo teve a oportunidade de buscar na história, nas normas, nas leis e nas diretrizes oficiais e legais que construíram e consolidaram os temas transversais desse estudo, os dois eixos temáticos desta pesquisa, os quais estão dispostos nesta dissertação sequencialmente, o Mestrado Profissional e a construção do Produto Educacional desse estudo, e, a Educação a Distância e o Sistema Prisional.

O primeiro eixo temático desta pesquisa foi construído em três capítulos.

O primeiro capítulo realizou o levantamento bibliográfico, documental e histórico dos Cursos de Mestrado Profissional no Brasil, e, do PROMESTRE, o Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

A finalidade do MP é qualificar os diversos profissionais que não atuam diretamente com a pesquisa e, nem mesmo a docência, abrindo espaço para outras discussões, ampliando o debate e contribuindo para uma análise crítica à partir da contribuição amplificada do vínculo entre a universidade e a sociedade por meio da atuação desses profissionais. E, um dos objetivos maiores é a aplicação do conhecimento gerado na universidade em setores diversos, tais como: empresas, comunidades, instituições públicas de ensino, de saúde, entre outras, como as escolas prisionais, que compõe uma das temáticas dessa pesquisa.

Esse capítulo também ofereceu esclarecimentos acerca do que se chamou, neste estudo, de produto educacional, e, suas propostas em relação à Academia, que, foi a construção de um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da EaD na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio localizada no quarto pavilhão da Penitenciária José Maria

Alkimim, na cidade de Ribeirão das Neves/MG, que poderá servir, também, como Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede para outras escolas do Sistema Prisional.

O segundo capítulo do primeiro eixo temático dessa pesquisa procurou dados e subsídios na bibliografia e nos documentos que relataram as experiências com a modalidade de ensino da EaD vivenciadas pela Escola Estadual Cesar Lombroso de Ensino Fundamental e Médio na Penitenciária José Maria Alkimin na cidade de Ribeirão das Neves/MG.

Desta forma, para se fomentar a composição do Produto Educacional desse estudo foram consideradas as experiências vivenciadas pela Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de Ribeirão das Neves/MG, no que tange, a realidade da infraestrutura da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio que já ofereceu cursos de formação profissional para os seus educandos presos na modalidade de Educação a Distância, assim, como também, já teve a experiência de ter alunos de graduação EaD em regime fechado e semiaberto.

E, a partir do levantamento bibliográfico e documental sobre as experiências com a modalidade de ensino da Educação a Distância, na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da PJMA, foi possível se refletir, delimitado-se com os recortes propostos nesse estudo para a implementação da EaD nas escolas prisionais, por meio de uma reflexão sobre a estrutura física dessa escola e suas possibilidades. Essa reflexão apontou caminhos para se subsidiar a construção do produto educacional proposto nesta pesquisa.

Desta forma, em se pensando e refletindo sobre uma infraestrutura possível para as escolas prisionais em relação à implementação da EaD em seus espaços, o terceiro capítulo desse eixo temático concebeu o levantamento bibliográfico que pôde elencar os marcos legais que possibilitam que a modalidade de ensino da Educação a Distância possa, efetivamente, se concretizar no Sistema Prisional.

O terceiro capítulo procurou dados e subsídios na bibliografia e nos documentos especializados, destacando a definição do que vem a ser um manual e sua aplicabilidade, como também, permitiu refletir sobre a escola no contraditório ambiente prisional, que, exerce a constante luta para conseguir o seu espaço na sociedade do cárcere e resiste com as possibilidades de novos caminhos de reestruturações e readaptações com a proposta emancipatória de uma nova história de vida para o sujeito educando preso.

As reflexões propostas nesta pesquisa para se pensar na implementação da modalidade de ensino da EaD para as escolas do Sistema Prisional, a partir da proposta desse estudo, mostraram a necessidade de se construir um modelo proposto de desconstrução dos requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, e, fazer o movimento de (re) construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as adaptações necessárias que a escola prisional requer, principalmente, para as adaptações da realidade de infraestrutura que essa escola verdadeiramente dispõe.

E a desconstrução de um sistema rígido de requisitos de qualidade pôde apontar novos caminhos para novas oportunidades para a construção do conhecimento na escola prisional por meio da implementação da EaD como modalidade de ensino. E, nesse sentido, de (re) adaptações e (re) construção de espaços nas escolas prisionais serão necessárias ações saneadoras a cada projeto pedagógico que será gerido nesses espaços, pois se faz necessário atentar que a própria EaD está em constante transformação e adaptação. A EaD pode transcender as muralhas do Sistema Prisional e, conseqüentemente, enfrentar a defasagem escolar e, também, profissional dos condenados e a escola prisional deve contar, por sua vez, com possibilidades tangíveis de (re) adaptações e (re) construção de seus espaços para, que, de fato, a implementação da EaD na sociedade prisional seja uma realidade e possa apontar caminhos para a emancipação do sujeito educando preso e, ainda, poder contribuir nessa perspectiva, para a (re) construção de sua história de vida e o seu retorno à sociedade fora da prisão.

A partir do produto concebido por esse estudo, de forma textual, foram descritos todos os detalhes e elementos constituintes do Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional nesse terceiro capítulo do primeiro eixo temático desta pesquisa, com aporte, subsídio e inspiração nos dados referentes à infraestrutura física dos seguintes documentos: Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior EaD do MEC, no Instrumento de Avaliação e Credenciamento de Pólo de Apoio Presencial para EaD do INEP – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, nas Orientações para Mantenedores e Gestores de Pólos de Apoio Presencial da UAB – CAPES e, também, nas experiências vivenciadas pela Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de

Ribeirão das Neves/MG, no que tange à realidade da infraestrutura da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio.

O levantamento bibliográfico e documental desse eixo temático e as reflexões provocadas por esses três capítulos puderam destacar os recortes e as delimitações principais dessa pesquisa, assim como também os recortes, delimitações e a inspiração para a construção do Produto Educacional proposto nesse estudo, e, obtiveram meios de se apontar respostas para os três primeiros objetivos específicos desse estudo, elencado no desenvolvimento das etapas dessa pesquisa, no item cinco, a metodologia de pesquisa desse trabalho.

A interlocução possível entre a Ead e o Sistema Prisional é tema transversal do segundo eixo temático dessa pesquisa que foi construído em cinco capítulos.

O primeiro capítulo do segundo eixo temático procurou dados bibliográficos e subsídios disponibilizados pelo INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias da Secretaria de Estado de Defesa Social, sobre as atividades educacionais formais e não formais que os 10,7% do total de presos no Brasil podem desfrutar e provocam questionamentos em relação ao direito e o acesso à educação do sujeito preso. Também são relatados dados sobre os espaços prisionais, prisões que possuem ou não espaços para construção de novos blocos ou módulos que poderiam ser dedicados a construção de espaços educacionais, escolas.

O segundo capítulo procurou dados bibliográficos e subsídios na história da construção da EaD em relação aos conceitos e fundamentos teórico-pedagógicos dessa modalidade de ensino, pensando-se nas possibilidades de construção do conhecimento para o sujeito preso, o sujeito educando preso, na qual os processos inerentes à construção das aprendizagens na modalidade de ensino da EaD ocorrem em tempos e espaços distintos entre os sujeitos envolvidos, sobretudo entre os professores, tutores e educandos.

Na EaD a concepção de educando é de sujeito do seu aprendizado, que, desenvolve autonomia e independência em relação ao professor na construção do conhecimento. Em se pensando no sujeito educando preso como centro da construção do conhecimento na escola prisional, se pôde destacar os teóricos que subsidiam esse papel central do educando no processo de construção do conhecimento, Piaget e Vygotsky. Esses teóricos foram os grandes precursores do

construtivismo contemporâneo, e, iniciaram seus trabalhos na década de 20 no século XX.

O teórico Vygotsky subsidiou o aporte que destaca a ação do sujeito educando no seu processo de aprendizagem, e, de acordo com os pressupostos teóricos da denominada Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética de Jean Piaget, a concepção construtivista da formação da inteligência que explica como se constrói o conhecimento desde o nascimento humano, permitiu se refletir na construção de uma aprendizagem autônoma e significativa mediada por professores conscientes de seu papel político e emancipador para a mediar e orientar o sujeito educando preso em sua (re) construção de história de vida e consequente ressocialização à sociedade fora da prisão. A educação é um sistema de ações que pode transformar as pessoas, suas competências e suas representações de (re) significados. É um sistema que pode influenciar diretamente na mudança de atitudes dos sujeitos a partir de um conhecimento significativo.

O terceiro e quarto capítulos desse eixo temático pôde elencar os principais fatos históricos na construção e consolidação da modalidade de ensino da EaD, em uma perspectiva mundial e, também, no Brasil. E, pôde destacar os processos normativos e legais que consolidaram a EaD como uma modalidade de ensino da educação no Brasil, com subsídios bibliográficos e documentais.

No quinto capítulo desse eixo temático foi apresentado dados e subsídios bibliográfico e documentais que proporcionaram uma reflexão sobre as possibilidades tangíveis da modalidade de ensino da EaD se tornar efetivamente real dentro do Sistema Prisional Brasileiro.

O aporte bibliográfico desse capítulo pôde verificar que a EaD pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois está associada ao rápido processo de expansão, com vistas à flexibilidade e democratização dos processos de construção do conhecimento mediados por tecnologias telemáticas de comunicação e informação. E, por possuir mais sistemas integrados do que a modalidade de educação presencial requer um maior planejamento e uma rotina organizacional definida e bem elaborada nos planos operacionais na proposta de um curso, que, deve privilegiar os profissionais com conhecimentos específicos de *softwares* e *hardwares* próprios das tecnologias, e, que, conseqüentemente irão transpor as barreiras temporais e espaciais enfrentadas pela própria concepção da EaD, e, na proposta desse estudo, pelo sujeito educando preso. Considerando as

relações entre docentes, tutores e discentes que estão separados espacial e/ou temporalmente, e, no entanto, permanecem conectados de forma síncrona ou assíncrona por uma série de recursos tecnológicos.

A tutoria presencial que, visa elucidar questões referentes às dificuldades de acesso à plataforma do curso e as dúvidas da sua metodologia, concomitantemente com a tutoria virtual que, assume essas mesmas funções e mais o acompanhamento diário das atividades do educando no ambiente virtual, são os atores que, juntamente com os professores, mediam e orientam os estudantes a buscar fontes de informação e de como utilizar os instrumentos para a aprendizagem, além de prestarem estímulo motivacional que torna um curso à distância cada vez mais próximo de seu ator principal, o educando, o sujeito educando preso.

A motivação e a mudança nas práticas pedagógicas dos professores e tutores da EaD são os suportes, no que se refere à construção de competências visando a autonomia intelectual, a alfabetização informática dos futuros educandos e o desenvolvimento de ambientes tecnológicos cada vez mais ricos e estimulantes para a universalização da cibercultura, na medida em que as tecnologias de telecomunicação estão a cada dia mais imersas nas novas relações de comunicação e produção de conhecimento que se pode oferecer.

A construção do conhecimento na modalidade de EaD deve se pautar numa educação que potencialize a emancipação histórica e política do sujeito educando preso, a autonomia e o ritmo de aprendizagem próprios do educando e o currículo do curso comprometido com a pluralidade de conhecimentos e ao primeiro direito concebido na construção do conhecimento, que, deve ser reservado a todo ser humano, o direito de se conhecer, de se saber no mundo, na história e nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O panorama educacional da cibercultura possui três aspectos ou tendências principais que podem efetivamente propiciar a modalidade de ensino da EaD dentro das escolas no Sistema Prisional, a primeira é o acesso à informação; a segunda é a mudança do paradigma educacional centrado no professor, para outro, centrado no aprendiz; e, a terceira, são as transformações perceptivo-cognitivas por parte do novo tipo de leitor, que se forma na cibercultura – o leitor imersivo de formas híbridas de signos e visual, nas quais os AVAs, que são os programas que auxiliam na criação de cursos que podem ser acessíveis por meio da internet e são

elaborados para dar suporte aos professores no gerenciamento de conteúdos e na administração do curso e na construção do conhecimento do sujeito educando preso, por meio de um aporte de diversas ferramentas síncronas ou assíncronas nas plataformas de estudo.

Compreender o ciberespaço constituído por uma multiplicidade de interfaces abertas que potencializam as relações estabelecidas numa proposta de implementação da modalidade de ensino da EaD nas escolas do Sistema Prisional, se destacam os Recursos Educacionais Abertos – REA, que são todo e qualquer tipo de material educacional que esteja disponível para (re) uso, (re) criação, (re) significação na rede globalizada, por meio de licenças de permissão de uso livres, em outras palavras, gratuitas. O Sistema Moodle e o TelEduc fazem parte do movimento de software livre também e vários aplicativos e *softwares* têm código aberto, livre, como por exemplo, o Sistema Linux, o navegador Mozilla e o Opensimulator, que, passaram a ser disponibilizados na internet para uso e reapropriações de forma livre e gratuita. Esses recursos livres, gratuitos e disponíveis, juntamente com outros, também na mesma categoria podem tornar mais tangível a efetivação da EaD nas escolas prisionais.

O levantamento bibliográfico e documental desse eixo temático e as reflexões provocadas por esses capítulos puderam destacar perspectiva de uma Educação mais interativa, horizontal e centralizada no sujeito educando preso, com o aporte de práticas colaborativas que evidenciem fundamentos teórico-pedagógicos de uma construção de conhecimento construtivista e significativa, dentre outras metodologias para os diversos espaços e tempos de possibilidades na escola prisional, as mudanças socioculturais demandas pelas tecnologias digitais oportunizam a reflexão de se (re) pensar sobre o papel e a importância da docência nesses novos espaços de interação e de construção de conhecimento, como nas escolas do Sistema Prisional e em seus espaços físicos.

Pôde ser destacada a identidade própria da modalidade de ensino da Educação a Distância que, considera os Princípios da Equidade, da Diferença e da Proporcionalidade, tendo como pilar, a proposta de construção de cursos com foco no educando, o ator principal no processo de construção do conhecimento e, também se pôde apontar caminhos, entre tantos aspectos na sociedade prisional para se criar oportunidades de construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais visando a

possibilidade de se contribuir para uma sociedade mais democrática, solidária e justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso, e, e obteve meios de se apontar respostas para o quarto, quinto e sexto objetivos específicos desse estudo, elencados no desenvolvimento das etapas dessa pesquisa, no item cinco, a metodologia de pesquisa desse trabalho.

Em virtude desse cenário essa pesquisa se propôs a contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, mais solidária e mais justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso, pela modalidade de Educação a Distância, refletindo sobre aquilo que já é regulamentado de forma a contribuir para que os aspectos éticos e de qualidade sejam preservados. Construir esta pesquisa pelos caminhos trilhados pôde proporcionar inúmeras reflexões sobre o estreito caminho da Educação no Sistema Prisional. A cada apontamento de possibilidades para se responder aos objetivos desse estudo, puderam ser verificadas as fragilidades e deficiências da escola prisional e como o papel da Educação no Sistema Prisional pode ser amplificado.

Esse estudo que não se esgotará por essa pesquisa, assim, como o produto educacional concebido por esse trabalho, poderá contribuir de alguma forma para com os pesquisadores que têm a Educação no Sistema Prisional como objeto de investigação, como também para a fomentação de possíveis Políticas Públicas eficazes, para a construção do Projeto Político-Pedagógico para a educação em prisões, e, finalmente, também poderá contribuir para a construção do “Plano Estadual de Educação em Prisões”, que é, por sua vez, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARIÑO, C. **A formação de professores à distância via Internet.** In: **TEDESCO, Juan Carlos (Org.). Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?** Cortez. São Paulo, 2004.

ALVES, L.; NOVA, C. **Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade.** Futura. São Paulo, 2006.

AMORIM-SILVA, K. O. **Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais.** Belo Horizonte, 2016, p. 193. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2016.

ANDRADE, A. A. C. **Teorias interacionista, sociointeracionista e a aprendizagem.** Material didático do curso de pós-graduação em Psicopedagogia a distancia da FUMEC, 2008.

ARETIO, L. G. **La educacion a distancia: De la teoría a la práctica.** 2ª ed. Editora Ariel. Barcelona, 2001.

ARROYO, M. **Os jovens, seu direito a se saber e o currículo.** In DAYRELL, J., CARRANO, P., & MAIA, C. L. (Org.). *Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo.* Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos.** Rio de Janeiro, 2002.

_____, **NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação.** Rio de Janeiro, 2003.

_____, **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.** Rio de Janeiro, 2011.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva.** Tradução ao português de Lígia Teopisto, do original *The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view.* Plátano Edições Técnicas. Lisboa, 2006.

BELLONI, M. L. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil.** Educação e Sociedade, nº 78. Campinas, 2002.

_____, **Educação a Distância.** Autores Associados. Campinas, 2006.

BERNARDO, V. **Educação a distância: fundamentos.** Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. Disponível em:
< <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm> >. Acesso em Dez/2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado. Brasília, DF. 1988.

_____, **LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em Jan/2016.

_____, **LEP – Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal. 1984**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em Jan/2016.

_____, **LEI 12061/2009**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em Jan/2016.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Ministério da Educação (MEC). **Portaria Normativa nº 17, 28/12/2009**. Disponível em < www.capes.gov.br >. Acesso em Jan/2016.

CARVALHO, A. B. G. **Os Múltiplos Papéis do Professor em Educação a Distância: uma abordagem centrada na aprendizagem**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, EPENN 18, Maceió, 2007. Disponível em: <<http://www.anabeatrizgomes.blogspot.com/>>. Acesso em Jan/2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v.1. Paz e Terra. São Paulo, 1999.

CASTORINA, J. A. **Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate**. Ática. São Paulo, 1998.

FERREIRA, M. M. et al. **Educação do Sujeito Preso: perspectivas e reflexões a partir da lei 12.433/11**. Belo Horizonte, 2013, p. 74. Monografia – Licenciatura em Pedagogia – Faculdade de Educação – FaE, Universidade do Estado de Minas – UEMG, 2013A.

FERREIRA, M. M. et al. (Orgs.). **Estudo sobre tipos e gêneros de textos: no contexto da grande Belo Horizonte**. Material didático para o ensino da leitura e escrita. Lulu Publish. Carolina do Norte, 2013B.

FRANÇA, J. L.. & VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. Ed. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

_____, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. UEC. Fortaleza, 2002.

FURQUIM, L. A. C. V **O papel pedagógico do tutor de EAD: uma abordagem bibliométrica baseada no banco de teses da CAPES**. UFSCar. São Carlos, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Vozes. Petrópolis, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. Atlas. São Paulo, 2008.

GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. **Educação a Distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. 4. ed. Vieira e Lent. Rio de Janeiro, 2006.

HEADRICK, D. R. **Tecnologia: uma história mundial - Technology: A World History**. Oxford University Press. New York, 2009.

HYLÉN, J. **Cadernos Sacausef: Dar conhecimentos gratuitamente – o aparecimento dos recursos educativos abertos**. DGIDC - Ministério da Educação. Lisboa, 2011.

JONASSEN, D. **Computadores, Ferramentas Cognitivas: desenvolvendo o pensamento crítico nas escolas**. Porto Editora. Coleção Ciências da Educação Século XXI, nº 23, Porto-Portugal, 2007.

LÉVY, P. **O Que é Virtual?**. Editora 34. Rio de Janeiro, 1996.

_____, **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Editora Loyola 5ª ed. São Paulo, 2007.

_____, **Cibercultura**. Editora 34. São Paulo, 1999.

_____, **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Ed. 34. Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, L. S. D. **Proposta de um Framework de apoio ao desenvolvimento de cursos a distância baseados na abordagem Sócio-Histórica de Vigotsky**. UFSC. Florianópolis, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. E.P.U. São Paulo, 1986.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. 1. ed. Pearson. São Paulo, 2007

MARCONCIN, M. A. **Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.followscience.com/account/blog/article/106/desenvolvimento-historico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>>. Acesso em Jan/2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6ª ed. Atlas. São Paulo, 2009.

MEIRELLES, H. L.; AZEVEDO, E. A.; ALEIXO, D. B.; FILHO, J. E. B. **Direito administrativo brasileiro**. 37.ed. Malheiros Editores. São Paulo, 2011.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17ª ed. Vozes. Petrópolis, 2001.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional da Educação – PNE. 2014 – 2024**. Disponível em < <http://pne.mec.gov.br> >. Acesso em Dez/2015.

_____, **Resolução CNE/CEB nº 2. 2010**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em Dez/2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. **INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Jun/2014**. Disponível em <www.justica.gov.br>. Acesso em Dez/2015.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem com novas tecnologias**. Informática na Educação: Teoria & Prática, v. 3, nº 1. Porto Alegre, 2002.

_____, **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papyrus. São Paulo, 2009.

_____, **Desafios da Educação a Distância do Brasil**. In: ARANTES, V. A. (org.) VALENTE, J. A. Educação a distância: pontos e contrapontos. Summus Editorial. São Paulo, 2011.

_____, **O que é Educação a Distância**. Universidade de São Paulo - USP. Disponível em: <www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em Jan/2016.

MOREIRA, M. A. **O mestrado (profissional) em ensino**. Revista Brasileira de PósGraduação, ano 1, nº 1, jul/2004. Brasília, 2004.

_____, **Teorias de Aprendizagem**. 3. Ed. Editora Pedagógica e Universitária. São Paulo, 2009.

NEDER, M. L. C. **A educação a distância e a formação de professores: Possibilidades de mudança paradigmática**. In: PRETI, Oresti (Org.). Educação a Distância: Sobre discursos e práticas. Líber Livro Editora. Brasília, 2005.

NUNES, I. B. **Noções de educação à distância**. Revista educação à distância. Vols. 3, 4 e 5. Brasília: INED. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NO_COESEAD.PDF>. Acesso em Fev/2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Disponível em < www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf >. Acesso em Dez/2015.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Artmed. Porto Alegre, 2007.

POSSARI, L. H. V. **Educação à distância como processo semidiscursivo**. In: PRETI, O. Educação a Distância: sobre discursos e práticas. Liber Livro. Brasília, DF, 2005.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. 3. ed. Artmed. Porto Alegre, 2006.

REBELO, M. **Quem é o aluno**. Módulo 2, Material didático do curso de Especialização em Gestão, Planejamento e Avaliação de EAD. UFF. Rio de Janeiro, 2008.

RESENDE, A. C. A. **Subjetividade: a contribuição da psicanálise ao debate**. In: Miranda, M. G; Resende, A. C. A. (orgs.). Escritos de Psicologia, Educação e Cultura. Editora da Universidade Católica. Goiânia, 2009.

RIBEIRO, R. J. **O Mestrado Profissional na Política Atual da Capes**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, V.2 n.4. jul., 2005. Seção Debates. Brasília, 2005.

RODRIGUES, M. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-dobrasil.htm>>. Acesso em Jan/2016.

ROSA, S. S. da. **Construtivismo e Mudança**. Cortez Editora. São Paulo, 1994.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo**. Paulus. São Paulo, 2004.

SANTOS, E. O. **Articulação de saberes na EAD online: por uma rede interdisciplinar e interativa de conhecimentos em ambientes virtuais de aprendizagem**. In: SILVA, M. (org.). Educação online. Loyola. São Paulo, 2012.

SANTOS, P. **SEED – Secretaria de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br>>. Acesso em Jan/2016.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, M. **Sala de aula interativa: educação, comunicação, mídia clássica**. Loyola. São Paulo, 2010.

SANTOS, E. **Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância**. Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, v.11, nº 17. Salvador, 2010.

SANTOS, A. I. **Recursos Educacionais Abertos: Novas Perspectivas para a Inclusão Educacional Superior Via EAD**. In: SANTOS, A. I. (Org.), Perspectivas Internacionais em Ensino e Aprendizagem Online. LibraTrês. São Paulo, 2011.

SACRISTÁN, J. G. & GÓMEZ, A. I. P.; **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática?** In: Compreender e transformar o ensino. 4ª ed. Artmed. Porto Alegre, 2000.

SQUIRRA, S. C. M. **A tecnologia, a sociedade do conhecimento e os comunicadores.** Intercom. São Paulo, 2007.

STRAUBHAAR, J. D. **Comunicação, Mídia e Tecnologia.** Pioneira Thomson Learning. São Paulo, 2007.

STERNBERG, J. R. **Psicologia cognitiva.** Artmed. São Paulo, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 2ª ed. Vozes. Petrópolis, 2006.

SPROSSER, A. K. **Direito Parlamentar/Processo Legislativo.** Edição da Assembléia Legislativa. São Paulo, 2000.

SILVA, R. da. **O que as empresas podem fazer pela reabilitação do preso.** Instituto Ethos. São Paulo, 2001.

TOGNETTI, M. A. R. **Metodologia da pesquisa científica.** Serviço de Biblioteca e Informação, Instituto de Física de São Carlos – USP. São Carlos, 2006.

VALVERDE, J. M. M. **Impacto das Mídias Impressa, Audiovisual e Hiperídia nos processos de Aprendizagem.** Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo. UESP. São Paulo, 2003.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a Distância: histórico e perspectivas.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em Jan/2016.

VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B. de.; ALONSO, M. (org.). **Gestão Educacional e Tecnológica.** Avercamp. São Paulo, 2003.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2ª ed. Ícone. São Paulo, 1988.